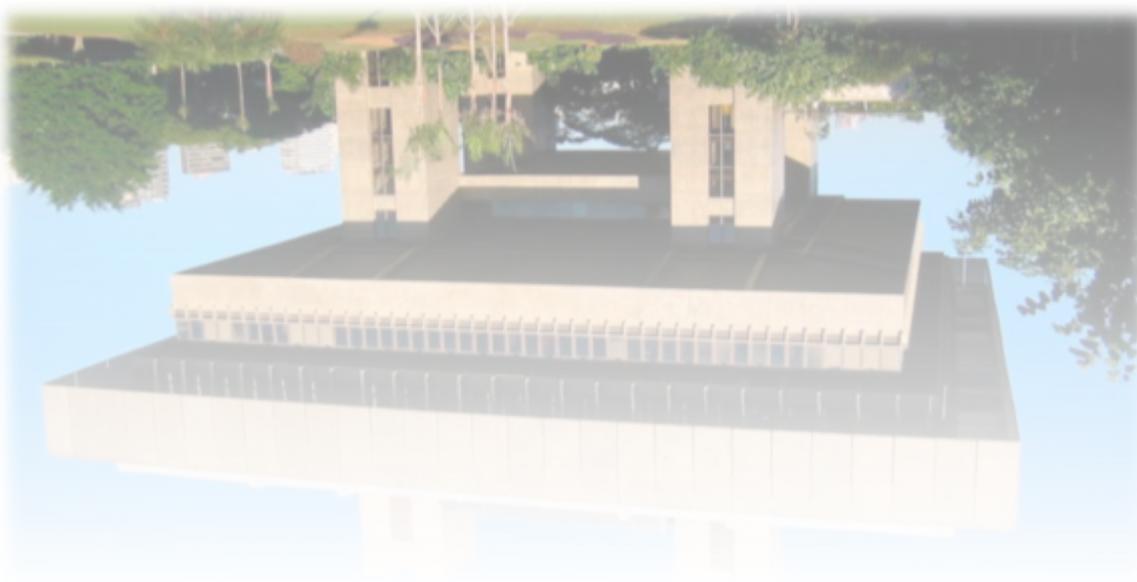


RELATÓRIO DE ATIVIDADES

ANUAL TCMSP



2023

CONSELHEIROS

Eduardo Tuma - **Presidente**

Roberto Tanzi Braguim- **Vice-Presidente**

Ricardo Ezequiel Torres - **Corregedor**

Domingos Odone Dissei

João Antonio

Unidades Técnicas

Secretaria-Geral (SG) – Maria Tereza Gomes da Silva

Subsecretaria de Controle Externo (SCE) – Luciana C. C. Guerra

Subsecretaria Administrativa (SA) – Glaucio Teixeira Tavares

Núcleo de Governança e Gestão (NGG) – Ari de Soeiro Rocha

Unidade de Informações Estratégicas (UIE) – José Alberto Bicudo
Paranhos

Comissão de Jurisprudência – João Vieira Barros

Ouvidoria – Dirceu de Oliveira Mendes

Coordenadoria Processual – Mariana de Luna Cury

Controladoria Interna – Marcos Chust

Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) – Nilson Neves do Nascimento

Escola Superior de Gestão e Contas Públicas (EGC) – Ricardo E.L.O. Panato

APRESENTAÇÃO

A aprovação do relatório anual de atividades deste Tribunal de Contas, que ora consolida ações desenvolvidas em 2023 já explicitadas inicialmente por meio dos relatórios trimestrais, que representa tanto o cumprimento de regras de transparência, eficiência e controle da função administrativa, como também propicia, internamente, ampla reflexão a respeito dos novos passos a serem dados.

Assim, tendo em vista a continuação de minhas funções no cargo de Presidente, renovo o compromisso de implementar ações de fortalecimento institucional, a partir da coesão interna e de intenso trabalho de divulgação de nossas atividades e seus resultados para a sociedade como um todo, prestigiando a legitimidade do controle externo para a gestão pública.

Em face das características do cenário atual, dentre as quais destaco com preponderância tanto a evolução tecnológica como os impactos sociais e econômicos impostos pela pandemia, asseguro que as ações buscarão aliar o uso intenso da tecnologia da informação com medidas de fortalecimento do nosso quadro de pessoal, por meio da otimização de fluxos internos, do aprimoramento da capacitação e de medidas de modernização, bem como do empenho na finalização do concurso público em andamento.

Posto isso, permito-me relacionar, em linhas gerais, os seguintes objetivos a guiar a gestão administrativa de forma articulada com o Planejamento Estratégico aprovado pelo Pleno desta Casa:

1 – Fortalecimento de ações de aperfeiçoamento e capacitação dos nossos servidores, inclusive dos ingressantes do concurso público em andamento, tendo em vista as importantes alterações legislativas, a exemplo do início da efetiva implementação da nova lei de licitações, bem como os desafios advindos da inovação digital.

2 - Promover continuamente a inovação e a evolução digital, colimando a promoção de eficiência, efetividade, rapidez e precisão.

3 - Fortalecimento do relacionamento institucional com outros órgãos, tanto os demais Tribunais, como atores importantes para a atuação pública, a exemplo da Câmara Municipal, Tribunal de Justiça, Ministério Público e Controladoria Geral do Município.

4 - Intenso trabalho de comunicação institucional, voltada tanto a promover a coesão interna da Casa, como a fortalecer a visão social a respeito da atuação do Tribunal de Contas, com especial foco nos resultados decorrentes do controle externo.

5 - Fortalecimento de ações de transparência sobre as atividades e atos do Tribunal.

6 - Consolidação dos atos normativos vigentes, com a precedente avaliação a respeito da possibilidade de racionalização de fluxos de trabalho e racionalização dos recursos empreendidos.

7 – Prosseguimento das medidas atinentes à certificação de qualidade deste Tribunal, com vistas ao incessante aperfeiçoamento da nossa atuação.

8 - Compromisso em promover o desenvolvimento sustentável em ações internas e externas.

Eduardo Tuma
Presidente

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. O TCMSP	13
2.1. Competência	13
2.2. Jurisdição e Jurisdicionados	14
2.3. Estrutura	14
3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	16
3.1. Monitoramento - 4º Trimestre 2023	16
3.2. Monitoramento - exercício 2023	17
3.3. Referencial Estratégico	17
3.4. Mapa Estratégico	18
4. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO	19
4.1. Quantificação dos Benefícios	19
4.2. Parecer prévio das contas da Prefeitura	22
4.3. Fiscalizações em destaque	24
4.3.1. Tema: Gestão, orçamento e finanças públicas	24
4.3.2. Tema: Educação e Cultura	28
4.3.3. Tema: Saúde e Assistência social	34
4.3.4. Tema: Limpeza urbana e zeladoria	45
4.3.5. Tema: Infraestrutura urbana	47
4.3.6. Tema: Concessões	58
4.3.7. Tema: Tecnologia da Informação	62
4.4. Principais Julgamentos e Deliberações	66
5. JURISPRUDÊNCIA E SÚMULAS	69
6. COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL	71
6.1. Ouvidoria	71
6.1.1. Manifestações	71
6.1.2. Índices de satisfação	71
6.1.3. Canais de recebimento de manifestações	71
6.1.3.1. Quarto Trimestre de 2023	72
6.1.3.2. Anual de 2023	72
6.1.4. Classificação das manifestações recebidas	72
6.1.4.1. Quarto Trimestre de 2023.	72
6.1.4.2. Anual de 2023	73

6.1.5. Pesquisa de Satisfação	74
6.1.5.1. Quarto Trimestre de 2023	74
6.1.5.2. Anual de 2023	75
6.2. Câmara Municipal de São Paulo	76
6.3. Outras Entidades	79
6.4. Parcerias e/ou Convênios firmados	79
6.4.1. Parcerias	79
6.4.2. Convênios	80
6.5. Sociedade (IRIS, Cidadania em Contas....)	80
7. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	81
7.1. Execução Orçamentária e Financeira	81
7.1.1. Receitas	81
7.1.2. Despesas	82
7.1.3. Participação do TCMSP no Orçamento-Geral do Município	82
7.2. Gestão de Pessoas	82
7.2.1. Introdução	82
7.2.1.1. Indicadores de Capacitação - Quarto Trimestre de 2023	84
7.2.1.2. Comparativo - Realização de Capacitação Planejada (LND/GIEP) - Anos 2023/2022	85
7.2.1.3. Indicadores de Capacitação com base na meta anual - Áreas certificadas pela ISO/9001 (SFC/ETQC/GRT-URH) - Ano 2023	85
7.2.1.4. Trilhas de Capacitação Em TI	85
7.2.1.5. Ecos do Comportamento	85
7.2.1.6. Coordenação de Estágios – TCMSP	86
7.2.1.7. Atividades Diversas	87
7.2.2. Coordenadoria de Recursos Humanos (CRH)	88
7.2.2.1. Unidade Técnica de Controle, Cadastros e Benefícios	91
7.2.2.2. Unidade Técnica de Registro de Pessoal	92
7.2.2.3. Unidade Técnica de Folha de Pagamento	93
7.3. Gestão Patrimonial	93
8. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	95
8.1. Unidade Técnica de Administração de Redes e Banco de Dados	95
8.2. Unidade Técnica de Suporte ao Usuário	96
8.2.1. Abertura de chamados técnicos e orientação aos usuários:	96
8.2.1.1. Sistemas de conectividade;	96
8.2.1.2. Sistemas e aplicativos de vídeo conferência;	96

8.2.1.3. Sistemas corporativos.	96
8.2.2. Atendimentos de suporte:	96
8.2.3. Equipamentos	96
8.2.3.1 Gerenciamento e controle	96
8.2.4. Gestão de contratos	97
8.3. Unidade Técnica de Desenvolvimento de Sistemas	97
8.3.1. Relatórios Publicados	97
8.3.2. Sistemas desenvolvidos internamente	97
9. CONTROLE INTERNO	99
9.1. Execução de Atividades por Tema	99
9.1.1. Auxílio Saúde	99
9.1.2. Monitoramento da Fruição de Férias	99
9.1.3. Recomendações de Exercícios Anteriores – Contas TCM 2022	99
9.1.4. Transparência	99
9.1.5. Nova normatização para a Controladoria Interna	99
10. ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO E CONTAS PÚBLICAS – TCMSP	102
10.1. Coordenadoria I – Cursos de Extensão	102
10.1.1. Programas em Destaque	103
10.2. Coordenadoria II – Pós-Graduação	109
10.3. Coordenadoria III – Palestras e Eventos	110
10.4. Revista Simetria	114
10.5. Observatório de Políticas Públicas	115
ANEXO I – TCMSP EM NÚMEROS (4º TRIMESTRE DE 2023)	120
ANEXO II – ÓRGÃOS JURISDICIONADOS DO TCMSP (4º TRIMESTRE DE 2023)	122

1. INTRODUÇÃO

O Gabinete da Presidência é responsável pela coordenação e funcionamento de toda a estrutura do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, a análise e avaliação de todas as demandas internas e externas, com o objetivo da integração das diversas áreas técnicas e administrativas.

Abaixo estão elencadas as principais atividades institucionais realizadas pelo Conselheiro Presidente Eduardo Tuma no 4º Trimestre de 2023:

03/10/2023 – O Conselheiro Presidente Eduardo Tuma, junto com os demais Conselheiros do Tribunal de Contas do Município de São Paulo recebeu representantes do Governo Estadual para discutir a privatização da Sabesp. Estiveram na sede do TCM os secretários estaduais de Governo e Relações Institucionais, Gilberto Kassab, e de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Natália Resende, além do Presidente da Câmara Municipal, Milton Leite. O Conselheiro Presidente Eduardo Tuma, destacou a iniciativa do governo em abrir o diálogo com o Tribunal: "O TCM foi o primeiro órgão que começou a análise técnica sobre a proposta do governo de privatizar a Sabesp. Nosso interesse é olhar para os impactos reais na vida de quem mora em São Paulo, a qualidade do saneamento básico, o acesso à água encanada, a tarifa social e os investimentos na cidade. Haverá o acompanhamento de cada passo do processo em tempo real para garantir o benefício na ponta, além da legalidade dos atos administrativos no âmbito do Município"

18/10/2023 - Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Município de São Paulo voltaram a debater um tema que tem sido tratado como prioridade: os atos administrativos e os impactos da privatização da Sabesp. O Tribunal de Contas instalou em setembro um Grupo de Trabalho para tratar exclusivamente dos impactos da privatização da Sabesp. O objetivo é avaliar a situação atual do serviço prestado para a cidade de São Paulo. A expectativa é abordar as atividades de monitoramento, fiscalização, proteção e recuperação ambiental de locais como os

mananciais das represas Guarapiranga e Billings, na zona Sul da cidade, além do andamento da Operação Defesa das Águas.

24/10/2023 – Reunião almoço com o Presidente do STF, Luís Roberto Barroso, no IASP – Instituto dos Advogados de São Paulo. O evento contou com uma palestra do Ministro Luís Roberto Barroso, que apresentou sua agenda à frente do STF, focada em mediadas voltadas à efetividade e à celeridade das atividades do Poder Judiciário, sempre com máxima atenção aos direitos humanos e aos objetivos ligados ao desenvolvimento sustentável.

25/10/2023 – Inauguração do novo Programa de Visitas. O projeto prevê a acolhida de professores, alunos, pesquisadores e moradores da Cidade de São Paulo, sempre às quartas-feiras no período da manhã, oportunidade em que os participantes assistem o início da Sessão Plenária e depois participam de uma exposição feita pelos servidores do TCMSP.

27/10/2023 – Por iniciativa da Presidência, o Tribunal de Contas do Município de São Paulo foi sede da Arena Radical da Virada Esportiva 2023, nos dias 27, 28 e 29/10/2023. Houve programação para fazer rapel no vão livre de aproximadamente 18 metros, andar no slackline e assistir apresentações aéreas de tecido acrobático. O Conselheiro Presidente Eduardo Tuma se aventurou na descida de corda, ao lado do Secretário Municipal de Esportes, Carlos Viana.

31/10/2023 – O TCMSP participou do Congresso Institucionalização da Justiça Conciliativa pelo Poder Público, realizado na FIESP. O congresso reuniu profissionais da advocacia pública e privada, mediadores e membros do Poder Judiciário para promover o uso da Justiça Conciliativa pelo Poder Público em todo o Brasil. Durante o painel “Resolução consensual dos conflitos da Administração Pública e o Controle Externo”, o Conselheiro Presidente Eduardo Tuma explicou as práticas internas de Controle Externo do TCM voltadas para a conciliação.

07/11/2023 – O Presidente do TCMSP, Conselheiro Eduardo Tuma, participou do lançamento do Programa TCMRio Cultural, promovido pelo TCMRJ, evento em comemoração aos 43 anos de criação da Instituição.

08/11/2023 - Em reunião administrativa o Presidente e os demais Conselheiros decidiram abrir um processo para apurar as responsabilidades pelos impactos causados na cidade depois da incidência das chuvas fortes. A decisão foi tomada por unanimidade pelos cinco Conselheiros e vem depois de bairros da cidade terem completado mais de 100 horas no escuro, de árvores ainda estarem caídas por diversos pontos de São Paulo e de serviços públicos, como escolas, terem sido impactados pela chuva.

10/11/2023 - O Conselheiro Presidente Eduardo Tuma assinou um convênio com o Instituto Nacional de Estudos sobre Criptoativos (Incripto), para viabilizar estudos sobre o uso desta tecnologia na administração pública da cidade. A parceria foi firmada com o Presidente do Instituto, Flávio D'Urso. Para marcar a ocasião, o evento "Olhar sobre os Criptoativos – Legislação e Gestão Pública", reuniu autoridades do âmbito jurídico e da administração pública. Servidores do TCMSP, funcionários do Instituto já referenciado e convidados se reuniram para debater o tema. O evento contou com duas palestras: a primeira tratou de "Criptoativos e Legislativo", ministrada pelo Deputado Federal Aureo Ribeiro, Presidente da CPI das Pirâmides Financeiras; a segunda apresentação, "Criptoativos e Gestão Pública", foi ministrada por Philippe Vedolim Duchateau, Chefe de Gabinete da Presidência e ex-Secretário Municipal da Fazenda de São Paulo.

23/11/2023 - Em comemoração aos seus 55 anos, o Tribunal de Contas do Município de São Paulo assinou um convênio com a Faculdade Zumbi dos Palmares, que trata da promoção e desenvolvimento de projetos cujo objetivo será a capacitação de profissionais em políticas públicas de inclusão social. O evento contou com a presença Prefeito Ricardo Nunes, dos cinco Conselheiros, Vereadores da Câmara Municipal e seu Presidente, Milton Leite, e outros representantes da administração pública. O Conselheiro Presidente Eduardo Tuma

destacou a importância e a necessidade de ações afirmativas sobre o tema. Também participaram do evento “Boas Práticas para Equidade Racial no Mercado de Trabalho” Setores público e privado que apresentaram iniciativas para colocar negros em posições de liderança: A Danone, a Ernst & Young e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Secretaria Nacional de Direitos Humanos e Cidadania, a Prodam e a Secretaria Municipal das Relações Internacionais apresentaram ao público seus programas e treinamentos que fazem para colocarem seus colaboradores negros em posições de comando. A Secretária Municipal de Justiça de São Paulo, Eunice Prudente, o reitor da Zumbi dos Palmares, José Vicente, e o professor da UFABC, Ramatis Jacino, receberam o prêmio de boas práticas pela contribuição com a sociedade paulistana no debate sobre questões raciais.

1º/12/2023 - O Presidente Eduardo Tuma representou o Tribunal de Contas do Município de São Paulo em dois eventos: na parte da manhã esteve na Assembleia Legislativa de São Paulo para a Sessão Solene de entrega do Colar de Honra ao ex-Secretário de Justiça de São Paulo, Fernando José da Costa, e no período da tarde, participou do lançamento do documentário “Ofício: Vereador”. A produção audiovisual feita em parceria entre a Câmara dos Vereadores e a TV Cultura foi construída a partir do programa "Vossa Excelência, a memória", conduzido pela jornalista Viviane Cezarino.

13/12/2023 - O Tribunal de Contas do Município oficializou um acordo de cooperação com a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED). O objetivo central da parceria é o desenvolvimento de ações conjuntas voltadas para um Tribunal mais inclusivo e acessível. No acordo, a SMPED disponibiliza intérpretes especializados na linguagem brasileira de sinais para fazer a tradução simultânea para o público. Desde maio de 2023, as Sessões Plenárias são transmitidas também em libras, reforçando o compromisso de uma cidade mais acessível a todos os cidadãos.

13/12/2023 - Durante a Sessão Plenária, o Conselheiro Presidente Eduardo Tuma, junto com os demais Conselheiros receberam vereadores integrantes da CPI da Poluição Petroquímica para a entrega do relatório final da pauta. A comissão foi criada com o objetivo de investigar denúncias sobre os efeitos ambientais e na saúde pública gerados pelo Polo Petroquímico de Capuava.

18/12/2023 - Por unanimidade, o colegiado do TCMSP confirmou o nome do Conselheiro Eduardo Tuma como Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo para o exercício 2024. O Conselheiro Roberto Braguim foi reeleito Vice-Presidente e o Conselheiro Ricardo Torres foi eleito Corregedor.

2. O TCMSP

O Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP) foi criado pela Lei Municipal 7.213, de 20 de novembro de 1968. É um órgão público municipal, independente, autônomo, com orçamento próprio e corpo técnico qualificado. Tem a função de auxiliar a Câmara Municipal no controle externo da fiscalização orçamentária do município de São Paulo.

A missão dos Tribunais de Contas no Brasil e a extensão de suas competências estão definidas nos artigos 70 a 75 da Constituição Federal. No caso do TCMSP, sua atuação está disciplinada na Constituição Federal, na Constituição Estadual e na Lei Orgânica do Município e Lei Orgânica do TCMSP – Lei nº 9167/80, regulamentada pelo Regimento Interno.

Nesse sentido, o TCMSP é um legítimo instrumento para o efetivo exercício da cidadania, pois além de atuar por sua própria iniciativa, sem provocação, sua Lei Orgânica e seu Regimento Interno preveem mecanismos de participação da sociedade diretamente ou por seus representantes, como os institutos da Representação e da Denúncia.

Integrado por cinco Conselheiros, assim é composto o Colegiado do TCMSP:

Presidente – Eduardo Tuma;

Vice-Presidente – Roberto Braguim

Conselheiro - Corregedor – Ricardo Torres

Conselheiro - Domingos Dissei

Conselheiro – João Antonio

2.1. Competência

Cabe ao TCMSP a fiscalização da Administração pública municipal mediante o controle da legalidade das contratações públicas, auferir se os recursos advindos dos tributos pagos pelos cidadãos estão sendo devidamente empregados pelos

gestores públicos e avaliar a qualidade dos bens e serviços públicos que estão sendo prestados pelo poder público.

O TCMSP para além da sua missão constitucional, tem avançado em frentes que tem feito a diferença para o contribuinte e para a sociedade paulistana de maneira geral.

O Observatório de Políticas Públicas constitui-se como um meio da sociedade obter maior transparência na tomada de decisões nos vários níveis da administração pública: União, Estados e Municípios. É neste passo que o Observatório de Políticas Públicas do Tribunal de Contas do Município visa fortalecer a formulação das políticas públicas no município de São Paulo, que impactam nas mais variadas áreas como saúde, educação e transporte coletivo.

O TCMSP tem esboçado uma preocupação crescente com o controle preventivo de suas ações, o que culmina em um controle mais efetivo dos gastos públicos quantos aos aspectos financeiros mas também em relação à sua qualidade e os efeitos que eles proporcionam aos seus jurisdicionados ou seja a população da cidade.

2.2. Jurisdição e Jurisdicionados

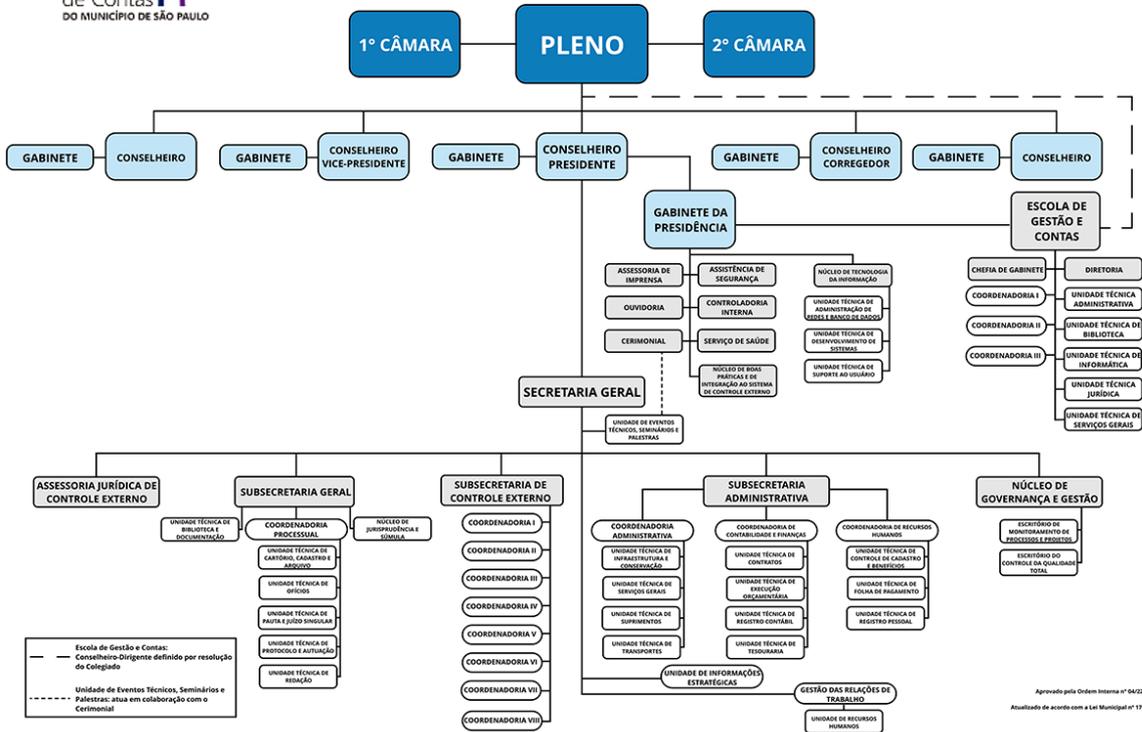
O TCMSP tem jurisdição sobre pessoas e matérias sujeitas à sua competência, abrangendo todo aquele que arrecadar ou gerir dinheiro, valores e bens do Município ou pelos quais responda, bem como os administradores das entidades da Administração Indireta e das Fundações instituídas pelo Município.

No **Anexo II** apresentamos os Órgãos jurisdicionados do TCMSP com a indicação do respectivo Conselheiro Relator.

2.3. Estrutura

Com o objetivo de cumprir suas competências institucionais o TCMSP está assim organizado:

TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO



3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, para o período 2020-2023, foi aprovado por meio da Resolução nº 11/2021¹, cuja implementação desdobra-se nos Planos Setoriais 2020-2021 e 2022-2023, seguidos dos respectivos Planos Anuais das unidades deste Tribunal.

Importante ressaltar que em julho de 2023, com o objetivo de aprimorar o segundo ciclo do planejamento estratégico, houve a prorrogação excepcional da vigência do PE 20-23 para dezembro de 2024 (Resolução nº 11/2023²).

O Plano Setorial 2022-2023 contou com 29 novos projetos estratégicos, 25 novas ações estratégicas, além de 02 novos programas estratégicos, a saber: Celeridade Processual e Aprimoramento dos Procedimentos na Execução das Fiscalizações. Além disso, o Plano Anual 2023 contém os respectivos desdobramentos para o corrente ano do Plano Setorial.

O acompanhamento dos projetos é realizado mensalmente, através do sistema de monitoramento que reúne as informações encaminhadas pelas unidades sobre a situação de cada um deles.

3.1. Monitoramento - 4º Trimestre 2023

Destacamos, a seguir, os principais projetos/ações encerrados ao longo do quarto trimestre de 2023:

a) Sustentabilidade em Contratações Públicas sob a Ótica da Lei Municipal 17.260/20 e Lei Federal 14.133/21: o projeto teve como objetivo fixar diretrizes e avaliar os impactos da Lei Municipal nº 17.260/2020, que tem por objeto a disciplina da licitação sustentável nos processos licitatórios.

¹ Disponível em: <https://portal.tcm.sp.gov.br/Management/GestaoPublicacao/DocumentId?idFile=86a98d19-6e1d-4bc4-919b-fe2513e4d2c8>

² Disponível em: <https://biblioteca.intranet.tcm/TerminalWeb/Resultado/ListarLegislacao?guid=44d38b3703e4914a37ae>

b) Virtualização de Servidor para Ciência de Dados: a ação visou implantar a virtualização de servidor para ciência de dados.

3.2. Monitoramento - exercício 2023

Ao longo do exercício de 2023 o ritmo de andamento e conclusão dos projetos e ações foi mantido. Além disso, aqueles que ainda em se encontram em andamento e/ou não foram iniciados passaram por uma reavaliação, tendo em vista a prorrogação do Plano Estratégico até dezembro de 2024.

Diante do exposto, apresentamos no quadro a seguir o resultado do exercício, contemplando tanto os projetos e ações do Plano Setorial 2022-2023 quanto aqueles remanescentes do Plano Setorial 2020-2021:

Quadro 3.1 – Projetos e Ações (2023)

	EM EXECUÇÃO	NÃO INICIADO	CONCLUÍDO	TOTAL
Projetos	25 ^(*)	8	10	43
Ações	7	3	4	14
TOTAL	32	11	14	57

Fonte: própria.

(*) Neste total temos 9 processos suspensos.

3.3. Referencial Estratégico

Os referenciais estratégicos aprovados pelo Pleno do Tribunal, conforme a Resolução nº 12³, de 20 de agosto de 2020, representaram as bases para a construção do Plano 2020-2023 e orientaram a definição dos objetivos e iniciativas estratégico, essenciais para a concretização dos anseios dos Conselheiros, gestores e servidores.

³ Disponível em: <https://portal.tcm.sp.gov.br/pagina/18958>

3.4. Mapa Estratégico

O Mapa Estratégico⁴ orienta na definição do conjunto de indicadores desenvolvidos e na disseminação e no controle da execução do Plano, devidamente alinhado com os anseios da Corte. No Mapa, os Referenciais Estratégicos informam as quatro Perspectivas, devidamente compostas pelos Objetivos e graficamente representadas, de forma que estes estejam interligados, por meio de uma relação de causa e efeito, às Iniciativas Estratégicas.

⁴ Disponível em: <https://portal.tcm.sp.gov.br/Management/GestaoPublicacao/DocumentId?idFile=86a98d19-6e1d-4bc4-919b-fe2513e4d2c8>

4. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

Informamos, preliminarmente, que o presente capítulo buscou consolidar as informações anuais relacionadas às atividades de controle externo, incluindo o quarto trimestre de 2023.

O ano de 2023 consolidou a reestruturação das Coordenadorias da SCE iniciada em 2022, apresentando avanços notáveis na qualidade dos relatórios de fiscalização.

Destaca-se, nesse contexto, que a Coordenadoria V passou a centralizar as análises dos projetos de desestatizações municipais, e a Coordenadoria I a elaboração dos Relatórios Anuais de Fiscalização (RAF), potencializando a qualidade das auditorias realizadas nesses temas.

Outras Coordenadorias que se tornaram temáticas a partir da reestruturação foram a VII, que intensificou as fiscalizações em obras e infraestrutura urbana, e a VIII, que passou a focar em trabalhos específicos relacionados à tecnologia da informação.

4.1. Quantificação dos Benefícios

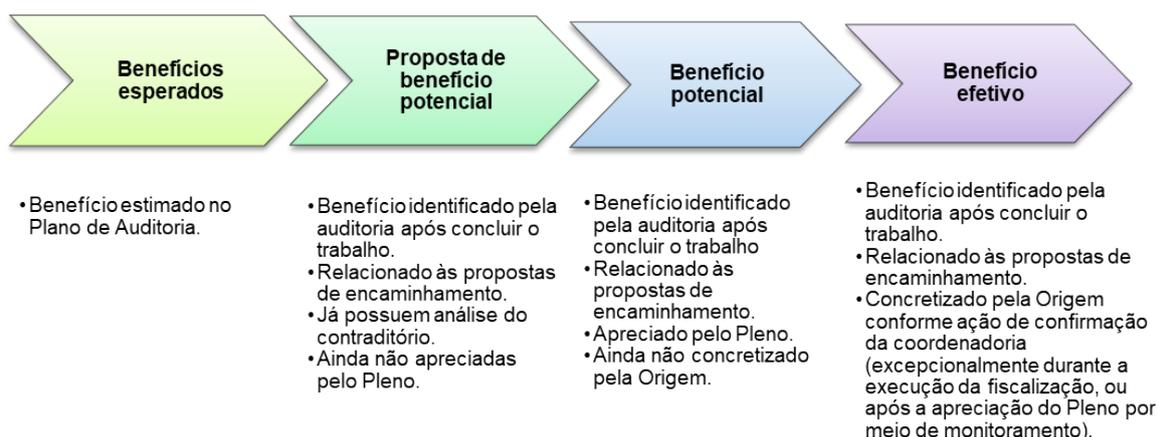
O TCMSp empreende um esforço notável, dadas as dimensões metropolitanas e as características singulares da cidade, para assegurar que a Administração Pública responda eficientemente às demandas da sociedade. Essa atuação vai além da verificação da conformidade e legalidade dos gastos públicos. Ela se baseia em um modelo inovador, que incorpora fiscalizações concomitantes, orientações pedagógicas e uma abordagem sistemática de fiscalização preventiva, antecipando-se aos erros e evitando danos (conhecido também como Controle Externo Contemporâneo). Este modelo de atuação adotado pelo TCMSp gera impactos altamente positivos na vida dos cidadãos, resultando em políticas públicas alinhadas com as distintas realidades e os reais anseios sociais da população da cidade.

Nesse sentido, uma das diretrizes da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) é que as Cortes de Contas implementem metodologia de mensuração dos benefícios gerados a partir da atuação do controle externo. Para tanto, lançou o Manual de Quantificação dos Benefícios Gerados pela Atuação dos Tribunais de Contas (MQB), no qual especifica as tipologias de benefícios e os métodos de cálculo.

Os benefícios decorrentes da ação de controle do TCMSP podem ser tanto de natureza quantitativa como de natureza qualitativa. O MQB explica que não há uma escala de importância entre os tipos de benefícios, mas se um benefício puder ser registrado em mais de um tipo (quantitativo e qualitativo), o Tribunal deve dar preferência aos quantitativos. E entre os quantitativos, dar preferência aos benefícios financeiros. Isso porque os benefícios quantitativos, em geral, são mais fáceis de serem compreendidos pela sociedade, pois representam de forma mais clara o resultado da atuação do controle externo.

E é importante observar que no decorrer do processo de controle externo os benefícios esperados podem ser ajustados, conforme mostra a figura a seguir.

Figura 1 - Etapas de apuração dos benefícios



Fonte: elaborado pela SCE com base no MQB (2020)

Segundo o MQB, a mensuração das ações dos Tribunais de Contas, com comparações que possam revelar o saldo produtivo numa relação custo-benefício

é a grande pretensão do processo de quantificação de benefícios gerados pela atuação dos Tribunais de Contas.

Ao adotar a metodologia do Manual de Quantificação de Benefícios (MQB) da Atricon, a SCE apurou, em 2023, um total de R\$ 4.347.835.522,08 em benefícios financeiros, sendo 21% benefícios efetivos (quando as medidas corretivas ou de melhoria são adotadas pela administração pública durante a ação de controle) e 79% proposta de benefícios potenciais (quantificados durante a fiscalização, ainda não apreciados pelo TCMSP).

Ao compararmos com o orçamento municipal inicialmente previsto para 2023 (R\$ 95,8 bilhões), o montante de benefícios quantificados no período representou 5%, e ainda 941% do orçamento do próprio TCMSP (R\$ 462 milhões). **Ou seja, a cada R\$ 1,00 do orçamento do Tribunal, foram retornados R\$ 9,41 para os cidadãos a partir dos benefícios financeiros gerados pela sua atuação.**

Em relação aos tipos de fiscalizações nas quais foram apurados benefícios, o quadro a seguir apresenta os detalhamentos.

Quadro 1 – Quantificação dos benefícios por tipo de fiscalização em 2023 – em R\$

Tipo de fiscalização	Benefício Efetivo (Durante a ação de controle)	Proposta de Benefício Potencial	Benefício financeiro quantificado total
Acompanhamento de Edital	881.062.415,91	3.400.467.558,18	4.281.529.974,09
Acompanhamento de Execução Contratual		27.844.687,80	27.844.687,80
Inspeção	3.360.977,18		3.360.977,18
Levantamento de Dados	5.602.896,00		5.602.896,00
Representação	29.496.987,01		29.496.987,01
Total	919.523.276,10	3.428.312.245,98	4.347.835.522,08
% sobre Total	21%	79%	

Fonte: Microsoft Teams/Qlik Sense – planilha e painel de Quantificação de benefícios 2023 – dados extraídos em 27.02.24.

Os Acompanhamentos de Editais lideram os benefícios quantificados, totalizando 98,5% do total apurado. Desse total, 79% representaram proposta de benefícios potenciais, ou seja, ainda dependem de julgamento dos processos pelo TCMSP e/ou da adoção efetiva das medidas pelo poder público.

Entre os processos de controle externo mais representativos dessa quantificação, destaca-se o Acompanhamento do Edital do Pregão Eletrônico nº 048/SMSUB/COGEL/2023, cujo objeto foi a contratação de empresa para prestação de serviços indivisíveis de limpeza pública (e-TCM 015165/2023), dividida em 9 lotes, com valor estimado de R\$ 10.383.013.248,94 e prazo para execução é de 60 meses. Na análise do Relatório Preliminar foi quantificado um benefício financeiro de R\$ 3.225.289.920,99, que já engloba a projeção de valores para o período dos 60 meses do contrato, conforme disciplina a metodologia do Manual de Quantificação de Benefícios (MQB) da Atricon.

Mesmo considerando a desafio de quantificar completamente as ações do TCMSP, é crucial destacar a importância da mensuração dos benefícios gerados. Essa quantificação não apenas oferece uma visão clara e impressionante do impacto das atividades do TCMSP na vida da população, mas também desempenha um papel essencial ao sensibilizar e envolver os cidadãos, que, ao compreenderem de forma tangível os benefícios concretos proporcionados pelo TCMSP, são mais propensos a reconhecer e apoiar a relevância dessa instituição.

A quantificação dos benefícios também estimula o controle social, encorajando os cidadãos a participarem ativamente na fiscalização e no monitoramento das ações governamentais. Essa participação direta contribui para a transparência, a responsabilidade e a eficiência na gestão pública, consolidando o TCMSP como um instrumento essencial para a construção de uma administração pública mais eficaz e alinhada com as necessidades da comunidade paulistana.

4.2. Parecer prévio das contas da Prefeitura

Em Sessão Plenária Extraordinária realizada no dia 28.06.23, os Conselheiros emitiram, por unanimidade, parecer prévio favorável à aprovação das contas da Prefeitura da capital paulista relativas ao exercício de 2022.

Os Conselheiros concluíram que as fiscalizações realizadas evidenciaram que o município encerrou o ano de 2022 com situação financeira favorável, e que foram

atendidos os percentuais mínimos de gastos com Saúde e Educação, previstos no ordenamento constitucional e Lei Orgânica do Município.

Outro ponto destacado foi o resultado da arrecadação da cidade, que vem apresentando crescimento expressivo nos últimos anos.

Foram emitidas, ainda, determinações acolhendo propostas da Auditoria, dirigidas ao Executivo Municipal. Dentre elas, o aprimoramento da metodologia dos registros contábeis e respeito às Normas Brasileiras de Contabilidade, em alguns pontos ligados a gastos com Saúde, renúncia de receitas, pessoal e encargos sociais.

O TCMSP também determinou à Secretaria Municipal de Educação que faça a correta aplicação do superávit do FUNDEB nos valores mínimos para investimento em educação.

O Tribunal voltou a alertar a prefeitura sobre o pagamento de precatórios, que são as dívidas decorrentes de decisões judiciais definitivas, solicitando um plano de quitação com maior grau de segurança para o cumprimento da obrigação constitucional de quitar o estoque até 2029.

O revisor das contas do Executivo, Conselheiro João Antônio, mostrou preocupação com as despesas de pessoal e gastos com Educação, destacando que a auditoria recomendou cautela na interpretação do percentual gasto com despesas de pessoal, que tem como limite 60% do orçamento fixado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o que também precisaria incluir a mão de obra terceirizada.

Em relação ao percentual mínimo aplicado em Educação, de 25%, a prefeitura informou ter aplicado 28,34%. Porém, o montante incluiu a inscrição de restos a pagar não processados referentes a despesas não executadas durante o período. Quanto a este tema, na 3.308ª S.O., realizada em 21.02.24, em julgamento dos TCs 014334/2022 e 004120/2022, foi reconhecida, por maioria, a inclusão dos restos a pagar não processados para o cômputo da aplicação do limite mínimo de

gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), sendo recomendado à Secretaria Municipal de Educação, que até o final de 2024, adote as providências de liquidação e pagamentos dos valores registrados em Restos a Pagar não Processados, até 2022, cancelando eventuais saldos não liquidados, bem como à Secretaria Municipal da Fazenda que adote as medidas à inclusão de prazo e critérios no tratamento dos empenhos levados a Restos a Pagar.

Acesse [AQUI](#) a íntegra do Parecer Prévio das contas da Prefeitura Municipal de São Paulo no ano de 2022.

4.3. Fiscalizações em destaque

Em 2023 as Coordenadorias da SCE desenvolveram diversas fiscalizações, dentre as quais se destacam as listadas abaixo. Ressalta-se que as informações apresentadas decorrem de relatórios concluídos pela auditoria nesse período, sendo que as conclusões não representam, necessariamente, o entendimento dos Conselheiros, o qual será externado apenas no julgamento/apreciação de tais processos.

4.3.1. Tema: Gestão, orçamento e finanças públicas

TC 003560/2023 - Objeto: Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024

Objetivo: Avaliar se o Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2024 estava compatível, em todos os aspectos relevantes, com o marco regulatório vigente.

Achados preliminares: Os achados preliminares indicaram diversas questões críticas no planejamento orçamentário para o ano de 2024. Em primeiro lugar, as metas fiscais apresentavam inconsistências devido à utilização de uma metodologia de cálculo diferente da prevista no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) 13ª edição, aliada a projeções não embasadas na série histórica das finanças municipais.

Além disso, houve uma previsão de contratação de operações de crédito para 2024, apesar do cenário atual de caixa elevado. Essa decisão poderia resultar em encargos financeiros desnecessários, caso a situação de sobra de caixa persista ao longo do próximo ano.

Outro ponto crítico reside nos artigos 40 e 41 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para 2024. Esses artigos, ao permitirem exceções, concedem uma margem significativamente superior ao limite de 10% da despesa fixada, indo de encontro aos princípios estabelecidos. Além disso, abordam de maneira inadequada os créditos, os quais, de acordo com disposição constitucional, deveriam ser tratados junto à Lei Orçamentária Anual (LOA).

A colisão entre o artigo 10 do PLDO 2024 e o § 8º, artigo 137 da Lei Orgânica do Município de São Paulo (LOMSP) foi outro ponto de atenção identificado. Essa contradição pode gerar conflitos e impactar a aplicação eficaz das normativas.

Outra questão relevante foi a subestimação do valor de R\$ 3,1 bilhões no mapeamento dos riscos fiscais, conforme registrado no Demonstrativo de Riscos Fiscais. Essa subestimação não apenas compromete a transparência, mas também pode afetar negativamente a estratégia processual da Prefeitura.

Por fim, em desacordo com o artigo 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o PLDO 2024 forneceu orientação incorreta e insuficiente para a elaboração da LOA. Essa inadequação pode resultar na aprovação de uma Lei Orçamentária que não atenda devidamente aos projetos em andamento, comprometendo a eficiência na gestão dos recursos públicos.

Benefícios esperados: Os benefícios esperados com as propostas de alteração impactam positivamente diversos aspectos. Primeiramente, espera-se a realização de diversas correções no texto da lei, visando aprimorar sua clareza e eficácia.

Além disso, a implementação dessas modificações visa o aperfeiçoamento da transparência e do controle da execução do Orçamento Público. Esse avanço é

crucial para garantir uma gestão financeira mais eficiente e alinhada aos princípios de responsabilidade fiscal.

A propositura de metas fiscais aderentes à realidade municipal é outro ponto destacado, com o objetivo de contribuir de maneira efetiva para o controle do endividamento e possibilitar uma avaliação mais precisa da capacidade de investimento em períodos futuros. Isso promoverá uma gestão orçamentária mais sustentável e alinhada às necessidades específicas do município.

A adequação da Lei de Diretrizes Orçamentárias e seus Anexos ao marco regulatório vigente é uma meta importante, buscando assegurar a conformidade com as normativas em vigor. Esse ajuste, aliado ao aperfeiçoamento dos controles relacionados à execução do orçamento público, contribuirá para a eficiência e legalidade na utilização dos recursos públicos, fortalecendo os mecanismos de fiscalização e prestação de contas.

TC 011638/2023 - Objeto: Auditoria de Conformidade acerca do Projeto de Lei de Orçamentária Anual (PLOA) de 2024

Objetivo: Avaliar se o Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2024 estava compatível, em todos os aspectos relevantes, com o marco regulatório vigente.

Achados preliminares: A análise preliminar revelou diversas questões críticas no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2024. Primeiramente, o limite percentual para a abertura de créditos adicionais suplementares apresenta uma quantidade significativa de exceções, variadas entre si, comprometendo a eficácia do dispositivo contido no projeto.

Além disso, identificou-se o uso excessivo de "dotações simbólicas" e uma regionalização parcialmente comprometida devido à fixação de valores simbólicos em várias ações orçamentárias, insuficientes para a implementação efetiva dessas ações. O PLOA 2024 também não observava o princípio da exclusividade,

contendo dispositivos alheios à previsão da receita e à fixação da despesa, conforme estabelecido no § 8º do art. 165 da Constituição.

Outros pontos críticos incluem a inadequação do orçamento de investimentos das empresas não dependentes e a ausência de detalhamento exigido pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A redução irrisória da reserva de contingência nos orçamentos aprovados pela CMSP nos anos de 2021, 2022 e 2023 também foi identificada.

A falta de demonstrativos de obras inacabadas, requeridos pela LDO 2024, a não observação da classificação das receitas referentes a "Recursos Condicionados" e ao fundo FEMATF conforme a Portaria STN nº 710/2021, a dificuldade de identificação das receitas com operações de crédito e suas despesas correspondentes, a ausência de publicação das audiências públicas devolutivas em determinada mídia social e em alguns portais das Subprefeituras, a não apresentação discriminada do orçamento da seguridade social no PLOA e a omissão na evidenciação da projeção para os dois anos seguintes no quadro das Receitas Consolidadas, infringindo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), são todos elementos críticos identificados que requeriam atenção e correção no PLOA 2024.

Benefícios esperados: Os benefícios esperados a partir das propostas de modificação abrangem diversas áreas cruciais. Primeiramente, estão previstas diversas correções no texto da lei, visando aprimorar a clareza e a efetividade das disposições legais.

Além disso, destaca-se o aperfeiçoamento da transparência do Orçamento da Seguridade Social, com a apresentação de forma discriminada. Essa medida visa proporcionar uma compreensão mais detalhada e acessível das receitas e despesas vinculadas à seguridade social.

A proposta também visa permitir que o planejamento das despesas fixadas no orçamento propicie a maior coerência possível em relação às despesas

efetivamente executadas. Isso contribuirá para uma gestão orçamentária mais alinhada à realidade e eficiente no uso dos recursos públicos.

A melhoria da Lei Orçamentária Anual (LOA) como instrumento de planejamento, controle social e transparência das receitas e despesas públicas é outro ponto destacado. A intenção é fortalecer a capacidade da LOA em fornecer informações claras e acessíveis, promovendo a participação cidadã e a accountability.

Ademais, a proposta visa o cumprimento dos preceitos estabelecidos no art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), reforçando a conformidade legal na gestão fiscal do município.

Por fim, a disponibilização de informações mais abrangentes aos legisladores, considerando projeções que contemplam possíveis impactos futuros decorrentes de variáveis macroeconômicas, visa aprimorar a tomada de decisões. A transparência em relação ao detalhamento de obras inacabadas e em execução, assim como a melhoria dos controles de classificação por fontes ou destinações de recursos, contribuirá para uma gestão financeira mais eficiente e transparente.

4.3.2. Tema: Educação e Cultura

TC 004189/2023 - Objeto: Atendimento de Educação Especial

Objetivo: O Atendimento de Educação Especial tem por objetivo identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

Achados preliminares: A auditoria identificou que há necessidade de reavaliação dos parâmetros de disponibilização dos profissionais necessários (para EMEF, EMEL e demais tipos de unidades) e do modelo de atendimento disponibilizados para os CEIs – rede direta e parceira; existem diversos problemas na operacionalização do AEE, decorrendo de dúvidas quanto aos procedimentos. A Elaboração do Plano de AEE, somente é efetuada após a criança ser laudada com

indicação da Classificação Internacional de Doenças (CID). A elaboração do Plano de AEE somente após laudo decorre de divergência e/ou ausência de informações de como proceder e em que momento deve ser elaborado o plano. O Público alvo é identificado no EOL somente após Laudo. A inclusão do público somente após a obtenção de laudo decorre de divergência da orientação dada pelo CEFAl em relação ao que prevê a legislação e/ou ausência de informações de como proceder e em que momento deve ser inserida a informação no Sistema EOL. Existem ocorrências de não realização de avaliações pedagógicas/estudo de caso, de alunos não laudados, para o encaminhamento ao AEE. A não realização das avaliações pedagógicas/estudo de caso para o encaminhamento dos educandos e educandas para o AEE decorre de divergência e/ou ausência de informações de como proceder e em que momento devem ser realizados os procedimentos. As situações constatadas podem resultar na invisibilidade, para a RME, de crianças que deveriam estar em AEE e não tem seu atendimento efetuado, indicando uma possível subnotificação de casos de alunos com algum tipo de deficiência. Os CEIs não são contemplados com AVEs e/ou estagiários; as unidades que podem ser contempladas relatam a necessidade dos profissionais, ou ainda, a necessidade de um número maior, quando disponibilizado.

Benefícios esperados: Adoção de medidas pelo gestor público, a fim de se obter um melhor funcionamento do programa de governo, gerar melhora na eficiência, eficácia e efetividade da ação governamental. Outrossim, também, destaca-se o benefício qualitativo caracterizado pelo aumento do rendimento escolar e possível melhoria dos índices de Educação.

TC 004559/2023 - Objeto: Busca Ativa Escolar

Objetivo: Verificar a efetividade das ações previstas nos normativos referentes à busca ativa escolar, analisando em que medida as diretrizes e ações previstas na lei têm sido implementadas na RME-SP e qual a eficácia dessas iniciativas para garantir o acesso e a permanência da criança na escola.

Achados preliminares: A auditoria identificou que as formações atinentes à implementação do Protocolo de Busca Ativa Escolar ainda não atingiram a totalidade dos agentes públicos envolvidos e as capacitações necessitam de aprimoramento, necessidade revelada, sobretudo, pela falta de uniformidade de procedimentos observada entre as unidades da RME-SP. Esse cenário configura infringência ao art. 5º, III e IV, da Portaria Conjunta SGM, SMADS, SME, SMS nº 10/2022. A composição das equipes de três NAAPAs regionais está com módulo abaixo do estipulado em normativo municipal, em desacordo, portanto, com previsão constante do Comunicado SME nº 532/2023. A quantidade de ABAEs inseridas nas unidades educacionais da RME-SP está abaixo do total projetado na nova versão do POT, configurando esta defasagem como inadequação ao estabelecido no Plano de Trabalho do POT “Mães Guardiãs”. Há diferenças de critérios e procedimentos adotados pelos diversos agentes públicos envolvidos nos procedimentos de busca ativa escolar, ocasionando distorções na consolidação e análise gerencial dos dados coletados e comprometendo a efetividade do programa de Busca Ativa Escolar, além de configurar infringência ao art. 6º, I, da Portaria Conjunta da SGM, SMADS, SME e SMS nº 10/2022.

Benefícios esperados: Adoção de medidas pelo gestor público, a fim de se obter um melhor funcionamento do programa de governo, gerar melhora na eficiência, eficácia e efetividade da ação governamental. Outrossim, também, destaca-se o benefício qualitativo caracterizado pelo aumento da frequência, rendimento escolar e possível melhoria dos índices de Educação.

TC 004595/2023 - Objeto: Evasão Escolar

Objetivo: Verificar a efetividade das ações previstas nos normativos que tratam da prevenção e combate à evasão escolar, analisando em que medida as diretrizes e ações previstas na lei têm sido implementadas na RME-SP e qual a eficácia dessas iniciativas na prevenção ao abandono e à evasão escolar dos estudantes.

Achados preliminares: A auditoria identificou que havia pendência de implementação do Cadastro de Permanência do Aluno, contrariando o art. 5º da

LM nº 17.564/2021. Aplicação de medidas relacionadas ao “desenvolvimento de competências socioemocionais” à RME-SP, vis a vis o disposto em lei, está em fase de estudo pela SME, configurando o cenário atual de não atendimento da diretriz estabelecida no art. 4º, I, da LM nº 17.564/2021. Aumento pouco significativo, entre junho de 2021 e maio de 2023, da quantidade de escolas que dispõem de educação em tempo integral, comprometendo o cumprimento do disposto no art. 4º, III, da LM nº 17.564/2021. Implementação incipiente de medidas sistêmicas voltadas a estreitar os vínculos entre os estudantes, aproximar a família do aluno de suas atividades escolares e de seu ambiente estudantil, conscientizar e combater o assédio moral (bullying) e a gravidez precoce, fato que coloca em risco o efetivo cumprimento do disposto no art. 4º, IV, V, XV e XVI da LM nº 17.564/2021. Não foram adotados pelas EMEFs da RME-SP, de forma sistemática, mecanismos de “incentivos para escolhas certas” (nudge) para prevenir o abandono e a evasão escolar, contrariando a diretriz estabelecida no art. 4º, XIV, da LM nº 17.564/2021.

Benefícios esperados: Adoção de medidas pelo gestor público, a fim de se obter um melhor funcionamento do programa de governo, gerar melhora na eficiência, eficácia e efetividade da ação governamental. Outrossim, também, destaca-se o benefício qualitativo caracterizado pelo aumento da frequência, rendimento escolar e possível melhoria dos índices de Educação.

TC 009744/2023 - Objeto: Educação Infantil

Objetivo: Verificar a efetivação das ações na operacionalização da Educação Infantil.

Achados preliminares: A auditoria identificou carência de profissionais nas Divisões Pedagógicas de Educação Infantil (DIPEDs) das DREs para atuar na orientação pedagógica das unidades escolares e ampliação das ações de acompanhamento - “Diálogos Formativos em Contexto” – de maneira a atingir a todos os alunos, proporcionando a educação de qualidade prevista no Currículo da Cidade, direito de todas as crianças; Com a ausência de dados gerenciais consolidados, não há elementos para se diagnosticar se o planejamento na

educação infantil se desenvolve com o instrumento definido na legislação; Não efetivação dos registros pedagógicos de acompanhamento do desenvolvimento dos bebês e crianças das EMEIs e CEMEIs no Sistema de Gestão Pedagógica (SGP), fato que impede a produção de dados gerenciais de apuração do controle da qualidade da Educação Infantil, bem como a adoção de medidas de correção de falhas no processo de aprendizagem; Ausência de registros pedagógicos do desenvolvimento e da frequência dos bebês e crianças dos Centros de Educação Infantil, que representam 60% dos alunos da Educação Infantil, no Sistema de Gestão Pedagógica (SGP), fato que prejudica identificar como se desenvolve o Currículo da Cidade na Educação Infantil na faixa etária de 0 a 3 anos; Na faixa etária de 4 e 5 anos, 26% das crianças apresentam frequência abaixo de 60%, ou seja, $\frac{1}{4}$ (um quarto) das crianças matriculadas na pré-escola não tem a frequência mínima exigida pela LDB; Não há resultado valorado e objetivo que possa ser considerado Indicador de Qualidade na Educação Infantil, demonstrando que o processo de aplicação de indicadores dever ser complementado para atingir os objetivos propostos e permitir avanço na identificação das demandas e propiciar maior agilidade no diagnóstico e planejamento do atendimento das demandas;

Na pré-escola a correlação entre crianças por professor para as turmas do agrupamento do Infantil (4 a 5 anos) não é assegurada para 34% das crianças matriculadas, percentual que atinge 77% se considerarmos a proporção recomendada pelo Conselho Nacional de Educação – CNE; Ausência de gestores na rede parceira (4% de diretores e 5% de coordenadores pedagógicos) que deveriam atuar na Educação Infantil; Ausência da exigência de qualificação profissional (experiência de 3 anos no magistério) e de avaliação de conhecimentos específicos dos gestores da rede parceira (diretor e coordenador pedagógico) afeta a qualidade da aprendizagem na Educação Infantil; Há 532 unidades escolares de pré-escola com aproximadamente 200 mil crianças, que representam 89% das crianças da pré-escola, sendo atendidas em turnos de 6 horas, ou seja, na pré-escola praticamente não há atendimento integral; Considerando que um CEI oferece atendimento por 10 horas diárias, na rede direta há dois professores por

turma/dia; já na rede conveniada há somente um professor por turma, com jornada de 8 horas/dia, jornada essa insuficiente para cobrir as 10 horas de atendimento do CEI, fazendo com que nos extremos dos horários de entrada e/ou saída das crianças não se tenha um professor por turma; A diferença de jornada, em especial nos CEIs (faixa etária de 0 a 3 ano), revela que a proporção de alunos por professor na rede conveniada (9,3) é mais que o dobro da rede direta (4,4), demonstrando a disparidade entre as duas redes; Na rede direta há 2 professores por turma, cada um com 5 horas para atividades e formação, e na rede parceira, 1 professor por turma com 4 horas para atividades e formação. Assim, nas turmas da rede direta os professores contam com 10 horas semanais e na rede parceria com 4 horas semanais. Há que se considerar ainda que a proporção aluno/professor na rede parceira é mais que o dobro da rede direta, fato que onera mais o professor. Nas formações ofertadas pela SME os números de profissionais que participam dos eventos não são adequados à quantidade de profissionais que atuam na rede parceira, o que leva a concluir que a rede parceira atua em condições desfavoráveis à qualidade educacional; Os professores da rede parceira recebem salário entre 25% e 38% inferior em relação aos salários dos professores da rede direta, fato que se potencializa ao consideramos que estes têm direito a plano de carreira, vantagens pessoais e gratificações, que aqueles não possuem. Para os cargos de gestão educacional (diretor e coordenador pedagógico) o percentual da diferença se acentua, ficando entre 48% e 53%; A fiscalização da prestação de contas da rede parceira não permite o acompanhamento da aplicação dos recursos públicos, transparência das despesas e a apuração de dados gerenciais. O sistema informatizado em fase de implantação necessita de mecanismos de checagem/cruzamento dos dados declarados pelas entidades parceiras para se tornar eficiente e evitar irregularidades na destinação dos recursos.

Benefícios esperados: Adoção de medidas pelo gestor público, a fim de se obter um melhor funcionamento do programa de governo, gerar melhora na eficiência, eficácia e efetividade da ação governamental. Outrossim, também, destaca-se o

benefício qualitativo caracterizado pelo aumento do rendimento escolar e possível melhoria dos índices de Educação.

TC 002942/2023 - Objeto: Representação sobre o Edital de Chamamento Público nº 1/2023/SMC/CPROG, cujo objeto foi a seleção de organizações da sociedade civil interessadas em celebrar termo de fomento com a Secretaria Municipal de Cultura, visando à difusão cultural e tecnológica através da realização da 1ª Edição da Virada Cultural do Metaverso – 2023

Objetivo: Analisar a procedência dos fatos apresentados pelo representante.

Achados preliminares: Após análise da Representação em face do Edital de Chamamento Público 1/2023/SMC/CPROG realizado pela Secretaria Municipal de Cultura (SMC), a equipe de fiscalização concluiu pela procedência da representação, em razão da ausência de justificativa, da clareza do objeto, da estimativa de público e do valor estimado.

Benefícios efetivos: Durante a ação de controle os benefícios esperados foram efetivados, pois ocorreu a revogação do certame pela administração pública. Com isso, foi registrado um benefício financeiro de aproximadamente R\$ 10 milhões aos cofres públicos.

4.3.3. Tema: Saúde e Assistência social

TC 012920/2022 - Objeto: Auditoria Operacional - Serviços à população de rua

Objetivo: Avaliar a prestação desses serviços com base nas questões e critérios estabelecidos, sob as dimensões da eficácia e da efetividade.

Achados preliminares: Os achados revelaram desafios significativos que impactam diretamente o desempenho dos serviços em questão.

Identificou-se uma insuficiência nas vagas oferecidas, indicando uma inadequação na capacidade de atendimento em relação à demanda existente. Além disso, o quadro de gestores de parcerias apresenta inadequações, evidenciando a

necessidade de ajustes quanto à clareza e capacitação em relação às suas atribuições.

Outro ponto crítico refere-se às fragilidades nos procedimentos de avaliação e monitoramento de indicadores e prestações de contas, apontando possíveis lacunas na gestão eficaz dos serviços. O descumprimento de normas de acessibilidade nas unidades também foi identificado, destacando a necessidade de correções para garantir a inclusão adequada dos usuários.

Além disso, o baixo índice de retorno de usuários ao convívio familiar representa uma questão crítica que requer atenção. Esse aspecto pode estar relacionado a fatores que precisam ser aprimorados na abordagem ou nos serviços oferecidos.

Esses achados preliminares oferecem uma visão abrangente dos desafios enfrentados na prestação dos serviços avaliados, delineando áreas específicas que demandam intervenções para aprimorar a eficácia e efetividade do programa em questão.

Benefícios esperados: As medidas propostas são direcionadas para o aprimoramento dos procedimentos de acompanhamento das parcerias realizadas pela Origem. O objetivo principal é alcançar um aumento significativo na transparência desses procedimentos, proporcionando uma visão mais clara e acessível a todos os envolvidos.

Além disso, visa-se a adequação da infraestrutura disponível para melhor atender aos serviços prestados. Essa adaptação é crucial para garantir que a estrutura seja eficiente e esteja alinhada às demandas específicas dos serviços.

TC 014817/2022 - Objeto: Acompanhamento de Execução de CONTRATO DE GESTÃO – Contrato de Gestão Emergencial n.º 001/2022-SMS.G/CPCS – Hospital Municipal de Brasilândia

Objetivo: Verificar se a execução está de acordo com o Plano de Trabalho bem como a regularidade da prestação de contas.

Achados preliminares: Os resultados preliminares da fiscalização revelaram uma série de desafios que impactam diretamente o monitoramento e a execução do Contrato de Gestão Emergencial. Primeiramente, a ausência de indicadores e metas inviabiliza um acompanhamento adequado, comprometendo a avaliação do desempenho e eficácia do contrato.

Destaca-se também a pendência de avaliação por parte das instâncias previstas contratualmente, gerando uma lacuna na análise crítica do cumprimento das cláusulas pactuadas. O cálculo de repasses sem observância do critério pactuado da Taxa de Ocupação de Leitos indica uma falha no alinhamento dos repasses com os resultados efetivos do hospital.

Outro ponto crítico refere-se à realização de repasses não previstos, em montante superior a R\$ 50 milhões, para pagamento de pendências da contratação anterior. Essa prática levanta preocupações sobre a gestão financeira e a adequação dos recursos destinados ao contrato. O dimensionamento de pessoal com imprecisões e lacunas é uma fragilidade que possibilita o descumprimento sem a aplicação das respectivas sanções.

Além disso, a contratação de fornecedores com impropriedades e riscos à execução dos serviços demanda uma revisão crítica dos processos de seleção e contratação. A falta de implantação do Conselho Gestor, uma instância fundamental para a gestão participativa, é outra questão que requer atenção.

Benefícios esperados: Com a conclusão da fiscalização, espera-se que sejam tomadas providências para corrigir as irregularidades identificadas e adotar medidas que promovam a eficiente e eficaz execução do Contrato de Gestão Emergencial. O objetivo é assegurar a supremacia do interesse público e a prestação efetiva de serviços de qualidade aos usuários atendidos pelo Hospital Municipal Brasilândia.

A expectativa é que os pontos destacados sejam levados em consideração na futura contratação regular decorrente do Chamamento Público n.º 004/2023 –

SMS/SEAH/SERMAP-CPCS, culminando no encerramento da contratação emergencial. Essa abordagem visa corrigir as falhas identificadas, fortalecer a gestão do contrato e estabelecer bases sólidas para contratações futuras, promovendo a transparência e a eficiência na utilização dos recursos públicos.

TC 015692/2022 - Objeto: Acompanhamento de Edital de Pregão Eletrônico n.º 830/2022-SMS.G, do tipo menor preço, cujo objeto é a prestação de serviços de nutrição e alimentação hospitalar visando o fornecimento de dietas gerais, dietas especiais, fórmulas e módulos destinadas a pacientes, acompanhantes, residentes e demais usuários autorizados, englobando a operacionalização, desenvolvimento de todas as atividades de produção, transporte, porcionamento, distribuição de fórmulas e módulos e atividades administrativas, para as unidades da Secretaria Municipal da Saúde

Objetivo: Verificar a regularidade do Edital.

Achados preliminares: A fiscalização concluiu que o edital em questão apresentava diversas inadequações que comprometem sua continuidade. Uma das principais preocupações residiu na fragilidade da justificativa fornecida, que não abordou adequadamente a possível sobreposição de objetos em relação a um Pregão Eletrônico anterior, podendo resultar em riscos de controle duplicado e despesas redundantes, violando os incisos I e III do artigo 3º da LF 10.520/02.

Além disso, observou-se a ausência de uma justificativa embasada para a separação dos objetos, infringindo novamente os incisos I e III do artigo 3º da mesma legislação. A divisão de lotes também careceu de justificativa, desconsiderando critérios essenciais como o porte dos hospitais, o número de leitos e a média histórica de fornecimento, o que está em desacordo com o artigo 23, §1º da LF 8.666/93.

Outro ponto crítico diz respeito à falta de clareza nas atribuições e responsabilidades dos nutricionistas da contratada no processo de aquisição, preparo e distribuição das dietas, infringindo os incisos I, II e III do artigo 3º da LF

10.520/02. A Planilha de Composição do Preço Global, por sua vez, não contemplou a composição detalhada dos custos unitários dos serviços a serem contratados, prejudicando a estimativa de valores e violando o artigo 7º, § 2º, inciso II da Lei 8.666/93.

Outras falhas identificadas incluem a ausência de pesquisas de preços em múltiplas fontes de consulta, o que vai contra o artigo 4.º do DM n.º 44.279/03 e o artigo 58 da LM n.º 17.273/20. Além disso, há irregularidades na exigência de qualificação técnica, uma vez que o edital não esclarece quais atividades devem ser abrangidas nos atestados apresentados, em violação ao artigo 30, II da Lei Federal 8.666/93.

Por fim, destacou-se a falta de justificativa para os impedimentos à participação no certame de consórcios, cooperativas e empresas estrangeiras, conforme mencionado no edital. Essas questões demandam uma revisão abrangente do edital antes de prosseguir com o processo.

Benefícios efetivos: Durante a ação de controle, os benefícios esperados foram efetivados, pois a Origem realizou as correções necessárias à continuidade do certame, o que resultou em um benefício financeiro apurado de aproximadamente R\$ 56 milhões. Ao abordar as irregularidades apontadas, a revisão do edital mitigou riscos financeiros e operacionais, garantindo uma base sólida para a contratação de serviços essenciais na área de saúde.

TC 016885/2022 - Objeto: Acompanhamento do Edital nº 953/2022/SMS - Pregão Eletrônico registro de preços para o fornecimento de medicamentos essenciais, processo SEI nº 6018.2022/0065743-0

Objetivo: Verificar a regularidade do Edital de Pregão Eletrônico nº 953/2022/SMS quanto aos aspectos da legalidade, formalidade e mérito.

Achados preliminares: Durante a análise realizada na fiscalização, identificou-se que o edital não estava apto para prosseguir devido a diversas irregularidades, entre elas: fragilidade na justificativa dos quantitativos, infringindo normas

específicas, pesquisa de preços que não reflete o mercado, necessitando de revisão, vedação à participação de empresas em consórcio sem justificativa documentada, ausência de documentação que comprove convite a outros órgãos/secretarias para participar da ata de registro de preços, falta de especificação sobre adesão de Órgãos Não Participantes na minuta da ata, não compatibilidade dos atestados exigidos com a descrição do objeto licitado, restrição injustificada na exigência de termos de abertura e encerramento do balanço patrimonial, exigência de alvará sanitário na fase de habilitação violando normas, entre outros.

Essas irregularidades demandaram ajustes para garantir a conformidade do edital com as normativas aplicáveis antes de prosseguir com o processo.

Benefícios efetivos: Durante a ação de controle, os benefícios esperados foram efetivados por meio da adoção de medidas corretivas no edital, o que permitiu o prosseguimento do certame. A correção dos problemas identificados no edital não apenas fortaleceu a transparência e a competitividade nos processos licitatórios, mas também proporcionou benefícios substanciais para os cofres públicos, na ordem de R\$ 41 milhões.

Além disso, a adequação às normativas legais previne riscos jurídicos, enquanto a remoção de barreiras desnecessárias incentiva uma participação mais ampla de empresas, contribuindo para uma gestão pública mais eficaz, econômica e qualitativa.

TC 001321/2023 - Objeto: Auditoria para avaliação da eficiência dos serviços prestados por unidade hospitalar, com finalidade de identificação e tratamento de desperdícios e levantamento de boas práticas de gestão conforme metodologia elaborada pelo TCU

Objetivo: Avaliar a prestação dos serviços no Hospital Municipal Benedito Montenegro.

Achados preliminares: A auditoria operacional realizada teve como objeto a avaliação da eficiência dos serviços prestados em uma unidade hospitalar, com a finalidade de identificação e tratamento de desperdícios e levantamento de boas práticas de gestão.

O trabalho está inserido no contexto do projeto chamado "Eficiência na Saúde", lançado em resposta à necessidade de melhorar a eficiência das unidades de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, especialmente nos hospitais. Esse projeto foi liderado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e envolveu diversos órgãos de controle brasileiros. O Tribunal de Contas do Município de São Paulo também participou, comprometendo-se a auditar a eficiência de um hospital em sua jurisdição.

O Hospital Municipal Benedito Montenegro, localizado na região sudeste de São Paulo, foi escolhido como foco da auditoria. O hospital oferece serviços de clínica médica, psiquiatria e pediatria, operando em regime de porta aberta. Verificou-se que, devido à ineficiência da Secretaria Municipal da Saúde quanto à alocação dos equipamentos de menor complexidade, o hospital atende pacientes inadequados ao seu perfil, o que sobrecarrega a capacidade de atendimento, afetando a qualidade dos serviços prestados.

Constatou-se que a Secretaria não possui controle adequado de custos de suas unidades hospitalares, o que dificulta uma análise detalhada dos gastos e pode levar a ineficiências financeiras.

O hospital enfrenta problemas na Unidade de Terapia Intensiva, na área de urgência/emergência e na alta de pacientes sem moradia. A falta de indicadores de eficiência e eficácia no pronto-socorro dificultou a avaliação do desempenho. Embora não tenham sido encontrados problemas operacionais relacionados à falta de recursos humanos, a auditoria destacou a importância do planejamento adequado para garantir a eficiência no atendimento.

Um aspecto positivo foi a participação do hospital no Projeto Lean nas Emergências, que busca melhorar os processos para aumentar a eficiência.

O relatório de auditoria apontou a necessidade de aprimoramentos para aumentar a eficiência e a qualidade do atendimento no Hospital Benedicto Montenegro. Por fim, destaca-se que o projeto "Eficiência na Saúde" visa não apenas identificar problemas, mas também promover melhorias na gestão hospitalar.

Benefícios esperados: Diante desses desafios, espera-se a implementação de aprimoramentos e soluções para aumentar a eficiência e qualidade do atendimento no Hospital. Isso inclui a implantação de um controle de custos eficaz, permitindo uma gestão financeira mais assertiva e identificação de possíveis áreas de otimização.

O ajuste da estrutura hospitalar à demanda da região é uma medida crucial para otimizar a capacidade de atendimento e garantir uma distribuição equitativa dos recursos. A implantação de indicadores de eficiência e eficácia no pronto-socorro proporcionará ferramentas para avaliar e aprimorar continuamente o desempenho dessa área vital.

Além disso, melhorar o controle sobre o dimensionamento de recursos humanos na unidade é fundamental para garantir uma equipe adequada e otimizar a prestação de serviços de saúde. Essas medidas coletivas visam transformar positivamente a eficácia e eficiência do hospital, beneficiando diretamente a comunidade atendida.

TC 011191/2023 - Objeto: Auditoria Programada para avaliação dos métodos de monitoramento, avaliação e controle exercidos pela SMADS em relação às parcerias celebradas com entidades do terceiro setor

Objetivo: Avaliar a adequação dos controles.

Achados preliminares: Durante a análise, identificaram-se diversos problemas e conflitos decorrentes das atribuições e competências estabelecidas aos gestores

de parceria. Além disso, constatou-se a ausência de uma avaliação objetiva dos indicadores qualitativos da execução das parcerias, contribuindo para uma lacuna na compreensão do desempenho dessas entidades.

Outro ponto crítico revelado refere-se aos atrasos na análise e julgamento das Prestações de Contas Finais, indicando possíveis entraves nos processos de encerramento das parcerias. A falta de juntada aos processos administrativos dos documentos relativos ao controle interno representa uma lacuna na documentação e monitoramento das atividades.

Destaca-se ainda a desobediência às exigências de transparência e publicização das parcerias, o que compromete a prestação de contas à sociedade e prejudica a confiabilidade do processo como um todo.

Benefícios esperados: Como resultado das ações corretivas, espera-se a solução dos conflitos de atribuição existentes entre os gestores de parceria, promovendo uma gestão mais eficiente e alinhada com os objetivos estabelecidos. A implementação de melhorias nos controles internos contribuirá para aumentar a confiabilidade desses processos, reduzindo o prazo para a análise final das prestações de contas e promovendo o uso efetivo de indicadores de visita técnica. Adicionalmente, a melhoria da instrução dos processos administrativos visa aprimorar a qualidade e a transparência na gestão das parcerias entre a SMADS e as entidades do terceiro setor.

TC 011548/2023 - Objeto: Inspeção para apurar denúncias veiculadas em matérias jornalísticas acerca de irregularidades na distribuição de fraldas descartáveis, em seus aspectos quantitativos, qualitativos e operacionais

Objetivo: Apurar a procedência das denúncias acerca de irregularidade na distribuição de fraldas descartáveis.

Achados preliminares: A análise inicial revelou uma série de desafios relacionados ao fornecimento de fraldas, evidenciando a dependência de

fornecedores devido ao modelo adotado. A irregularidade no volume quantitativo de fornecimento de fraldas é uma preocupação, destacando a necessidade de uma gestão mais precisa da demanda e dos acordos contratuais.

A pendência de elementos para justificar a vantajosidade do realinhamento de valores, que resultou em significativo aumento nos preços pactuados, levanta questões sobre a transparência e fundamentação econômica das mudanças. A ausência de testes de qualidade nas entregas de fraldas e a ineficácia dos procedimentos para análise de pedidos de alteração de marcas indicam fragilidades no controle de qualidade e na gestão de fornecedores.

Além disso, a inefetividade dos fluxos adotados para tratamento de reclamações e queixas relativas ao fornecimento de fraldas aponta para a necessidade de melhorias na comunicação e no relacionamento com os usuários. A falta de detalhamento sobre o novo formato para entrega de fraldas pelos Correios e a inadequada comunicação a respeito da alteração realizada ressaltam a importância de uma comunicação transparente e eficiente.

Os valores pactuados denotam preços superiores àqueles encontrados em registros públicos de contratações semelhantes, o que requer uma revisão criteriosa dos custos e uma busca por eficiência na aplicação dos recursos públicos. As oportunidades de melhoria e os pontos de atenção no protocolo para dispensação de fraldas indicam a necessidade de aprimoramentos nos processos operacionais.

Benefícios esperados: Diante desses desafios, os benefícios esperados incluem melhorias significativas na qualidade dos itens distribuídos à população. A eficiência na comunicação com os usuários dos serviços é crucial para garantir transparência e confiança nas ações da gestão pública. A otimização da aplicação de recursos públicos visa assegurar uma gestão financeira mais eficaz, garantindo que os valores investidos estejam alinhados com a efetiva entrega de benefícios à comunidade atendida.

TC 012957/2023 - Objeto: Inspeção para obtenção de informações e dados sobre ações em curso nas Secretarias de Assistência Social (SMADS), de Direitos Humanos (SMDHC) e de Educação (SME) relacionadas ao tema pobreza menstrual

Objetivo: Obter informações e dados sobre ações em curso relacionadas ao tema pobreza menstrual na SMADS, SMDHC e SME.

Achados preliminares: Os resultados da fiscalização revelaram falhas significativas no âmbito das ações relacionadas ao tema da pobreza menstrual. Observa-se uma inconsistência na disponibilização de determinados itens de higiene nas escolas, indicando uma lacuna na gestão dos recursos necessários para garantir a regularidade desses fornecimentos.

Outro ponto crítico identificado é a falta de priorização do tema nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas, evidenciando a necessidade de integrar efetivamente a abordagem da pobreza menstrual nas diretrizes educacionais. Além disso, constatou-se um tratamento heterogêneo na disponibilização de absorventes e itens de higiene, sugerindo a existência de disparidades na oferta desses recursos.

A ausência de dados para apuração do impacto da política pública no nível de frequência escolar representa uma lacuna na avaliação dos resultados e na eficácia das ações implementadas. Adicionalmente, a falta de norma ou regulamentação municipal por parte da SMDHC e SMADS que discipline a participação em programas de distribuição de absorventes íntimos para pessoas em situação de vulnerabilidade indica uma carência de diretrizes normativas claras nesse contexto.

A não participação no programa federal de dignidade menstrual é outra constatação relevante, apontando para a necessidade de avaliação da adesão a iniciativas mais amplas nesse campo. Por fim, a presença de distribuição de produtos de higiene pessoal, incluindo absorventes higiênicos, nos equipamentos visitados, é um aspecto positivo que pode ser explorado como boa prática.

Benefícios esperados: Com base nos achados, os benefícios esperados concentram-se na busca por uma disponibilização eficaz e isonômica de itens nas escolas. Além disso, propõe-se a regulamentação da oferta de absorventes higiênicos e outros cuidados básicos no âmbito da assistência social, especialmente nas Secretarias Municipais de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) e Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC). Essas melhorias visam assegurar que as ações relacionadas à pobreza menstrual sejam efetivas, equitativas e alinhadas às necessidades reais da comunidade atendida.

4.3.4. Tema: Limpeza urbana e zeladoria

TC 014034/2022 - Objeto: Acompanhamento de Execução do Contrato nº 09/AMLURB/2019 - Prestação de serviços indivisíveis de limpeza pública e destinação final adequada e devidamente licenciada dos resíduos provenientes destes serviços

Objetivo: Verificar se o Contrato nº 09/AMLURB/2019 e seus aditivos estão sendo executados e fiscalizados de acordo com as normas legais pertinentes e em conformidade com as cláusulas estabelecidas no ajuste.

Achados preliminares: Durante a análise, identificaram-se divergências entre as propostas apresentadas na licitação e os planos efetivamente executados, especialmente em relação à disponibilização de mão de obra e equipamentos. Essas divergências totalizam cerca de R\$ 28 milhões em 2020. Além disso, foi constatada a não utilização de sistema de monitoramento, o que prejudica a fiscalização eficaz do contrato.

Benefícios esperados: A auditoria ressalta a necessidade de mobilização por parte da Administração para a implementação de ferramentas eficazes de fiscalização. Além disso, destaca a importância do reequilíbrio econômico dos contratos, visando o benefício do município, em consonância com os valores apurados na auditoria. Essas ações visam assegurar a regularidade, transparência e efetividade na execução do contrato, promovendo o interesse público.

TC/014460/2023 - Objeto: Acompanhamento do Edital do Pregão Eletrônico nº 39/SMSUB/COGEL/2023 para o Registro de Preços para a prestação de serviços de conservação de áreas verdes e manejo arbóreo

Objetivo: Verificar a regularidade do edital examinado quanto aos aspectos de legalidade, de formalidade e de mérito.

Achados preliminares: Destaca-se entre as constatações a identificação de indícios de sobrepreços que totalizam R\$ 270 milhões. Salienta-se também a discrepância entre os valores dos contratos vigentes e os orçados para a licitação, com custos médios 27% superiores para equipes de Conservação de Áreas Verdes e 71% mais altos para equipes de Manejo Arbóreo.

Benefícios esperados: Espera-se um aprimoramento nas futuras contratações similares, contribuindo para uma gestão mais eficiente dos recursos públicos e promovendo economia para o erário.

TC/015165/2023 - Objeto: Acompanhamento do Edital de Pregão Eletrônico nº 048/SMSUB/COGEL/2023, para a [...] CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS INDIVISÍVEIS DE LIMPEZA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, QUE SÃO COMPOSTOS POR SERVIÇOS REGULARES, NÃO REGULARES E OUTROS SERVIÇOS

Objetivo: Verificar a regularidade do edital examinado quanto aos aspectos de legalidade, de formalidade e de mérito.

Achados preliminares: A Coordenadoria concluiu que o edital não reunia condições de prosseguimento em razão de diversas infringências e impropriedades detectadas, dando ênfase às constatações com indícios de sobrepreços ou potencial de subutilização. Tais constatações se materializaram, no âmbito do relatório preliminar, numa proposta de benefício potencial de cerca de R\$ 3,2 bilhões, decorrentes dos apontamentos da auditoria.

Na composição deste valor destacaram-se os apontamentos sobre a produtividade média no serviço de varrição manual de vias, logradouros públicos e feiras livres; custos não justificados com Uniformes, EPIs e ferramentas; consideração de produtividade média subestimada por equipe no serviço de coleta de volumosos, resultando em potencial subutilização das equipes; indícios de superdimensionamento da quantidade de equipes do serviço de “Asseio em locais com população em situação de rua”; distorção nos custos estimados com combustível; utilização indevida e injustificada de percentual de encargos sociais, substancialmente superior ao edital anterior, gerando uma duplicidade na previsão encargos para substituição a título de férias, dentre outras infringências.

No dia 15 de janeiro de 2024 foi realizada Mesa Técnica tendo por finalidade a exposição, por parte da Administração, da manifestação prévia e eventuais esclarecimentos referentes ao relatório preliminar. Na ocasião a própria Administração informou que, a partir dos apontamentos da Auditoria, será realizada uma revisão no edital, possibilitando uma diminuição no valor estimado de aproximadamente de R\$ 800 milhões.

Benefícios esperados: Espera-se um aprimoramento nas futuras contratações similares, contribuindo para uma gestão mais eficiente dos recursos públicos e promovendo economia para o erário.

4.3.5. Tema: Infraestrutura urbana

TC 010321/2021 - Objeto: Auditoria Programada - Custos e Preços - Capítulo 5 (Pavimentação) das Tabelas de Custos Unitários SIURB

Objetivo: Avaliar aspectos relativos aos controles da SIURB acerca do Capítulo 5 das Tabelas de Custos Unitários que são utilizadas como referência para a elaboração dos orçamentos de Obras e Serviços da Prefeitura do Município de São Paulo – PMSP e até de órgãos públicos externos ao Município.

Achados preliminares: Os resultados preliminares da avaliação dos controles exercidos pela SIURB sobre o Capítulo 5 das Tabelas de Custos Unitários

revelaram diversas considerações importantes. Entre elas, destaca-se a recomendação para separar a remuneração da execução dos serviços asfálticos da aquisição dos materiais betuminosos, alinhando-se ao modelo do DNIT e permitindo o uso eficiente dos preços divulgados pela ANP.

Além disso, sugere-se que os PETs para "Disposição de Resíduos Sólidos" sejam incorporados à planilha de custos da SIURB, proporcionando clareza e segurança aos usuários. Outras orientações incluem procedimentos para inclusão de PETs nas planilhas oficiais, atualização de custos auxiliares em composições de pavimentação, aferição e atualização de coeficientes em equipamentos de pavimentação, e a elaboração de composições unitárias para itens recorrentes de desvio de tráfego.

Benefícios efetivos: Os benefícios qualitativos esperados foram efetivados, em parte, durante a ação de controle, e incluíram a conclusão da análise do BDI Referencial Diferenciado, inclusão de preços referenciais para a disposição de resíduos sólidos, adição de PETs nas Tabelas Oficiais, atualização de CPUs de pavimentação, aferição de insumos em campo por meio de Contratação com a FIPE, e levantamento de preços médios de insumos utilizados no desvio de tráfego. Essas medidas visaram fortalecer a economicidade, transparência e eficácia nos procedimentos relacionados à elaboração dos orçamentos de obras e serviços.

TC 005781/2022 - Objeto: Obras Emergenciais - Contratos emergenciais de obras executadas pela PMSP, por meio da SIURB, formalizados no período de agosto de 2021 até junho de 2022

Objetivo: Avaliar se as contratações de obras emergenciais no período de agosto de 2021 até junho de 2022 estavam compatíveis, em todos os aspectos relevantes, com a legislação vigente, bem como verificar a sua economicidade.

Achados preliminares: Os achados preliminares revelaram diversas irregularidades. O montante gasto em obras emergenciais cresceu significativamente, passando de R\$ 80 milhões em 2020 para R\$ 2,06 bilhões em

2022, um aumento de 2.475%. Em aproximadamente 90% das obras examinadas, a SIURB enfrentou problemas decorrentes de planejamento insuficiente, optando por contratos emergenciais em vez de licitações. Não houve uma delimitação precisa dos locais de intervenção, e o prazo máximo de 180 dias para execução das obras emergenciais não foi respeitado.

Além disso, a SIURB praticou o fracionamento de obras de contenção de margens de córregos, realizando diversas intervenções emergenciais de pequena extensão em vez de licitar obras mais extensas nos cursos d'água. Os orçamentos das obras emergenciais apresentaram distorções significativas, não refletindo uma estimativa razoável dos serviços a serem executados.

As empresas contratadas concentraram cerca de 60% do valor investido em obras emergenciais, totalizando R\$ 890 milhões, em apenas 10 empresas durante o período analisado. Estas empresas não demonstraram adequada qualificação técnica operacional em pelo menos 14% do valor total contratado para obras emergenciais. Os processos administrativos dessas obras careciam de padronização adequada em sua instrução e foram deficientemente instruídos.

A fiscalização dessas obras emergenciais pela SIURB foi prejudicada pela elevada quantidade de obras e pela escassez de fiscais, resultando na inviabilidade do acompanhamento efetivo. A concentração de atividades em um fiscal de contrato também conflitou com o princípio da segregação de funções.

Irregularidades no modelo de remuneração, alterações na planilha orçamentária sem termo aditivo, ausência de termos de recebimento provisório e definitivo, indícios de superfaturamento em 15,2% do montante total de 18 obras vistoriadas, serviços injustificados e antecipações de pagamentos relevantes foram outras constatações.

Benefícios esperados: Entre os benefícios esperados, estão a adoção de medidas como a necessidade de requisitos mínimos para qualquer declaração de emergência, a inclusão de elementos específicos nos pareceres jurídicos, e a

submissão dos projetos, orçamentos e justificativas de escolha de executora a um fluxo processual que observe os princípios da segregação de funções e imparcialidade.

Além disso, recomenda-se que a SIURB evite a inclusão de itens nas planilhas orçamentárias remunerados por "hora" e estabeleça procedimentos para verificar a capacidade econômico-financeira de empresas contratadas sem licitação. Sugere-se a elaboração de um plano de ação para intervenções em córregos, adoção de premissas de projeto constantes nos cadernos de bacias hidrográficas, revisão de itens com indícios de superfaturamento/sobrepreço e injustificados, bem como a inclusão mínima de elementos elencados pela Auditoria antes do início dos serviços emergenciais, garantindo a completa documentação do projeto básico e dos documentos de fiscalização.

Adicionalmente, as recomendações à SIURB incluem a elaboração de custos médios gerenciais para obras emergenciais, a criação de um documento técnico abrangente que todo o processo de contratação de emergência na Secretaria, a regulamentação da instrução do processo no sistema SEI, e a publicação dos projetos de engenharia, estudos técnicos e CRCs das empresas cadastradas na Secretaria. Essas propostas visam aprimorar a condução dos processos e garantir maior transparência e eficiência nas contratações emergenciais da SIURB.

TC 016971/2022 – Objeto: Representação sobre o Edital da Concorrência - Licitação nº 004/21/COHAB-SP, tendo por objeto a contratação de empresa ou consórcio de empresas do segmento da construção civil para elaboração e desenvolvimento de projeto executivo completo e execução das obras e serviços de engenharia necessárias à realização do empreendimento composto de 728 (setecentas e vinte e oito) unidades habitacionais

Objetivo: Analisar a procedência dos fatos apresentados pelo representante.

Achados preliminares: Após examinar a Representação e considerar os esclarecimentos fornecidos pela COHAB, a equipe de fiscalização concluiu de que

a inabilitação do Consórcio MPP COHAB era ilegal. Essa conclusão foi respaldada pelas decisões da COHAB–SP no recurso contra a habilitação e reiterada no pedido de reconsideração.

Benefícios efetivos: A partir da fiscalização, houve o atendimento das determinações exaradas pelo Tribunal e a devida correção do Edital, o que resultou em um benefício efetivo apurado de aproximadamente R\$ 12,7 milhões.

TC/000001/2023 - Objeto: Edital de Concorrência 051/2022/SPOBRAS - Contratação de empresa ou Consórcio de empresas especializadas em engenharia para execução de obras e serviços de reforma do corredor de ônibus da Avenida Amador Bueno da Veiga (trecho entre Praça Micaela Vieira e a Rua Embira) e requalificação das intersecções e plataformas/paradas de ônibus com implantação de sistemas de monitoramento - na Região Leste da Cidade de São Paulo

Objetivo: Verificar a regularidade do edital quanto aos aspectos da legalidade, formalidade e mérito.

Achados preliminares: A fiscalização revelou um cenário de diversas irregularidades. As falhas identificadas resultaram em um sobrepreço estimado de R\$ 17,4 milhões, comprometendo a legalidade, formalidade e mérito do edital. Entre as principais constatações, destacam-se cláusulas restritivas no certame, o que impactou negativamente na competitividade, além de outras irregularidades.

Benefícios efetivos: Os benefícios esperados foram efetivados durante a ação de controle, e incluíram a correção das irregularidades apontadas, visando assegurar a transparência, legalidade e eficiência na execução das obras em questão. A revisão desses pontos contribuiu para um processo licitatório mais justo e alinhado aos princípios da administração pública, além de evitar prejuízos aos cofres públicos conforme os resultados apurados pela auditoria.

TC/000139/2023 - Objeto: Edital da Concorrência nº 053/2022/SPObras - Contratação de empresa ou consórcio de empresas, especializadas em engenharia para execução das obras e serviços para requalificação do corredor e a reforma dos pavimentos flexíveis, passeios e demais elementos já existentes da Av. Interlagos (trecho entre Av. Washington Luís e Av. Atlântica) – na região Sul da cidade de São Paulo

Objetivo: Verificar a regularidade do edital quanto aos aspectos da legalidade, formalidade e mérito.

Achados preliminares: A fiscalização constatou um cenário de diversas irregularidades. As falhas identificadas resultaram em um sobrepreço estimado de R\$ 16,3 milhões, comprometendo a legalidade, formalidade e mérito do edital. Entre as principais constatações, destacam-se cláusulas restritivas no certame, o que impactou negativamente na competitividade, além de outras irregularidades.

Benefícios efetivos: Os benefícios esperados foram efetivados durante a ação de controle, as quais envolveram a retificação das discrepâncias identificadas, com o propósito de garantir a transparência, conformidade legal e eficácia na realização das obras específicas. A análise e ajuste desses elementos não apenas promoveram um processo licitatório mais equitativo e em conformidade com os princípios da administração pública, mas também impedirão danos financeiros aos recursos públicos, conforme indicado pelos achados da auditoria.

TC/000140/2023 - Objeto: Concorrência nº 055/2022/SP Obras - Contratação de empresa ou consórcio de empresas, especializadas em engenharia para a execução de obras do corredor de ônibus - BRT Radial Leste I, compreendido entre terminal parque Dom Pedro II até a Rua professor Miguel Russiano - na região leste da cidade de São Paulo, dividido em 3 (três) lotes

Objetivo: Verificar a regularidade do edital quanto aos aspectos da legalidade, formalidade e mérito.

Achados preliminares: A fiscalização revelou um cenário de diversas irregularidades. As falhas identificadas resultaram em um sobrepreço estimado de R\$ 100 milhões, comprometendo a legalidade, formalidade e mérito do edital. Entre as principais constatações, destacam-se cláusulas restritivas no certame, o que impactou negativamente na competitividade, além de outras irregularidades.

Benefícios efetivos: Os benefícios esperados foram efetivados durante a ação de controle do TCMSP, e incluíram a correção das irregularidades apontadas, visando assegurar a transparência, legalidade e eficiência na execução das obras em questão. A revisão desses pontos contribuiu para um processo licitatório mais justo e alinhado aos princípios da administração pública, além de evitar prejuízos aos cofres públicos conforme os resultados apurados pela auditoria.

TC/000176/2023 - Objeto: Pregão Presencial nº 003/SMSUB/COGEL/2022 - registro de preços para a prestação de serviços de conservação e manutenção funcional da malha viária do município de São Paulo

Objetivo: Verificar a regularidade do edital quanto aos aspectos da legalidade, formalidade e mérito.

Achados preliminares: A fiscalização realizada revelou uma série de irregularidades que impactaram significativamente o processo licitatório. Essas falhas resultaram em um sobrepreço estimado de R\$ 43,4 milhões anuais, comprometendo a legalidade, formalidade e mérito do edital.

Dentre as principais constatações, destacam-se cláusulas restritivas que prejudicavam a concorrência e outras irregularidades que comprometiam a lisura do certame, bem como a definição inadequada do rol de custos de natureza indireta relacionados a administração.

Benefícios esperados: Em resposta a esses apontamentos, a SMSUB revisou o orçamento, visando uma potencial economia ao Erário de mais de R\$ 43 milhões por ano.

Embora um novo edital tenha sido publicado em 05.04.23, alinhado com o compromisso de correção das distorções e cláusulas restritivas, uma republicação em 10.04.2023 reincorporou tais cláusulas. Em 28.04, o certame foi finalmente revogado, indicando um movimento para corrigir as inconsistências identificadas.

TC/000314/2023 - Objeto: Edital de Concorrência nº 016/2022 – SPOBRAS – contratação de empresa ou consórcio de empresas especializadas em engenharia para a execução das obras de implantação de Reservatório de Contenção de cheias do Córrego da Mooca – MO-02 – Piscinão MO-02

Objetivo: Verificar a regularidade do edital quanto aos aspectos da legalidade, formalidade e mérito.

Achados preliminares: Durante a fiscalização, foram identificadas divergências em relação aos projetos, como a utilização de estrutura moldada no local em vez do pré-moldado inicialmente previsto. Também se observou a falta de aproveitamento do solo escavado, a ausência de uma taxa de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) diferenciada para serviços especializados com base em cotações de mercado e requisitos quantitativos inadequados para a qualificação técnico-profissional, entre outras irregularidades.

As falhas identificadas resultaram em um sobrepreço estimado de R\$ 29,9 milhões, comprometendo a legalidade, formalidade e mérito do edital. Entre as principais constatações, destacam-se cláusulas restritivas no certame, o que impactou negativamente na competitividade, além de outras irregularidades.

Benefícios efetivos: Os benefícios esperados foram efetivados durante a ação de controle, os quais envolveram a retificação das discrepâncias identificadas, com o propósito de garantir a transparência, conformidade legal e eficácia na realização das obras específicas. A análise e ajuste desses elementos não apenas promoveram um processo licitatório mais equitativo e em conformidade com os princípios da administração pública, mas também impedirão danos financeiros aos recursos públicos, conforme indicado pelos achados da auditoria.

TC/000394/2023 - Objeto: Concorrência nº 056/2022/SPObras. Contratação de empresa ou consórcio de empresas especializadas em engenharia para execução das obras remanescentes de prolongamentos da Av. Chucri Zaidan e implantação da rampa cicloviária na Ponte Laguna

Objetivo: Verificar a regularidade do edital quanto aos aspectos da legalidade, formalidade e mérito.

Achados preliminares: A fiscalização revelou um cenário de diversas irregularidades. As falhas identificadas resultaram em um sobrepreço estimado de R\$ 82,8 milhões, comprometendo a legalidade, formalidade e mérito do edital. Entre as principais constatações, destacam-se cláusulas restritivas no certame, o que impactou negativamente na competitividade, além de outras irregularidades.

Benefícios efetivos: Os benefícios esperados desse processo foram efetivados durante a ação de controle externo, e incluíram a correção das irregularidades apontadas, visando assegurar a transparência, legalidade e eficiência na execução das obras em questão. A revisão desses pontos contribuiu para um processo licitatório mais justo e alinhado aos princípios da administração pública, além de evitar prejuízos aos cofres públicos conforme os resultados apurados pela auditoria.

TC 004199/2023 - Objeto: Acompanhamento de Edital da Licitação nº 003/2023-SMS.G, promovido pela SMS, com o seguinte objeto: Registro de preços para a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de reparos, adequações pontuais e pequenos serviços de engenharia nos prédios ocupados pela Secretaria Municipal de Saúde, com fornecimento de material e mão-de-obra, em lotes, conforme condições deste edital

Objetivo: Verificar a regularidade do edital examinado quanto aos aspectos da legalidade, formalidade e mérito.

Achados preliminares: Durante a análise inicial, foram identificadas diversas questões que comprometem a regularidade do processo. Entre elas, destaca-se a ausência da minuta da Ata de Registro de Preços (ARP), a falta de memórias de cálculo e documentos no estudo técnico preliminar que subsidiem as quantidades e preços estimados nas planilhas orçamentárias.

Além disso, observou-se que as planilhas dos lotes abrangem serviços inadequados para o segundo escalão de manutenção e conservação nos próprios municipais. A ausência de limitação específica para a remuneração dos custos indiretos em cada contrato representa um risco potencial de superfaturamento e prejuízo ao Erário. A qualificação técnica-operacional também apresentou inclusão de itens sem valor significativo, e o Edital revelou-se restritivo ao exigir a comprovação simultânea de atestados, entre outras irregularidades.

Benefícios esperados: Os benefícios esperados concentram-se na correção das irregularidades, ilegalidades e falhas formais identificadas, sobretudo em relação à ausência de memórias e documentos técnicos que fundamentem os quantitativos, serviços incompatíveis com a ARP, e na falta de limitação da remuneração de custos indiretos, além das cláusulas restritivas presentes no Edital. A busca por essa correção visa garantir a conformidade e a transparência no processo licitatório, prevenindo possíveis prejuízos e assegurando a eficácia na utilização dos recursos públicos.

TC 007369/2023 - Objeto: Acompanhamento do Pregão Eletrônico nº 12/SMSUB/COGEL/2023 - Fornecimento de cimento asfáltico de petróleo e emulsão asfáltica catiônica de ruptura rápida, insumos fundamentais para a execução dos serviços de conservação de pavimentos viários – “tapa-buraco”

Objetivo: Verificar a regularidade do edital examinado quanto aos aspectos da legalidade, formalidade e mérito.

Achados preliminares: Durante essa análise, identificaram-se achados preliminares significativos. Em primeiro lugar, evidenciaram-se indícios de sobrepreço, estimados em cerca de R\$ 80 milhões. Além disso, observou-se que o modelo de licitação e contratação segregado utilizado pela SMSUB para os serviços de tapa-buracos difere substancialmente das demais contratações para a manutenção da malha viária e outras obras, sendo mais oneroso e administrativamente complexo.

Essa abordagem apresenta fragilidades e não está alinhada aos princípios de eficiência e economicidade, perpetuando problemas na qualidade do serviço e acarretando prejuízos ao erário. Outra lacuna identificada foi a ausência de cláusula editalícia estabelecendo a verificação periódica do equilíbrio econômico-financeiro pactuado, o que contraria os princípios de eficiência e economicidade, podendo comprometer a competitividade do certame.

Benefícios efetivos: Os benefícios esperados se tornaram efetivos durante a ação de controle, os quais incluíram a redução de cerca de R\$ 66,5 milhões no preço de referência e adoção de revisão periódica de preços.

Essas medidas visaram não apenas corrigir as irregularidades identificadas, mas também promover uma gestão mais eficaz, transparente e econômica nos processos de contratação de insumos essenciais para a conservação viária.

TC 007651/2023 - Objeto: Acompanhamento da Concorrência 001/SVMA/2023 para contratação dos projetos e das obras de reforma da Marquise do Ibirapuera

Objetivo: Verificar a regularidade do edital examinado quanto aos aspectos da legalidade, formalidade e mérito.

Achados preliminares: No decorrer dessa fiscalização, identificaram-se achados preliminares que demandaram atenção. Primeiramente, foram observados indícios de sobrepreço, totalizando R\$ 7.818.659,59, podendo chegar a um montante

superior a R\$ 10 milhões. Essa situação decorre da superestimativa da área de jateamento e de incorreções e duplicidades nos itens de serviços.

Adicionalmente, destacou-se a ausência de uma cláusula clara e precisa no edital quanto ao conteúdo dos atestados a serem apresentados.

Benefícios efetivos: Durante a ação de controle, os benefícios esperados foram efetivados em R\$ 4,2 milhões, que decorreu da redução do valor de referência do edital.

4.3.6. Tema: Concessões

TC 009040/2021 - Objeto: Acompanhamento de Execução do Contrato GCO/CCN 014/2021 - Concessão Onerosa de Uso do Complexo Anhembi

Objetivo: Verificar se o termo contratual está sendo executado de acordo com as normas legais pertinentes e em conformidade com as cláusulas estabelecidas no ajuste (contrato GCO CCN 014/2021).

Achados preliminares: Durante a análise, foram identificados diversos pontos de inobservância nos prazos contratuais estabelecidos no Caderno de Encargos. Além disso, constatou-se o descumprimento parcial no pagamento da outorga fixa, a não formalização de alterações contratuais e um programa de intervenções que não atende em completude as diretrizes previstas no contrato.

Benefícios esperados: Com o intuito de aprimorar a fiscalização da execução contratual pela SPTuris, espera-se a implementação de medidas corretivas para as irregularidades identificadas. Essas medidas visam assegurar o cumprimento efetivo das cláusulas contratuais, promovendo uma gestão mais eficiente e transparente no âmbito das operações em questão.

TCs 15380/2022, 15381/2022, 15382/2022 e 15383/2022 - Objeto: Acompanhamento de Execução dos Contratos 25/19 (E6); 38/19 (AR9); 41/19 (D3); 43/19 (D5) – Concessão, da prestação e exploração do Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros

Objetivo: Verificar se os termos contratuais estão sendo executados de acordo com as normas legais pertinentes e em conformidade com as cláusulas estabelecidas nos contratos. Conforme o plano de auditoria, o enfoque foi avaliar, por amostragem, as condições dos veículos de transporte público desses contratos.

Achados preliminares: Durante a análise, constatou-se que a manutenção e conservação da frota das concessionárias não estão em conformidade com as condições estabelecidas no contrato e anexos. Essa inadequação compromete a plena satisfação dos usuários do sistema de transporte, violando os padrões de segurança, conforto, atualidade, regularidade e eficiência exigidos pelas cláusulas contratuais. Adicionalmente, identificou-se que o Poder Concedente não realiza a fiscalização necessária para garantir a adequada execução do contrato.

Benefícios esperados: Com o intuito de corrigir essas questões, espera-se que sejam adotadas providências visando o aprimoramento da fiscalização da execução contratual pela SPTrans. Isso inclui medidas para assegurar que a manutenção e conservação dos ônibus estejam em conformidade com os termos contratuais, proporcionando maior segurança e conforto aos usuários do sistema de transporte. Essas melhorias visam garantir a efetividade do serviço prestado e a plena observância dos padrões estabelecidos no contrato.

TC 016239/2022 - Objeto: Acompanhamento de Edital – Concorrência EC nº 010/2022/SGM-SEDP - PPP Unidades Educacionais DRE São Mateus - Valor Estimado R\$ 4,7 Bilhões

Objetivo: Verificar a regularidade do edital examinado quanto aos aspectos da legalidade, formalidade e mérito.

Achados preliminares: Durante a análise, identificaram-se algumas questões significativas. Primeiramente, observou-se a ausência de embasamento legal para a ampliação do escopo e a inclusão de projetos associados, como praças e mini CEUs. Além disso, constataram-se fragilidades na definição da matriz de risco, desrespeito aos requisitos de qualificação previstos na legislação, necessidade urgente de avaliação do impacto orçamentário, bem como a definição clara da dotação e falhas nos cálculos dos indicadores de desempenho, entre outras irregularidades.

Benefícios esperados: Com vistas à correção dessas questões, espera-se uma melhor definição do objeto, com a exclusão de elementos fora do escopo principal, como a manutenção de praças e a construção de mini CEUs. Adicionalmente, pretende-se melhorar o direcionamento dos responsáveis por eventos específicos, como furto ou depredação, e promover a ampliação da concorrência. Essas medidas visam assegurar a conformidade com as normativas legais, promover a eficiência e otimizar os recursos públicos envolvidos no processo.

TC 001056/2023 - Objeto: Acompanhamento de Edital – Concorrência EC nº 003/2023/SGM-SEDP - venda conjunta de 3 (três) imóveis contíguos (área do Hospital Edmundo Vasconcelos) - Valor Estimado R\$ 311 milhões

Objetivo: Verificar a regularidade do edital examinado quanto aos aspectos da legalidade, formalidade e mérito.

Achados preliminares: Durante a análise, identificou-se que o valor estimado estava potencialmente defasado e subavaliado, incluindo a possibilidade de subavaliação no valor atribuído às edificações. Além disso, foram observadas deficiências na aprovação do laudo de avaliação, o qual não considerou diversos fatores. Adicionalmente, constatou-se que o acordo de rescisão previsto apresentava irregularidades.

Benefícios esperados: Com o intuito de corrigir as questões identificadas, espera-se uma revisão abrangente do edital. Essa revisão deve incluir uma análise

minuciosa da viabilidade legal da rescisão com a atual concessionária, bem como uma reavaliação do valor estimado, garantindo uma estimativa mais precisa e alinhada com os requisitos do projeto.

TC 002036/2023 - Objeto: Acompanhamento de execução do Contrato 001/CC/ABAST/2021 – Concessão para restauro, reforma, manutenção e exploração do Mercado Municipal Paulistano e do Mercado Kinjo Yamato no Município de São Paulo

Objetivo: Verificar se os termos contratuais estão sendo executados de acordo com as normas legais pertinentes e em conformidade com as cláusulas estabelecidas no ajuste.

Achados preliminares: Durante a fiscalização, identificaram-se diversos problemas no cumprimento do contrato, incluindo atrasos nos investimentos, demora no envio de relatórios, pagamentos de outorga fora do prazo estabelecido, questões irregulares no seguro-garantia, registro de receitas fora do regime de competência (o que afeta a outorga variável), além de plano de operação e cronograma de investimentos apresentando irregularidades. Além disso, foram identificadas outras situações que aguardam análise e definição.

Benefícios esperados: Com o intuito de solucionar essas questões, espera-se que haja a efetivação dos investimentos conforme o previsto no contrato, bem como a regularização de toda a documentação e resolução das pendências identificadas. Essas medidas visam a garantir o cumprimento adequado das obrigações contratuais, promovendo a transparência e a eficiência na execução do projeto.

TC 002075/2023 - Objeto: Acompanhamento de Edital da licitação nº 008/2023-SPTrans para a contratação de serviços especializados de apoio técnico à fiscalização para coleta de informações e aferição dos índices de desempenho das concessionárias nas atividades de administração, operação, manutenção, conservação, limpeza e zeladoria dos Terminais Urbanos de ônibus

Objetivo: Verificar a regularidade do edital.

Achados preliminares: Durante a análise, identificou-se a ausência de justificativa para a adoção da combinação técnica e preço, assim como a inclusão de terminais vinculados aos contratos de concessão dos serviços de transporte coletivo, que seguem outro modelo de medição e CEC (Contrato de Eficiência Coletiva). Além disso, verificou-se a falta de informações necessárias para a caracterização completa do objeto, juntamente com a não justificativa para a inclusão exclusiva de profissionais de nível superior na execução do projeto, o que levanta indícios de sobrepreço. Outro ponto observado foi a exigência de qualificação técnica que não está alinhada com os serviços licitados.

Benefícios efetivos: Durante a ação de controle, alguns benefícios esperados foram efetivados por meio de medidas adotadas pelo poder público, tais como o envio ao TCMSP de nova documentação com a remodelação completa do edital e redução significativa do preço de referência.

Além desses benefícios, espera-se o aumento da competitividade do certame e uma melhor caracterização do objeto. Essas melhorias são essenciais para garantir a transparência, a legalidade e a eficiência do processo licitatório em questão.

4.3.7. Tema: Tecnologia da Informação

TC 004207/2022 - Objeto: Auditoria do Sistema de Gestão de Sistemas em Saúde (GSS)

Objetivo: Avaliar sob a ótica da segurança da informação em aplicações *web* a efetividade dos controles de segurança implementados no sistema Gestão de Sistemas em Saúde (GSS), utilizado pela Secretaria Municipal da Saúde (SMS), disponível no sítio da *internet* no endereço <http://gss2.prefeitura.sp.gov.br/>

Achados preliminares: Durante os testes realizados, foram identificadas falhas consideráveis que apresentam potencial para resultar na perda de dados, no roubo de informações e na completa inoperância do sistema GSS. Tais vulnerabilidades

poderiam ser exploradas por ataques cibernéticos conduzidos por indivíduos mal-intencionados. Devido a questões de sigilo, não serão fornecidos detalhes específicos sobre os achados.

Benefícios esperados: A elaboração de um plano de ação voltado para a mitigação das vulnerabilidades de segurança da informação, que poderiam ser exploradas em ataques cibernéticos levando à perda ou sequestro de dados, bem como à paralisação do sistema, oferecerá uma resposta proativa. Dessa forma, será possível mitigar os riscos atuais e fortalecer a segurança do sistema GSS contra possíveis ameaças.

TC 015941/2022 - Objeto: Acompanhamento do Edital de Licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 10.003/2022 cujo objeto é a Ata de Registro de Preços (ARP) de serviços para futura e eventual contratação de empresas ou consórcio de empresas especializadas, com a finalidade principal de Prestação de Serviços de Conectividade intranet e internet com Segurança, Filtro de Conteúdo e funcionalidades de SD-WAN, utilizando um equipamento CPE com um Link de Conectividade Simétrico (LCS) mais um Link de Internet Banda Larga (LIB), monitorados e gerenciados, além de alguns serviços adicionais de comunicação em endereços da administração direta e indireta da Prefeitura do Município de São Paulo ou em endereços a serem indicados pelas futuras Contratantes

Objetivo: Verificar a regularidade do edital examinado quanto aos aspectos da legalidade, formalidade e mérito.

Achados preliminares: Durante a análise, identificaram-se lacunas significativas na justificativa técnica do Edital, especialmente em relação à falta de informações claras sobre a divisão em três lotes para um mesmo objeto e o prazo de vigência da contratação. A ausência de detalhamento dos elementos técnicos necessários comprometeu a ampla concorrência, violando dispositivos legais. Além disso, foram detectadas inconsistências na estimativa de demanda, impactando as projeções quantitativas e os valores envolvidos no processo licitatório. Parâmetros do Termo

de Referência estabeleceram restrições aos preços ofertados, prejudicando a competitividade das licitantes.

Benefícios efetivos: Durante a ação de controle, os benefícios esperados foram efetivados, o que inclui as melhorias significativas para ampliar a concorrência no certame. As constatações da equipe de fiscalização levaram a Origem a republicar o edital e conduzir uma nova pesquisa de preços, o que resultou em uma redução da estimativa do valor da contratação de aproximadamente R\$ 148 milhões.

Entre os demais benefícios esperados, podem ser citados o aprimoramento da justificativa técnica, esclarecendo os motivos da divisão em lotes e detalhando os elementos técnicos, é essencial. Além disso, a revisão das especificações de estimativa de demanda e quantitativos, juntamente com a eliminação de restrições nos preços ofertados, visa promover maior competitividade entre os licitantes. Destaca-se também a importância de apresentar justificativas embasadas para o prazo da contratação, contribuindo para uma melhor especificação do objeto e impactando positivamente os resultados do processo.

TC 000167/2023 - Objeto: Acompanhamento do Edital de Licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 79/SMSU/2022 cujo objeto é contratação de serviço de vídeo monitoramento, com fornecimento de toda a estrutura de equipamentos e mão-de-obra necessária para disponibilização, tratamento e armazenamento das imagens a serem capturadas

Objetivo: Verificar a regularidade do edital examinado quanto aos aspectos da legalidade, formalidade e mérito.

Achados preliminares: Foram registrados apontamentos quanto à falta de apresentação de informações no Termo de Referência, que impactavam a clareza do objeto, prejudicando a compreensão e participação dos interessados. Também foi identificada fragilidade na justificativa técnica e embasamento dos quantitativos, que influenciavam os custos estimados, gerando a necessidade de aprimoramento da pesquisa de preços. Foram registrados, ainda, apontamentos quanto ao

alinhamento, em relação ao escopo do certame, dos critérios de habilitação e dos critérios aplicáveis à prova de conceito, dentre outros, aspectos vitais para evitar restrições à competitividade.

Benefícios esperados: Foram efetivadas alterações no edital de licitação, promovendo aprimoramentos na clareza da caracterização do objeto, nas condições para participação de licitantes e na segurança das ações propostas. Além disso, foi elaborada nova pesquisa de preços em atendimento aos aspectos apontados. Os benefícios esperados foram efetivamente alcançados no curso do controle externo realizado, a partir da alteração no Edital pela Prefeitura, da adequação aos critérios estabelecidos por este Tribunal e da possibilidade de prosseguimento da licitação.

TC 011542/2023 - Objeto: Acompanhamento do Edital de Pregão Eletrônico nº 009/SMT/2023, que tem como objeto o Registro de Preços para contratação de soluções tecnológicas integradas em formato de Plataforma Digital, contemplando sistemas Web e Equipamentos de Identificação

Objetivo: Verificar a regularidade do edital examinado quanto aos aspectos da legalidade, formalidade e mérito.

Achados preliminares: Durante a análise, identificaram-se diversas lacunas, tais como a ausência de fundamentação no estudo técnico preliminar, a falta de objetividade na descrição do objeto, a carência de informações no ETP sobre a necessidade da contratação, a não apresentação de análise das alternativas possíveis e justificativa técnica e econômica para a escolha da solução contratual.

Além disso, notou-se a ausência de memórias de cálculo para a estimativa dos quantitativos desejados, a falta de documentos que as respaldem, a omissão da previsão do serviço no PDSTIC aprovado da SMT, a falta de aprovação pela autoridade competente e a não divulgação integral das etapas da consulta pública no sítio eletrônico oficial do Município. Adicionalmente, foi constatada a ausência

de regulamentação, tornando opcional a submissão à inspeção técnica veicular e à instalação do EI pelos condutores de veículos de aplicativos.

Benefícios esperados: A implementação de melhorias no processo de planejamento e gerenciamento das contratações, alinhadas à legislação aplicável e aos princípios que regem a Administração Pública, proporcionará um uso mais eficiente dos recursos públicos destinados à execução do contrato futuro.

4.4. Principais Julgamentos e Deliberações

A seguir apresentamos notícias divulgadas pela assessoria de imprensa do TCMSP sobre os principais julgamentos e deliberações ocorridas em 2023:

- *TCMSP adota medida para regularizar falhas das concessionárias do Serviço Funerário (Março) – Saiba mais [AQUI](#)*
- *TCMSP emite alerta para prefeitura sobre alteração no Programa de Metas e problemas no pagamento de precatórios (Abril) – Saiba mais [AQUI](#)*
- *TCMSP aprimora e libera Edital do projeto Smart Sampa (Abril) – Saiba mais [AQUI](#)*
- *TCMSP suspende 'Virada Cultural do Metaverso', avaliada em R\$ 10 milhões (Abril) – Saiba mais [AQUI](#)*
- *Após vistoria, TCMSP pede raio-X da infraestrutura de escolas municipais (Maio) – Saiba mais [AQUI](#)*
- *TCMSP aponta irregularidades e suspende edital de gestão das Casas de Cultura de São Paulo (Maio) – Saiba mais [AQUI](#)*

- *TCMSP alerta para redução de valor gasto com asfalto em obras públicas (Junho) – Saiba mais [AQUI](#)*
- *Após auditoria, TCM determina que Prefeitura apresente plano para equipamentos de atendimento às mulheres vítimas de violência (Agosto) – Saiba mais [AQUI](#)*
- *Em metade do prazo previsto, obras da Santo Amaro só avançam 20%; TCM alerta prefeitura (Agosto) – Saiba mais [AQUI](#)*
- *Hospital do Campo Limpo: sem resposta da prefeitura, TCM alerta para risco de improbidade (Agosto) – Saiba mais [AQUI](#)*
- *TCM alerta prefeitura sobre problemas encontrados na Operação Tapa-Buracos (Setembro) – Saiba mais [AQUI](#)*
- *TCM faz novo alerta sobre cemitérios e determina que prefeitura garanta gratuidades (Setembro) – Saiba mais [AQUI](#)*
- *Concessionária descumpre contrato no Mercado Kinjo Yamato e terá capacidade financeira e de gestão avaliadas (Outubro) – Saiba mais [AQUI](#)*
- *Prefeitura descumpre prazo e TCM emite alerta sobre população em situação de rua (Outubro) – Saiba mais [AQUI](#)*
- *Com apagão, baixo investimento e problemas graves na concessão; TCM alerta prefeitura sobre Mercadão (Outubro) – Saiba mais [AQUI](#)*

- *Banheiros sujos, guaritas vazias e falta de acessibilidade; TCMSP emite alerta sobre serviços nos terminais de ônibus (Novembro) – Saiba mais [AQUI](#)*
- *TCM alerta prefeitura por prorrogação de contratos emergenciais na área da saúde (Novembro) – Saiba mais [AQUI](#)*
- *TCM faz 3 determinações à prefeitura para garantir dignidade menstrual em São Paulo (Dezembro) – Saiba mais [AQUI](#)*
- *TCM alerta prefeitura sobre programas de atendimento à população em situação de rua (Dezembro) – Saiba mais [AQUI](#)*

5. JURISPRUDÊNCIA E SÚMULAS

O Núcleo de Jurisprudência e Súmula é responsável, entre outras atividades, pela elaboração de todas as ementas referentes às decisões proferidas pelas Câmaras e Pleno. Ademais, compete ao Setor a inserção e cadastro das decisões no banco de dados, a consolidação de arquivos (reunindo ementa, acórdão, relatório e voto), a elaboração dos boletins de jurisprudência, e por tornar todo este material acessível e pesquisável no sítio eletrônico ([clique para acessar](#)), além de promover pesquisas por demanda, e estudos que possam gerar subsídios à proposição de súmulas.

O Tribunal de Contas do Município de São Paulo, comprometido com o constante fortalecimento de práticas de controle, transparência e eficiência, vem intensificando o desenvolvimento de programas e estruturas que permitam organizar suas decisões.

Durante o processo de planejamento do plano estratégico 2022-2023, visando às tendências mais modernas de gestão, esta Corte recomendou projetos ou intervenções para sua materialização.

Pretendendo cumprir as recomendações, em 2023, durante os meses de outubro, novembro e dezembro, o Núcleo de Jurisprudência e Súmula deu continuidade aos seguintes projetos:

a) **Sistema de Jurisprudência**, desenvolvimento de solução tecnológica para tratar dados e indexar decisões, prevê mudanças nos métodos de entrada e recuperação da informação. Ademais, o cadastro possibilitará referenciar leis, citar julgados e súmulas usados para sua fundamentação, além da organização de decisões por temas. A implementação de um novo motor de busca denominado “Elasticsearch”, já utilizado pelo STF, reduzirá tempo de resposta, apresentará resultados organizados por relevância com a aplicação de algoritmos de busca que consideram, no seu cálculo, a importância da decisão (tela de cadastro, pesquisa e de edição, em homologação);

b) **Jurisprudência de decisões cautelares**, refere-se à catalogação das medidas cautelares referendadas pelo TCMSP, garantindo-se, assim, o acesso eficiente pelos interessados às discussões e decisões em sede de juízo cautelar (fase final do projeto, aguardando aprovação do POP);

c) **Manual de ementas**, com adoção de melhorias que trarão uniformidade e padronização à elaboração das ementas (fase final do projeto, aguardando aprovação do Manual);

No quadro a seguir apresentamos os dados consolidados no quarto trimestre de 2023.

Quadro 5.1 – Dados consolidados (4º trimestre 2023).

JURISPRUDÊNCIA E SÚMULAS				
PERÍODO	Out.	Nov.	Dez.	4º Trim.
JURISPRUDÊNCIA				
Decisões colegiadas proferidas	400	228	20	648
Ementas elaboradas	92	185	26	303
Decisões cadastradas no banco de dados (e-TCM)	92	185	26	303
Arquivos consolidados (ementa, acórdão, relatório e voto)	50	153	121	324
Enunciados para os boletins de jurisprudência	0	6	0	6
JURISPRUDÊNCIA (Diversos)				
Construção da pauta para acompanhamento da sessão (pré-ementas)	418	389	30	837
Ementas prévias a partir das notas taq. ou relatórios e votos das SONPs	412	198	26	636
Ementas e documentos referente aos Referendos	4	1	2	7
Pesquisas efetuadas	3	1	0	4
TOTAL DE AÇÕES	1471	1346	251	3068

Fonte: Núcleo de Jurisprudência e Súmula

6. COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL

6.1. Ouvidoria

As atividades aqui espelhadas, contemplam dados estatísticos e dados referentes à pesquisa de satisfação pelo Sistema Ouvidoria do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP) e do Sistema Fala.BR da Controladoria Geral da União (CGU), as quais estão em conformidade com o estabelecido no Acordo de Cooperação nº 16/2019 celebrado entre a CGU, a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON) e a Rede Nacional de Ouvidorias (RENOUV).

6.1.1. Manifestações

Os prazos para atendimentos às manifestações estão em conformidade com o estabelecido na Lei de Acesso à Informação (LAI) – Lei nº 12.527/2011 e com o Código de Defesa do Usuário do Serviço Público – Lei nº 13.460/2017.

6.1.2. Índices de satisfação

- Índice de Satisfação dos Usuários com o atendimento da Ouvidoria;
- Índice de Satisfação dos Usuários na qualidade das respostas obtidas;
- Índice de Satisfação dos Usuários com o prazo de resposta da manifestação.

6.1.3. Canais de recebimento de manifestações

O atendimento prestado pela Ouvidoria inicia-se no recebimento das manifestações pelo Portal da Ouvidoria na página do TCMSP, presencialmente, por e-mail, por telefone ou por meio de carta.

6.1.3.1. Quarto Trimestre de 2023

Dos canais de comunicação, 12 (doze) manifestações foram recebidas por e-mail, 42 (quarenta e duas) pelo link da página do TCMSP e 2 (duas) por telefone.

6.1.3.2. Anual de 2023

Dos canais de comunicação, 96 das manifestações foram recebidas por e-mail, 181 (cento e oitenta e uma) pelo Link da página, 1 (uma) através de correspondência e 6 (seis) por telefone.

6.1.4. Classificação das manifestações recebidas

- a) Pedidos de Informação baseados na LAI,
- b) Manifestações próprias de Ouvidoria que classificam-se como: Denúncia, Reclamação, Solicitação, Consulta, Sugestão, Elogio e o Simplifique.

6.1.4.1. Quarto Trimestre de 2023.

Nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2023 foram analisadas 723 (setecentas e vinte e três) manifestações, sendo 471 (quatrocentas e setenta e uma) manifestações relacionadas às Ouvidorias de outros Órgãos e 252 (duzentas e cinquenta e duas) de competência do TCMSP, conforme segue:

Quadro 6.1 - Número de Manifestações por tipo

TIPO	QUANTIDADE
PEDIDOS DE INFORMAÇÃO - LAI	20
CONSULTAS	04
DENÚNCIAS	69
ELOGIOS	05
RECLAMAÇÕES	94
SOLICITAÇÕES	59
SUGESTÃO	01

Fonte: Sistema Ouvidoria e Sistema Fala.BR

- a) Dos 20 (vinte) Pedidos de Informação amparados pela LAI, 16 (dezesesseis) foram atendidos dentro do prazo estipulado pela Lei e 04 (quatro) foram atendidos fora deste prazo, obtendo assim um percentual de atendimento de 100%;
- b) Das 232 (duzentas e trinta e duas) manifestações próprias de Ouvidoria, baseados no Código de Defesa do Usuário do Serviço Público, 228 (duzentas e vinte e oito) foram atendidas dentro do prazo estipulado pela Lei e 04 (quatro) em análise aguardando resposta da Unidade Responsável, obtendo um percentual de atendimento de 100% das manifestações analisadas.
- c) Das 232 (duzentas e trinta e duas) manifestações próprias de Ouvidoria, 36 (trinta e seis) foram tratadas por meio do Sistema Ouvidoria do TCMSP e 196 manifestações pelo Sistema Fala.BR da CGU;

6.1.4.2. Anual de 2023

Nos meses de janeiro a dezembro de 2023 foram analisadas 1565 (mil e quinhentas e sessenta e cinco) manifestações, sendo 967 (novecentas e setenta e sete) manifestações relacionadas às Ouvidorias de outros Órgãos e 598 (quinhentas e noventa e oito) manifestações de competência do TCMSP, conforme segue:

Quadro 6.2 - Número de Manifestações por tipo - anual

TIPO	QUANTIDADE
PEDIDO DE INFORMAÇÃO - LAI	45
CONSULTA	06
CONVITE	01
DENÚNCIA	138
RECLAMAÇÃO	135
SOLICITAÇÃO	259
ELOGIO	07
SUGESTÃO	07

Fonte: Sistema Ouvidoria e Sistema Fala.BR

- a) Dos 45 (quarenta e cinco) Pedidos de Informação amparados pela LAI, 38 (trinta e oito) foram atendidos no prazo estipulado pela Lei e 7 (sete) foram atendidos fora do prazo, obtendo um percentual de 100% das manifestações analisadas;
- b) Das 553 (quinhentas e cinquenta e três) manifestações próprias de Ouvidoria baseadas no Código de Defesa do Usuário do Serviço Público, 539 (quinhentas e trinta e nove) foram atendidas dentro do prazo estipulado pela Lei, 12 (doze) foram atendidas fora do prazo e 2 em análise aguardando resposta da Unidade responsável, obtendo assim um percentual de atendimento de 100% das manifestações analisadas;
- c) Do total das 598 (quinhentas e noventa e oito) manifestações, 291 (duzentas e noventa e uma) foram tratadas através do Sistema Ouvidoria do TCMSP e 307 (trezentas e sete) manifestações pelo Sistema Fala.BR da CGU.

6.1.5. Pesquisa de Satisfação

6.1.5.1. Quarto Trimestre de 2023

Do total das manifestações analisadas no período, obtivemos o seguinte resultado:

Quadro 6.3 - Satisfação dos Usuários com o atendimento - trimestral

SATISFAÇÃO	Quantidade
MUITO SATISFEITO	14

Fonte: Sistema Ouvidoria

Quadro 6.4 - Satisfação dos Usuários na qualidade das respostas - trimestral

QUALIDADE	Quantidade
• ÓTIMO	12
• BOM	02

Fonte: Sistema Ouvidoria

Quadro 6.5 - Satisfação dos Usuários com o prazo de resposta - trimestral

PRAZO	Quantidade
ANTES DO TEMPO	05
NO TEMPO	09

Fonte: Sistema Ouvidoria

6.1.5.2. Anual de 2023

Do total das manifestações analisadas no período, obtivemos o seguinte resultado:

Quadro 6.6 - Satisfação dos Usuários com o atendimento - anual

SATISFAÇÃO	Quantidade
MUITO SATISFEITO	37
SATISFEITO	03
POUCO SATISFEITO	02
INSATISFEITO	03

Fonte: Sistema Ouvidoria

Quadro 6.7 - Satisfação dos Usuários na qualidade das respostas - anual

QUALIDADE	Quantidade
ÓTIMO	34
BOM	07
REGULAR	03
RUIM	01

Fonte: Sistema Ouvidoria

Quadro 6.8 - Satisfação dos Usuários com o prazo de resposta - anual

PRAZO	Quantidade
ANTES DO TEMPO	25
NO TEMPO	17
DEMOROU	03

Fonte: Sistema Ouvidoria

6.2. Câmara Municipal de São Paulo

No 4º trimestre de 2023, foram autuados 22 processos relativos a representações e denúncias dos Vereadores e Comissões Parlamentares da Câmara Municipal de São Paulo:

- Comissão Especial de Estudos Relativos ao Processo de Privatização da SABESP

1. eTCM 016767/2023	Requerimento para que o TCMSP, no âmbito de suas atribuições constitucionais e legais, realize inspeções e auditorias no âmbito do Poder Executivo e da Sabesp no prazo de 30 (trinta) dias
------------------------	---

- Vereador Adilson Amadeu

2. TC/015245/2023	Representação em face do Edital de Pregão Eletrônico 48/SMSUB/COGEL/2023, cujo objeto é a contratação de empresa para a prestação de serviços indivisíveis de limpeza pública
-------------------	---

- Vereador Antonio Biagio Vespoli

3. TC/012688/2023	Representação em face de suposta irregularidade na Ata de Registro de Preço nº 142/2023/SMS, decorrente do Pregão eletrônico nº 73/2023/SMS, firmada entre a BIOVEC Comercio de Saneamento LTDA e a Secretaria Municipal da Saúde - Coordenadoria de Vigilância, cujo objeto é a aquisição de armadilhas de autodisseminação com refil de inseticidas e de armadilhas de monitoramento de mosquitos fêmeas grávidas com refil de cartão adesivo para coleta de mosquitos a serem usadas na implementação de solução tecnológica de supressão populacional e mapeamento vetorial para o controle de mosquitos "aedes aegypti" em larga escala na cidade de São Paulo
-------------------	---

- Vereador Celso Luís Giannazi, Deputado Estadual Carlos Giannazi e Deputada Federal Luciene Cavalcante

4. TC/012373/2023	Representação em face da transferência do Centro Educacional Unificado Paraisópolis - Professora Marisa Motta e demais treze unidades educacionais, da Diretoria Regional de Educação Campo Limpo - DRE CL para a Diretoria Regional de Educação Butantã para DRE BT
-------------------	--

- Vereador Celso Luís Giannazi, Deputado Estadual Carlos Giannazi e Deputada Federal Luciene Cavalcante

5. TC/012374/2023	Representação em face do possível não pagamento, pelas creches conveniadas, do piso estipulado pela Prefeitura aos professores
6. TC/012397/2023	Representação em face do aumento da carga horária dos Centros de Educação Infantil - Instrução Normativa SME 21/23
7. TC/014470/2023	Representação para apurar se houve malversação de recursos públicos e danos ao erário decorrentes do fato de a Prefeitura ter ignorado o alerta emitido pelo INMET sobre as condições climáticas de São Paulo nos últimos dias, que teve como consequência danos humanos, materiais e ambientais
8. TC/014473/2023	Representação em face de supostas irregularidades no excesso de contratos emergenciais para obras de sistemas de drenagem
9. TC/014556/2023	Representação em face de denúncias de professores contratados pela Secretaria Municipal da Educação de São Paulo de que suas contribuições ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS não estariam sendo repassadas
10. TC/014665/2023	Representação em face do Programa Baby-TEG, após a morte, por asfixiamento, de bebê em van escolar da Prefeitura
11. TC/015570/2023	Representação em face de suposto descumprimento do Contrato 055/SPOBRAS/2023 pela Empresa H2Obras Construções LTDA - CEI Jardim Panamericano
12. TC/016782/2023	Representação em face do suposto não cumprimento, pela PMSP, do artigo 212 da Constituição federal, que estabelece um gasto mínimo com Educação (MDE - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino), a partir de informações constantes no Relatório de Inspeção do TCMSP (TC 14334/2022) - incorrendo em prática conhecida como "pedalada-fiscal"

- Vereadora Elaine Cristina Mineiro (Mandato Quilombo Periférico)

13. TC/012425/2023	Representação em face de supostas irregularidades no regime de trabalho e falta de pagamento dos produtores contratados pela São Paulo Turismo S/A, através da empresa DKS Promoções e Eventos Ltda., para prestarem serviço à Secretaria Municipal de Cultura, além de suposto sucateamento da pasta com redução do quadro funcional
14. TC/014942/2023	Representação em face da realização da III Expo Internacional Dia da Consciência Negra, realizada entre 17 a 21 de novembro de 2023, com parecer positivo para inexigibilidade de chamamento público

- Vereadora Elaine Cristina Mineiro (Mandato Quilombo Periférico)

15. TC/015293/2023	Denúncia em face da precarização do sistema municipal de Cultura, por meio da falta de servidores, acúmulo de funções pelos que se mantém e não execução de editais municipais previstos em Lei e necessários para o fomento e execução de políticas públicas do tema em São Paulo
--------------------	--

- Vereador Hélio Rodrigues

16. TC/012689/2023	Representação em face de supostas irregularidades na contratação de transporte funerário, com agenciamento de serviços e formação de cartel de empresas para o traslado de corpos para SVO, cemitérios e crematórios públicos no Município de São Paulo - FVB Locação de Veículos Ltda. - Funeral Pass
17. TC/014741/2023	Representação em face de suposta aquisição de bonés pela Prefeitura de São Paulo, para a população em situação de rua, em caráter de emergência sem licitação, tendo em vista a onda de calor que assola a cidade de São Paulo
18. TC/015547/2023	Representação em face de supostas irregularidades no Hospital Municipal da Brasilândia - Adib Jatene, administrado pela OS Instituto de Medicina, Estudos e Desenvolvimento - IMED, no cumprimento do Contrato de Gestão n° 001/2023/SMS.G/CPCS, especialmente na sub-rogação dos contratos de emprego dos trabalhadores
19. TC/016762/2023	Representação em face da Ata de Registro de Preços 142/2023-SMS.G, envolvendo aquisição de armadilhas para mosquitos aedes aegypti

- Vereadora Luna Zarattini Brandão

20. TC/012547/2023	Representação em face de supostas irregularidades no Projeto "Ampara SP", celebrado com o Instituto Claret - Solidariedade e Desenvolvimento Humano, por meio do Termo de Fomento 1/SMADS/2023, que trata da execução de projeto social de atendimento interdisciplinar a pessoas em situação de rua, utilizando ferramentas dialógicas, lúdicas, artísticas e recreativas para criar e fortalecer o vínculo socioafetivo e promover a saída dos beneficiários da situação de rua e fornecer orientações para acesso à rede de proteção e garantia de direitos, tendo em vista a necessidade identificada pelo diagnóstico de vulnerabilidade social
--------------------	--

21.TC/012877/2023	Representação em face de suposta irregularidade no aditamento do Contrato de Concessão 57/SVMA/2019, visando à contratação direta da Concessionária Urbia para realização da obra de restauro da Marquise José Ermírio de Moraes, dispensando o processo licitatório
-------------------	--

- Vereador Senival Pereira de Moura

22.TC/015905/2023	Representação em face do Chamamento Público nº 01/SEHAB/2022, cujo objeto é a aquisição de imóveis para a implantação de unidades habitacionais (Programa Pode Entrar)
-------------------	--

6.3. Outras Entidades

No 4º trimestre de 2023, foi autuado o seguinte processo relativo a demandas de entidades externas:

- Ministério Público do Estado de São Paulo

TC/010562/202 – Contratações emergenciais - Obra Emergencial para Contenção de Talude e Recuperação dos Sistemas de Drenagem - Rua Paulo Arentino, 711 - Conjunto City Jaraguá - Subprefeitura Pirituba/Jaraguá

6.4. Parcerias e/ou Convênios firmados

6.4.1. Parcerias

Foram firmados no 4º trimestre de 2023 dois termos de Cooperação Técnica:

Nome	Nº instrumento	e-TCM	Objeto	Data da assinatura
INECRIPTO	12/2023	013439/2023	Promoção, desenvolvimento e execução de projetos e atividades para formação e qualificação de seus corpos técnicos e funcionais e da sociedade civil.	10/11/2023
ATRICON E BANCO DO BRASIL	01/2023	017622/2022	Fornecimento de solução de acompanhamento dos saldos, extratos e comprovantes da execução financeira, denominada bb gestão ágil	04/12/2023

6.4.2. Convênios

Não houve novos convênios firmados no 4º trimestre de 2023.

6.5. Sociedade (IRIS, Cidadania em Contas....)

O TCMSP prossegue em seu objetivo de fornecer informações sobre a execução orçamentária do Município de São Paulo, mediante o desenvolvimento e aprimoramento do Portal IRIS, cujo objetivo é a divulgação para a população de Informações de Relevante Interesse Social, relacionadas às receitas e despesas do Município e o acompanhamento da execução do orçamento municipal e as contratações e licitações realizadas.

As informações são oferecidas de duas formas: para aqueles que não dispõem de tempo ou de conhecimento aprofundado, o IRIS apresenta diversos painéis que trazem a informação já pronta, de forma gráfica, sem a necessidade de qualquer pesquisa ou conhecimento sobre questões orçamentárias. Assim são gerados painéis sobre a receita e a despesa municipais e sobre assuntos do dia a dia da cidade, tais como coleta de lixo, pavimentação de ruas, implantação de ciclofaixas, etc. Nesses casos, sempre que possível, são apresentados também dados físicos sobre o serviço prestado para a população.

7. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

7.1. Execução Orçamentária e Financeira

A execução orçamentária e financeira abrange as entidades Tribunal de Contas do Município de São (TCMSP) e o Fundo Especial de Despesas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (FEDTCMSP), evidenciados de forma consolidada.

7.1.1. Receitas

O TCMSP não arrecada receitas, recebendo, mensalmente, os duodécimos transferidos pela Prefeitura Municipal de São Paulo. De outro lado, consoante dispõe o Art. 3º da Lei Municipal n.º 15.025/2009, o FEDTCMSP possui receitas próprias. No final do terceiro trimestre do exercício financeiro de 2023, o Fundo arrecadou 113,05% (R\$ 1.443.287,28) da receita total estimada (R\$ 1.276.708,00), conforme evidenciado no quadro abaixo:

Quadro 7.1 – Receitas Orçamentárias Consolidadas

Rubricas		Receita Prevista (R\$)	Receita Realizada (R\$)	%
1. Receitas Correntes		1.270.708,00	1.436.189,58	113,02
1.1 Receitas Patrimoniais		962.028,00	1.101.685,80	114,52
	Permissões de Uso	817.776,00	799.319,32	97,74
	Fundos de Investimentos e Aplicações	0,00%	207,13	0,00
	Aplicações em CDB	144.252,00	302.159,35	209,47
1.2 Receitas de Serviços		283.092,00	308.887,22	109,11
	Fotocópias	5.652,00	0,00	0,00
	Consignações	270.264,00	307.095,22	113,63
	Outros Serviços Administrativos	7.176,00	1.792,00	24,97
1.3 Outras Receitas Correntes		25.588,00	25.616,56	100,11
	Multas e Juros - Contratos	6.732,00	25.616,56	380,52
	Restituições de Despesas	1.000,00	0,00	0,00
	Outras Restituições	5.556,00	0,00	0,00
	Demais Receitas Correntes	12.300,00	0,00	0,00
2 Receitas de Capital		6.000,00	7.097,70	118,30
	Alienação de Bens e Materiais	6.000,00	7.097,70	118,30
3 Receita Total		1.276.708,00	1.443.287,28	113,05

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças

7.1.2. Despesas

No final do quarto trimestre do exercício financeiro de 2023, as despesas executadas corresponderam 83,96% (R\$ 389.101.994,00) do total da dotação (R\$ 463.435.708,00), com destaque para as despesas com pessoal, devido ao uso intensivo da força de trabalho para o cumprimento da missão desta E. Corte de Contas.

Quadro 7.2 – Despesas Orçamentárias Consolidadas

Grupos de Despesas	Orçamento Atualizado (R\$)	Despesa Empenhada (R\$)	%
Pessoal	356.013.450,00	321.657.016,53	90,35
Auxílios	62.974.550,00	40.965.302,59	65,26
Consumo	1.772.089,00	1.010.674,14	57,03
Serviços	31.665.119,00	20.500.543,63	64,74
Imobilização	10.508.000,00	4.893.336,01	46,57
Outras	702.500,00	240.261,55	34,20
Total	463.435.708,00	389.267.134,45	83,96

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças

7.1.3. Participação do TCMSP no Orçamento-Geral do Município

As despesas do TCMSP compõem o orçamento do Poder Legislativo. No orçamento de 2023, a participação do TCMSP no Orçamento-Geral do Município de São Paulo totaliza 0,48%.

Quadro 7.3 – Participação do TCMSP no Orçamento-Geral do Município

Exercício	Dotação Inicial do Orçamento Municipal (R\$)	Dotação Inicial do Orçamento Consolidado do TCMSP (R\$)	%
2023	95.880.811.303,00	463.435.708,00	0,48

Fonte: Lei Municipal n.º 17.876/2022 (LOA 2023)

7.2. Gestão de Pessoas

7.2.1. Introdução

A área de gestão de pessoas de uma organização tem o papel de desenvolver competências técnicas e comportamentais de seus servidores/funcionários, por meio de capacitações, desenvolvimento pessoal e de equipes, mentorias, processos seletivos internos etc. No TCMSP estas funções são de

responsabilidade da **Gestão das Relações do Trabalho – GRT**, área fundamentada pela **Lei nº 14.706 de 28 de fevereiro de 2008**, que foi acrescida ao art. 6º da Lei 13.877 de 23 de julho de 2004, no inciso V- Gestão das Relações do Trabalho, art. 14, assim como pela Ordem Interna SG/GAB nº 08/2018.

O organograma que representa à GRT no TCMSP:



Os principais processos de trabalho da GRT atualmente são:

- Diagnóstico organizacional por meio da pesquisa do Levantamento de Necessidades de Desenvolvimento – LND;
- Desenvolvimento pessoal e profissional de servidores e gestores (consultorias/mentorias/monitoramento de cargos de gestão/atendimentos em geral),
- Capacitações técnicas e comportamentais (cursos abertos);
- Trilhas de Capacitação – organização e desenvolvimento de Trilhas técnicas e comportamentais;
- Processo seletivo interno (Novos servidores e gestores) e movimentação interna de pessoal (realocação de servidores);
- Banco de talentos;

- Teletrabalho (definição e acompanhamento de perfil junto aos gestores);
- Coordenação dos programas de estágios para estudantes de ensino médio, técnico e superior.

Neste relatório serão apresentados os principais resultados do quarto trimestre referentes ao ano de 2023, extraídos dos Indicadores da Qualidade, alcançados tanto pela GRT, quanto por meio de parcerias estabelecidas com áreas que possuem interface de atuação, tais como a EGC, conforme segue:

7.2.1.1. Indicadores de Capacitação - Quarto Trimestre de 2023

Quadro 7.4 – Quadro de Indicadores de horas, participações, temas e investimento

Indicadores de Treinamento		Resultado Acumulado		Meta Anual (Previsão)
Cursos: Carga Horária LND/GIEP	Extraplano	4.310 horas		Total: 17.000 horas/ano
	LND	7.873 horas		
	Total	12.183 horas		
	Eventos Externos s/ custo	1.162	6.270	
	Eventos Externos c/ custo	743		
	Eventos Internos s/ custo	99		
	Online s/ custo	4.250		
	Online c/ Custo	16	5.913	
	Escola de Contas	5.913		
	Escola de Contas - In Company	0		
	Total	12.183 horas		
Quantidade de Participações em cursos	Eventos Externos	126		354
	Multiplicações	0		
	Eventos Internos	33		
	On line	195		
	Escola de Contas - In company	0		1304
	Escola de Contas	1.304		
	Total	1.658 (Participações)		
Quantidade de Temas	Eventos Externos	57		203
	Multiplicações	0		
	Eventos Internos	4		
	On line	142		
	Escola de Contas - In company	0		106
	Escola de Contas	106		
	Total	309 (Temas)		

Investimentos	GRT	R\$ 70.965,20	Orçamento para o ano de 2023 R\$ 160.000,00
	Escola de Contas	R\$ 0	
Cursos/ Investimentos (R\$)	Total	R\$ 70.965,20	

Fonte: Indicadores da Qualidade – Ano 2023

Obs.: Os dados apresentados no quadro 1 poderão sofrer alterações, em função do recebimento de certificados de fornecedores de cursos em geral e da EGC, referentes ao exercício de 2023.

7.2.1.2. Comparativo - Realização de Capacitação Planejada (LND/GIEP) - Anos 2023/2022

Quadro 7.5 - Indicador Quantitativo Comparativo dos resultados do LND/23 e LND/22

INDICADORES – SEGUNDO TRIMESTRE	ANO 2023	ANO 2022
Carga Horária LND/GIEP	2.694	1.468
Eventos atendidos relacionados ao LND	161	61

Fonte: Indicadores da Qualidade - Ano 2023 e Ano 2022

7.2.1.3. Indicadores de Capacitação com base na meta anual - Áreas certificadas pela ISO/9001 (SFC/ETQC/GRT-URH) - Ano 2023

Quadro 7.6 – Indicadores das áreas certificadas

Indicadores	Resultado Acumulado	Meta 2023 9.000 horas
Carga horária/ano	4.489	
Investimento específico das áreas certificadas (R\$)	R\$ 26.518,00	
Nº de participantes atendidos	725	
Quantidade de Cursos/Eventos em geral - relativos às áreas certificadas	100	
Quantidade de Eventos correspondentes ao LND/2023 relativos às áreas certificadas	180	

Fonte: Indicadores da Qualidade Ano 2023

7.2.1.4. Trilhas de Capacitação Em TI

As trilhas de capacitação em TI são revisadas frequentemente, conforme necessidades de novos conteúdos e atualizações de sistemas.

7.2.1.5. Ecos do Comportamento

É um programa da GRT em parceria com a EGC, que tem como objetivo trazer temas importantes para o autoconhecimento e desenvolvimento das competências comportamentais e socioemocionais (soft skills) dos gestores e dos servidores colaboradores do TCMSp e da sociedade em geral, por meio de entrevistas com profissionais renomados da área de Gestão de Pessoas.

No quarto trimestre foi organizada e realizada a Webinar “**Neurofeedback: Explorando a plasticidade cerebral para o desenvolvimento emocional e cognitivo**”.

7.2.1.6. Coordenação de Estágios – TCMSP

A Coordenação dos programas de estágios para estudantes de ensino médio, técnico e superior, é a unidade responsável pelos processos de abertura de vagas junto ao agente integrador CIEE, triagem de currículos, para recrutamento e seleção de estagiários em atendimento às necessidades apontadas no LND, levantamento de perfis das vagas junto aos supervisores, bem como elaboração conjunta do Plano de Atividades de Estágio, de acordo com as carreiras requeridas pelas unidades, realizando também; contatos com estudantes e orientações sobre o processo seletivo, agendamento de entrevistas com estudantes e supervisores, preparação de laudos, atendimentos presenciais e virtuais a estudantes e supervisores de estágio, preparação e encaminhamento de dados de estudantes para contratação, recepção e encaminhamento de estudantes às unidades do tribunal, envolvendo admissão, aditamento e desligamentos de estagiários, bem como integração e orientações sobre regras de convivência aos novos estagiários e participação em treinamentos para apoio na formação profissional.

Quanto à parte administrativa, faz o controle e acompanhamento de vagas existentes nos contratos de Ensino Médio, Técnico e Superior, instrução de expedientes para renovações contratuais necessárias, bem como aditamentos relativos aumentos nos valores de taxas administrativas, bolsa-auxílio e auxílio transporte, além da elaboração e apontamento da frequência mensal, fechamento das folhas de pagamento, providências junto ao CIEE para apresentação de carta fatura e documentos necessários para repasse de valores relativos ao pagamento dos estagiários.

Neste quarto trimestre, além dessas atividades rotineiras elencadas acima, foram realizados os seguintes procedimentos pela Coordenação de estágios:

Abertura de processos seletivos para atendimento às demandas das unidades do tribunal, resultando na contratação de 64 estagiários e desligamento de 24 no terceiro trimestre.

7.2.1.7. Atividades Diversas

Participação na comissão de Planejamento estratégico, representando a área de Gestão de Pessoas.

A Política de Gestão de Pessoas, representa um conjunto claro e objetivo de diretrizes, normas e procedimentos adotado por uma organização e orientado para a busca de alternativas e soluções que atendam os interesses tanto desta como de seus colaboradores, proporcionando condições adequadas ao desenvolvimento, valorização e retenção de pessoas.

Em 22 de junho de 2022, o grupo de intervenção criado para essa finalidade, conforme TC 001997/2021, deu encaminhamento deste citado TC à Secretaria Geral. contendo a minuta de resolução da “Política de Gestão de Pessoas do TCMSP” que faz parte do Plano Anual 2020, inserido no âmbito do Planejamento Estratégico do TCMSP, à pç. 24, e neste momento, à pedido da presidência, em função da importância da proposta de Resolução, encontra-se sob análise pelos Excelentíssimos Conselheiros, para conhecimento e manifestação.

Organização do Programa de Integração Interáreas se encontra na 12ª apresentação até o presente momento.

Captação e seleção de cursos online, com base no LND ou extraplano e GIEP, para divulgação aos servidores.

Realização de Mentoria a gestores aprovados nos processos seletivos, a fim de auxiliar o novo gestor na condução e redução do tempo de integração com os membros da equipe, assim como acelerar a sua adaptação às novas atividades e processos de trabalho da área.

Realização conjunta com a SCE de processos seletivos no âmbito desta Subsecretaria, entrevistas, aplicação de testes, elaboração de laudos e reuniões para escolha de candidatos para as vagas em aberto.

Participação no grupo de reestruturação do “Programa Cidadania em Contas”, que tem como objetivo levar informações à sociedade em geral sobre o papel do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

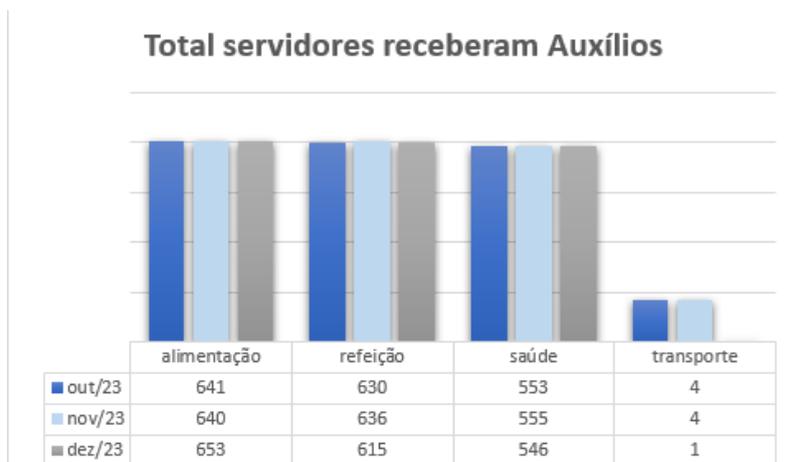
Participação e atuação direta na comissão sobre Teletrabalho, atendimento a gestores e servidores.

Participação e atuação direta da GRT em etapa de acompanhamento/feedback do tratamento relacionado à fase da Análise de Perfil do Teletrabalhador a cada período de renovação.

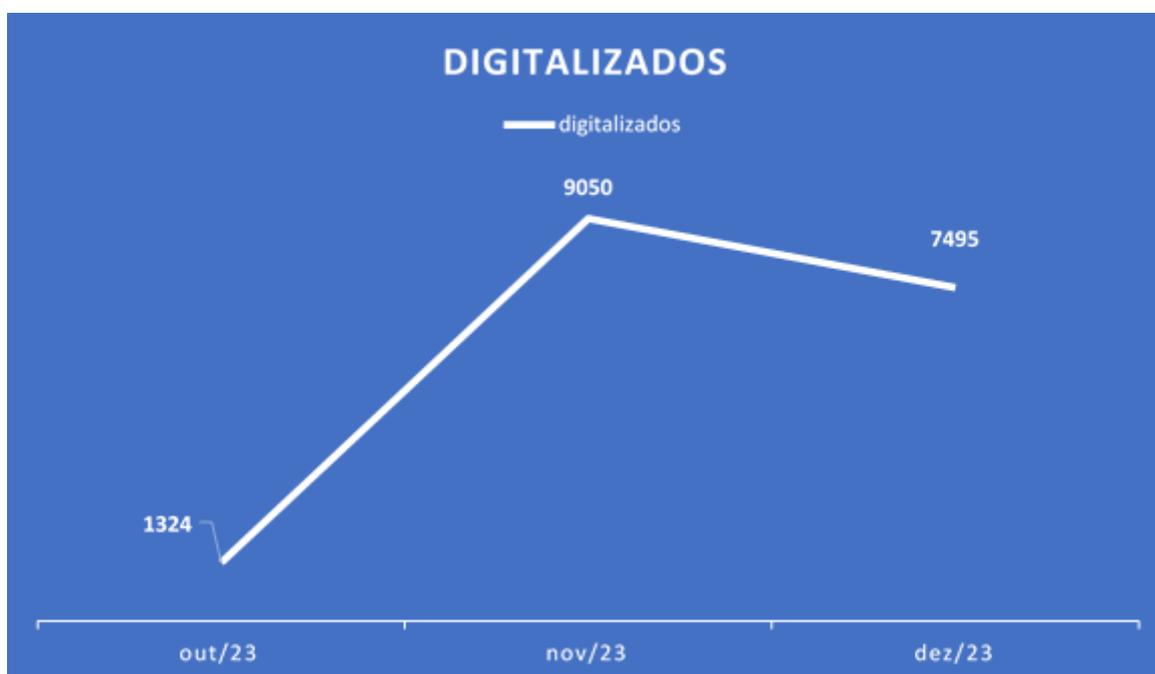
Desenvolvimento de times – **Programa de Desenvolvimento de Gestores e Equipe:** Realização de encontros com os gestores da SCE e Coordenadoria Processual com o objetivo de discutir questões relacionadas à gestão de pessoas.

7.2.2. Coordenadoria de Recursos Humanos (CRH)

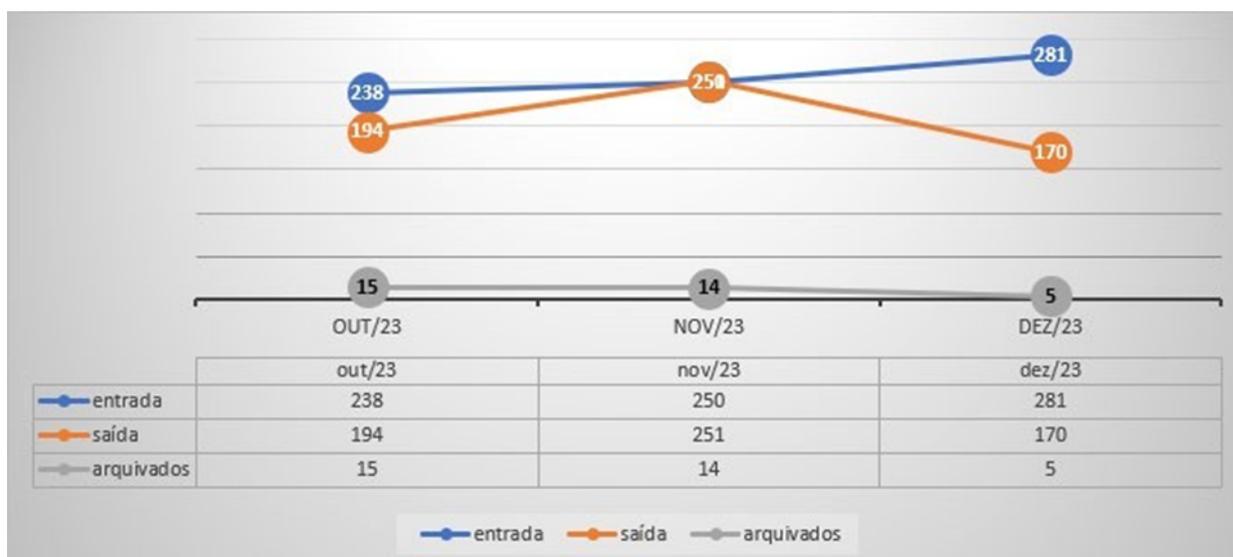
- Acompanhamento de leis, decretos, portarias, despachos e licenças médicas, cursos, palestras, publicadas diariamente no Diário Oficial da Cidade de São Paulo;
- Conferência e assinatura:
 - a) folhas de pagamento e do 13º salário dos servidores ativos e inativos;
 - b) cartas margens para empréstimo consignado com posterior envio às Instituições Bancárias conveniadas com esta Corte;
 - c) declarações, certidões e ofícios;
 - d) processos, expedientes, memorandos, relatórios, ofícios, publicações, cálculos, contratos e demais documentos afins;
 - e) acompanhamento e conferência livro de registro de ponto das áreas;
 - f) conferência diária de portarias e assinatura de laudas para publicação;
 - g) conferência e fechamento mensal da planilha para pagamento de auxílio saúde de todos servidores ativos e inativos que optaram por receber o benefício;
 - h) conferência e fechamento mensal da planilha para pagamento do auxílio alimentação para pagamento do auxílio alimentação para todos os servidores ativos no TCMSP;
 - i) conferência e liberação para auxílio refeição e transporte;



- Contatos Internos e externos;
- Atendimento e orientações servidores ativos e inativos;
- Compra de coroa de flores e atendimento aos familiares em caso de falecimento;
- Digitalização de pareceres, legislações, documentos e processos;



- Controle de escala de férias servidores;
- Organização e arquivamento de documentos nas pastas internas da Coordenadoria;
- Participação em reuniões: Superior Administração, Subsecretaria Administrativa, Comissões Teletrabalho, Concurso, Paritária, PRODAM, IPREM e demais convocações;
- Digitação e assinatura de informações (adicionais, abono de permanência, enquadramento, aposentadoria, férias em pecúnia, auxílio doença, ações de procedimento ordinário, auxílio funeral, abono remuneratório, horário de estudante, licença paternidade, licença maternidade, gala, nojo, exoneração, isenção de imposto de renda, cursos, nomeação, férias, lotação), relatórios, memorandos, ofícios e declarações;
- Processos/documentos - recepção, instrução, junção de documentos, análise, conferência, assinatura e tramitação;



- Portarias – confecção, anexa em e-tcm para solicitação assinatura superior, publicação, envio para divulgação (quando for o caso), arquivamento;
- Publicações – confecção de lauda, conferência, envio para autorização chefe de gabinete/Subsecretário Administrativo, envio SEI;
- Vídeo conferência com a equipe – contado diário com a equipe;

- Envio de senhas – quando solicitado via e-mail senha para acesso SIGPEC;
- Título de aposentadoria – fase final de processo de aposentadoria, confecção, conferência, assinatura da Presidência, junção em processo para prosseguimento de análise de área responsável;
- Recebimento e cadastramento de certificado – recepção de certificados via sistema EGC, via e-mail (certificados externos), cadastramento em sistema para fins de evolução funcional e GIEP e posterior arquivamento;
- Ordem de lotação - recepção de solicitação autorizada pelo Subsecretário Administrativo, alteração sistemas sigpec, emissão de ordem de lotação e ciência dos interessados e NTI, posterior arquivamento;
- Ficha limpa – recepção de documento anual;
- Acompanhamento e renovação contratos da área;
- Recadastramento de servidores ativos via sistema;
- Canal de atendimentos servidores ativos;
- Portal dos aposentados;
- Acompanhamento e reunião para implantação do sistema de atividades diárias para teletrabalho/presencial e frequência dos servidores;
- Atualização e implantação de fluxo de trabalho (enquadramento, nojo, licença paternidade);
 - Digitalização dos prontuários;
 - Arquivamento e organização dos prontuários no ARQUIVO CRH DOCUMENTOS FUNCIONAIS e arquivo físico de prontuários CRH.

7.2.2.1. Unidade Técnica de Controle, Cadastros e Benefícios

- Recebimento de Laudo Médico Pericial DESS e confecção de lauda das licenças médicas;
- Contatos externos: servidores Inativos e Pensionistas;

- Digitalização de documentos;
- Base de dados de servidores ativos/inativos: DECLARAÇÃO DE FAMÍLIA WEB;
- Acompanhamento documentos Plano de Saúde – servidores inativos;
- Orientação entrega documentação após aposentadoria;
- Recadastramento inativos e ativos.

7.2.2.2. Unidade Técnica de Registro de Pessoal

- Instrução de processos e expedientes;
- Contagens de tempo (aposentadoria, adicionais e evolução funcional);
- Anotações e conferências diárias de ocorrências;
- Arquivo de documentação nos respectivos prontuários e pastas de controle;
- Encaminhamento mensal de folha de pagamento à Coordenadoria de Recursos Humanos;
- Digitalização de documentos funcionais;
- Confecção de carteiras funcionais e crachás de identificação;
- Levantamento de avaliação de desempenho dos servidores para efeito da aplicação da Lei Municipal nº 14.706/2008;
- Acompanhamento diário de leis, decretos, despachos, portarias e licenças médicas publicadas no DOC;
- Anotações em carteiras de trabalho de celetistas;
- Atualização de relação de cargos, lotação, horários de servidores e cadastramentos;
- Emissão mensal de atos de admissão e contratação de pessoal;
- Emissão de atestados de frequência para comissionados.

7.2.2.3. Unidade Técnica de Folha de Pagamento

- Lançamentos: auxílio refeição, auxílio alimentação, auxílio saúde, empréstimos consignados, empréstimos hipotecários;
- Atualização de arquivos digitais;
- Cadastro: dependente de Isenção de Imposto de Renda, domicílio bancário;
- Cartas margens para empréstimo consignado – emissão;
- Certidões/declarações – confecção e conferência;
- Controle e movimentação de ativos/inativos;
- Folha de pagamento – processamento (ativos e inativos), ficha financeira, IPREM, pagamentos suplementares;
- Holerites de comissionados – obtenção e organização;
- Instrução processo/expedientes
- IPREM - conferência/conciliação base de dados;
- Ocorrências - integração (conferência de lançamentos);
- Processos/documentos– entrada/saída(controle);
- Relatórios e planilhas de cálculos afins da área;
- Sistema Empresa de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (SEFIP) / Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (GFIP) – conferências/ simulação de fechamento/envio.

7.3. Gestão Patrimonial

Os bens objeto de controle são divididos em bens móveis, imóveis e intangíveis. A posição contábil em 31.12.2023, líquida da depreciação e amortização, é a evidenciada no quadro abaixo:

Quadro 7.7 – Bens móveis, imóveis e intangíveis

Bens	Valores (R\$)	%
Bens imóveis	447.670.827,84	91,49
Bens intangíveis	25.587.669,39	5,23
Bens Móveis	16.044.312,75	3,28
Total	489.302.809,98	100,00

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças

8. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O Núcleo de Tecnologia da Informação é responsável pela manutenção e gestão de todas as demandas referentes ao ambiente tecnológico do TCMSP, incluindo planejamento, soluções, sistemas, equipamentos, telefonia e serviços.

8.1. Unidade Técnica de Administração de Redes e Banco de Dados

Responsável pela sustentação do ambiente tecnológico e aquisição de novos equipamentos e tecnologias.

Destaca as seguintes atividades no período:

- Verificação diária, de forma remota e presencial, dos equipamentos do Datacenter, Servidores de acesso, links de telefonia, nobreaks, gerador, servidores de banco de dados, ar condicionado e demais equipamentos;
- Atualização de versões de sistemas, criação de estações virtuais para acesso remoto;
- Consolidação das rotinas de backup em Nuvem;
- Implantação da solução de Análise de Tráfego de Rede;
- Implantação das licenças Office 365;
- Elaboração do termo de aditamento dos equipamentos do projeto LedWall;
- Elaboração de termo de aditamento do Storage Lenovo;
- Acompanhamento do Pregão para aquisição de solução de Firewall de aplicação;
- Elaboração de Projeto para atualização do sistema operacional dos servidores Windows;

8.2. Unidade Técnica de Suporte ao Usuário

Responsável pelo suporte ao usuário, solucionando chamados técnicos relativos ao uso de nossos equipamentos, soluções e serviços. Destaca as seguintes atividades no período:

8.2.1. Abertura de chamados técnicos e orientação aos usuários:

8.2.1.1. Sistemas de conectividade;

- V.P.N., FortiClient, Parallels, e-TCM (token).

8.2.1.2. Sistemas e aplicativos de vídeo conferência;

- Microsoft Teams, Google Meeting, Hangouts, Zoom.

8.2.1.3. Sistemas corporativos.

- Groupwise (e-mail), Telefonia I.P., Aperfeiçoamento Contínuo, Átomo-Radar (Panorama, Sigma, Ábaco), SOF, Sigpec, Prodam, Controle Médico e TCM-RH.

8.2.2. Atendimentos de suporte:

- Suporte técnico e infraestrutura para sessões plenárias;
- Alterações de layouts com implantação de cabeamento estruturado e conexões de rede;
- Suporte ao teletrabalho;
- Suporte ao trabalho presencial;
- Sincronização de ocorrências com a UTARBD, UTDS e Suporte e-TCM.

8.2.3. Equipamentos

8.2.3.1 Gerenciamento e controle

- Microcomputadores e monitores;
- Notebooks;
- Impressoras;

- Scanners;
- Telefones I.P.s.

8.2.4. Gestão de contratos

- Contrato 12/2022, empresa VSP SOLUTION LTDA;
- Contrato 09/2021, empresa SIMPRESS COMÉRCIO LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA;
- Contrato 28/2021, empresa DATEN TECNOLOGIA LTDA.

8.3. Unidade Técnica de Desenvolvimento de Sistemas

Responsável pelo desenvolvimento e manutenção corretiva e evolutiva dos sistemas internos do TCMSP.

8.3.1. Relatórios Publicados

Neste trimestre a UTDS viabilizou a publicação de 10 (dez) documentos relacionados à Resolução 05/2016, que dispõe sobre o acesso às informações dos processos em tramitação.

8.3.2. Sistemas desenvolvidos internamente

Durante o período, a tabela a seguir apresenta a quantidade de tickets abertos e fechados para as demandas corretivas e evolutivas dos sistemas desenvolvidos pela unidade.

	Tickets Abertos	Tickets Fechados
eTCM	45	32
BI (Qlik)	15	16
Átomo	17	22
Site Internet	33	30
Intranet	3	13
UTAP (Aposentadoria)	9	9
Outros	11	10

133	132
------------	------------

Destaca-se a implementação do portal de atendimento do NTI para centralizar os chamados de usuários e otimizar a resolução de dúvidas, problemas e solicitações atendidas pelas áreas que compõe o Núcleo de Tecnologia.

9. CONTROLE INTERNO

A Controladoria Interna, vinculada ao Gabinete da Presidência, atua como Unidade de Controle Interno, nos termos da Resolução Atricon nº 04/14, e é responsável pela coordenação, orientação e avaliação do Sistema de Controle Interno.

9.1. Execução de Atividades por Tema

9.1.1. Auxílio Saúde

- Auditoria para verificação da observância aos regulamentos que disciplinam o pagamento do auxílio saúde aos servidores do TCM.
- Monitoramento das recomendações da auditoria anterior.

9.1.2. Monitoramento da Fruição de Férias

- Verificação da observância aos regulamentos que disciplinam a fruição de férias, com ciência das observações à Presidência.

9.1.3. Recomendações de Exercícios Anteriores – Contas TCM 2022

- Acompanhamento das Recomendações de Exercícios Anteriores – Contas TCM 2022.

9.1.4. Transparência

- Participação no Projeto de Aprimoramento da Página de Transparência do TCMS (Plano Setorial 22-23).

9.1.5. Nova normatização para a Controladoria Interna

- Elaboração de diagnóstico e proposta de nova normatização para a Controladoria Interna.

CONTROLE INTERNO - Consolidado 2023

Execução de Atividades por Tema

Geral

- Resumos e apresentação dos trabalhos da Controladoria Interna para a Alta Direção (nova gestão): Fluxo dos Processos de Controle Externo, Quadro de Auditores e Despesas com Informática.

Acompanhamento da Gestão Orçamentária e Financeira

- Verificação e assinatura dos demonstrativos quadrimestrais do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Transporte

- Avaliação do sistema de transporte utilizado no TCM.

Acompanhamento Execução Contratual

- Verificação da execução contratual de contratos de aquisição e serviços de informática.

Auxílio Saúde

- Auditoria para verificação da observância aos regulamentos que disciplinam o pagamento do auxílio saúde aos servidores do TCM.
- Monitoramento das recomendações da auditoria anterior.

Monitoramento da Fruição de Férias

- Verificação da observância aos regulamentos que disciplinam a fruição de férias, com ciência das observações à Presidência.

Recomendações de Exercícios Anteriores – Contas TCM 2022

- Acompanhamento das Recomendações de Exercícios Anteriores – Contas TCM 2022.

Institucional

- Apresentação da Controladoria Interna no Projeto Integração Interáreas.

Transparência

- Participação no Projeto de Aprimoramento da Página de Transparência do TCMSP (Plano Setorial 22-23).
- Avaliação do TCM pelo Programa Nacional de Transparência Pública - PNTP.

Nova normatização para a Controladoria Interna

- Elaboração de diagnóstico e proposta de nova normatização para a Controladoria Interna.

10. ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO E CONTAS PÚBLICAS – TCMSP

10.1. Coordenadoria I – Cursos de Extensão

Considerando as diretrizes do novo Regimento Interno aprovado, e sob a perspectiva da humanização e integração das ações pedagógicas, a Escola Superior de Gestão e Contas Públicas (EGC) do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP) pauta sua atuação na perspectiva de uma escola cidadã, plural, democrática e republicana.

Em 2023, a COTEC I ofereceu 131 turmas, com 9.712 inscritos. Essas turmas estavam distribuídas entre cursos de formação, treinamento, aperfeiçoamento e extensão. Todas as propostas de cursos foram submetidas à aprovação da Diretoria da EGC. Foi realizado o planejamento dos cursos de cada área de atuação. As Coordenadorias Técnicas estabeleceram suas diretrizes táticas e operacionais, elaboraram e fizeram o acompanhamento do cronograma dos cursos de sua área de atuação; acompanhando ainda a execução dos cursos. Cada área também analisou a tabulação e os resultados de avaliação dos cursos, no intuito de buscar permanentemente melhorias e aperfeiçoamento sempre que necessário e exerceu outras atribuições advindas da execução dos cursos de sua área de atuação.



10.1.1. Programas em Destaque

a) Programa Jovem Monitor Cultural

O Programa Jovem Monitor Cultural (PJMC) foi criado pela Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo e realiza a formação em gestão cultural para jovens. O programa foi instituído pela Lei 14.968/09 e pelo Decreto 51.121/09 e atende jovens de 18 a 29 anos. O programa conta com aproximadamente 330 jovens que atuam em 141 diferentes equipamentos de cultura da cidade de São Paulo, como teatros, bibliotecas, casas de cultura, museus e centros culturais. Hoje o PJMC é o maior programa de formação cultural de jovens da América Latina.

Em 2023, a EGC passou a participar do processo de formação do PJMC. Entre os meses de abril e julho de 2023, a Escola iniciou suas atividades junto ao PJMC na forma de um projeto-piloto. Em agosto de 2023 a Escola formalizou essa parceria por meio da assinatura de um termo de cooperação com a Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo.

Em 2023, a EGC, em parceria com a SMC, promoveu e concluiu a formação do PJMC para 110 jovens. Em outubro de 2023, iniciou-se a formação de mais 170 jovens que concluirão o curso em 2024.

Tabela 10.1 Cursos de extensão e jovens do PJMC inscritos - Abril a setembro de 2023.

Cursos de Extensão	Turma PJMC	Número de Inscritos
Inferência, explicação e compreensão: modalidades de racionalidade nas ciências formais, naturais e humanas e sociais	1,2,3,4,5 e 6	330
Introdução à Redação Oficial	1 e 2	110
Elaboração e Implementação de Políticas Públicas	1,2,3,4, 5 e 6	330
Tópicos de Redação Oficial	1 e 2	110
Redação Oficial	3,4,5 e 6	220
Total		1110

Fonte: Própria

Tabela 10.2 Cursos de extensão e jovens do PJMC inscritos - Outubro a dezembro de 2023

Curso de Extensão	Turma do PJMC	Número de inscritos
Direito Administrativo	1,2,3 e 4	160
Matemática Financeira	1,2,3 e 4	160
Ciência Política	5,6,7 e 8	160
Políticas Públicas	5,6,7 e 8	160
Total		640

Fonte: Própria

b) Formação de Gestores Públicos – Projeto-Piloto

Em setembro de 2023 a EGC deu início a um projeto-piloto de cursos de extensão denominado Programa de Formação de Gestores Públicos (PFGP).

O PFGP constitui-se como um projeto inovador da Coordenadoria de Cursos de Extensão em 2023. A formação do PFGP acontece por uma sucessão de atividades de capacitação na forma de Trilhas de Aprendizagem. Os conteúdos pedagógicos são ofertados de forma sequencial com o propósito de constituir os conhecimentos e as habilidades inerentes à gestão pública. O público-alvo do Programa de Formação de Gestores Públicos é constituído por servidores públicos que exercem atividade de gestão ou por pessoas que pretendem ser gestores na Administração Pública, de modo que qualquer pessoa pode participar desse programa.

A primeira turma do PFGP acontece em caráter de projeto-piloto e contempla servidores públicos de seis prefeituras da região metropolitana de São Paulo: Diadema, Itaquaquecetuba, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra e Santo André. Ao todo estão matriculados 160 alunos nesta primeira turma, os quais iniciaram e devem concluir dois cursos de extensão no ano de 2023.

Tabela 10.3 Número de matriculados no Programa de Formação de Gestores 2023

Cursos de extensão do PFGP em 2023	Número de alunos matriculados
Administração e Organização do Estado	160
Administração Financeira e Controle Externo	160
Total	320

Fonte: Própria

c) Nova Lei de Licitações e Contratações Administrativas - Lei nº 14.133/2021

Com a aprovação da Lei nº 14.133/2021 a EGC reformulou, atualizou e incluiu abordagens formativas inovadoras a fim de atender à exigência legal, uma vez que a nova lei lança luz ao novo marco regulatório geral para as Licitações e Contratos Administrativos no Brasil. Foram 3.120 agentes públicos inscritos, nos 14 (quatorze) Cursos de Extensão, que abordaram o assunto por diversos prismas (conforme tabelas abaixo).

Todas as formações foram oferecidas pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas e pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo, contando com profissionais qualificados, convidados(as) e servidores e servidoras internos(as). Desde o planejamento inicial, envolvendo temáticas, carga horária, conteúdos programáticos, avaliação e inscrições totalmente gratuitas e abertas aos interessados no tema em todo o Brasil, até a certificação foram de responsabilidade exclusiva da EGC.

d) Brasil 200 Anos

Por ocasião do bicentenário da Independência do Brasil, a EGC ofereceu diversos cursos sobre a formação do Estado Brasileiro, tratando de temas como as Constituições Brasileiras, a história dos Tribunais de Contas no Brasil, a história da dívida pública externa brasileira e a história da Administração Pública no Brasil desde o Império.

e) Cursos de Cultura

Dentro da compreensão de que cultura também é educação, iniciamos em 2023 formações sobre Literatura e Filosofia na Antiguidade Clássica e na Idade Média Ocidentais.

Tabela 10.4 Cursos de Extensão – Sumário – 4º Trimestre/2023

Total de cursos	Inscritos(as)
29	2587

Fonte: Autoria própria

Tabela 10.5 Cursos de Extensão Sumário - 2023

Total de cursos	Inscritos(as)
131	9712

Tabela 10.6 Relação de cursos ofertados e inscritos em 2023

Janeiro			
Início	Fim	Curso de extensão	Inscritos(as)
18.01.2023	08.03.2023	Políticas Públicas e Constitucionalismo: uma visão panorâmica	49
20.01.2023	24.02.2023	Teorias Clássicas de Geopolítica	50
23.01.2023	27.02.2023	Matemática Financeira	48
Subtotal			147
Fevereiro			
Início	Fim	Curso de extensão	Inscritos(as)
02.02.2023	23.02.2023	Introdução a Avaliação de Políticas Públicas	60
Subtotal			60
Março			
Início	Fim	Curso de extensão	Inscritos(as)
01.03.2023	05.04.2023	Licitação na Modalidade Pregão - Formação de Pregoeiro	296
02.03.2023	06.04.2023	Análise territorial de políticas públicas: com noções de GEOSAMPA e QGIS	31
06.03.2023	29.03.2023	Análise de Projetos de Investimentos	48
06.03.2023	15.05.2023	LICENCIAMENTO AMBIENTAL	33
10.03.2023	28.04.2023	Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos: inovações e impactos	303
10.03.2023	10.03.2023	Multiplicação do Curso de Auditoria Estatutário	02
13.03.2023	13.03.2023	OFICINA PRÁTICA DE RESPONSABILIZAÇÃO	12
14.03.2023	14.03.2023	OFICINA PRÁTICA DE RESPONSABILIZAÇÃO	14
17.03.2023	05.04.2023	Planejamento e Orçamento Público	48
21.03.2023	18.04.2023	O Ciclo de Políticas Públicas	48
21.03.2023	11.04.2023	Liderança e Gestão de Equipe Híbrida: os novos desafios dos Gestores do TCMSP	14
22.03.2023	19.04.2023	Fundamentos teóricos, históricos e sistemáticos do Estado moderno: uma introdução à Teoria Geral do Estado	41
23.03.2023	13.04.2023	Curso de Formação ao CASC-FUNDEB	17
23.03.2023	20.04.2023	Introdução ao Orçamento Público: conceitos, processo e funções orçamentárias	60
30.03.2023	30.03.2023	Apresentação da ferramenta Ábaco	16
Subtotal			983
Abril			
Início	Fim	Curso de extensão	Inscritos(as)
03.04.2023	29.05.2023	Resíduos Sólidos de Construção Civil: Reciclagem e Retorno Econômico.	32
05.04.2023	26.04.2023	Educação Financeira: Como administrar o seu dinheiro	48
13.04.2023	04.05.2023	Indicadores para cidades e comunidades sustentáveis: conceitos e enfrentamentos	98
27.04.2023	22.06.2023	SAÚDE PÚBLICA: Planejamento da Gestão	72
27.04.2023	01.06.2023	Desafios para a efetivação do Controle Social na cidade de São Paulo	36
Subtotal			286

Maio			
INÍCIO	FIM	Curso de extensão	Inscritos(as)
04.05.2023	25.05.2023	O Poder Público e a Blockchain	113
04.05.2023	25.05.2023	Regimento Interno do TCMSP e processo administrativo	108
08.05.2023	05.06.2023	Introdução à Teoria Constitucional contemporânea: Lassalle, Schmitt, Kelsen, Hesse e Häberle	23
11.05.2023	01.06.2023	FORMAÇÃO EM PLANO DIRETOR	59
16.05.2023	06.06.2023	Indicadores de qualidade da educação e a formulação da política educacional no Brasil	19
Subtotal			322
Junho			
Início	Fim	Curso de extensão	Inscritos(as)
01.06.2023	01.06.2023	Curso: A Literatura Greco-Latina por Otto Maria Carpeaux em História da Literatura Ocidental	33
01.06.2023	13.07.2023	Sistema de Gestão da Qualidade	46
01.06.2023	13.07.2023	Controle social do sistema de planejamento urbano e orçamentário	59
02.06.2023	02.06.2023	Novos grafos do RADAR	52
05.06.2023	28.06.2023	Modelagem Econômica de Parcerias Público-Privadas (PPP's)	73
06.06.2023	13.06.2023	Brasil 200 Anos: As Constituintes e as Constituições do Brasil (1823.1824 – 1987.1988)	96
12.06.2023	21.06.2023	Normalização de trabalhos e artigos acadêmicos	49
13.06.2023	29.06.2023	Liderança e Gestão de Equipe Híbrida: os novos desafios dos Gestores do TCMSP	21
15.06.2023	15.06.2023	Uma visão panorâmica da Nova Lei de Licitação	149
16.06.2023	07.07.2023	Custos e Despesas Públicas	37
22.06.2023	13.07.2023	Nova Lei de Licitações : Noções Introdutórias e o Controle Externo	299
30.06.2023	01.08.2023	Capacitação sobre o software Qilic Sense	9
Subtotal			923
Julho			
Início	Fim	Curso de extensão	Inscritos(as)
03.07.2023	03.07.2023	Capacitação sobre o software Qilic Sense	22
05.07.2023	12.07.2023	Brasil 200 anos: a dívida pública externa brasileira.	83
06.07.2023	17.08.2023	SAÚDE PÚBLICA: CONTROLE INTERNO – Avaliação de desempenho	55
06.07.2023	13.07.2023	Brasil 200 anos: 200 anos da Administração Pública Brasileira	93
12.07.2023	12.07.2023	TRILHA: Auditoria Governamental	129
14.07.2023	14.07.2023	Capacitação sobre o software Qilic Sense	22
20.07.2023	27.07.2023	Agentes Públicos	40
27.07.2023	27.07.2023	A Idade Média por Otto Maria Carpeaux em História da Literatura Ocidental	59
Subtotal			503

Agosto			
Início	Fim	Curso de extensão	Inscritos(as)
03.08.2023	10.08.2023	Introdução ao Orçamento Público	98
07.08.2023	30.08.2023	Matemática Financeira	60
07.08.2023	07.08.2024	Capacitação sobre o software Qilic Sense	22
10.08.2023	10.08.2023	Duração dos Contratos Administrativos à Luz do Direito Financeiro	197
10.08.2023	31.08.2023	Introdução à Análise de Políticas Públicas	82
12.08.2023	12.08.2024	TRILHA: Contabilidade Aplicada ao Setor Público	127
15.08.2023	12.09.2023	Ciclo de Formação para os Conselheiros Participativos Municipais	82
17.08.2023	24.08.2023	Introdução as Políticas Públicas	110
22.08.2023	19.09.2023	Políticas Públicas e Constitucionalismo: uma introdução	74
31.08.2023	19.10.2023	Avaliação da saúde no município de São Paulo: RAG	50
31.08.2023	28.09.2023	Nova Lei de Licitações e o Decreto Municipal nº 62.100/2022: Aspectos técnicos e Práticos da Legislação Federal e Municipal	302
Subtotal			1204
Setembro			
Início	Fim	Curso de extensão	Inscritos(as)
05.09.2023	12.09.2023	Contratação Direta na Nova Lei de Licitações e Contratos	296
14.09.2023	28.09.2023	Financiamento da Educação no Brasil	50
15.09.2023	15.09.2023	TRILHA: Utilização da Plataforma Teams	16
18.09.2023	11.10.2023	Análise de Projetos de Investimentos	28
21.09.2023	21.09.2023	Brasil 200 Anos: Os Tribunais de Contas e Constituições do Brasil	27
21.09.2023	28.09.2023	Agentes Públicos	27
28.09.2023	28.09.2023	Financiamento de Campanhas Eleitorais em âmbito Municipal	183
Subtotal			627
Outubro			
Início	Fim	Curso de extensão	Inscritos(as)
03.10.2023	31.10.2023	Fundamentos teóricos, históricos e sistemáticos do Estado moderno: uma introdução à Teoria Geral do Estado	106
04.10.2023	25.10.2023	Gestão e Fiscalização de Contratos sob a Ótica da Nova Lei de Licitações	298
05.10.2023	16.10.2023	Workshop React	13
05.10.2023	05.10.2023	IRIS Nova Versão	20
05.10.2023	05.10.2023	Diálogo competitivo e instrumentos auxiliares das licitações e das contratações regidas pela Lei n.º 14.133/2021	206
10.10.2023	10.10.2023	Jurisprudência nos Tribunais de Contas	153
17.10.2023	07.11.2023	Formação em Plano Diretor	79
18.10.2023	27.10.2023	Estatística em Políticas Públicas	37
19.10.2023	26.10.2023	O Ciclo de Políticas Públicas	83
Subtotal			995

Novembro			
Início	Fim	Curso de extensão	Inscritos(as)
01.11.2023	13.11.2023	ODS 11 – Diálogos sobre indicadores para cidades sustentáveis	115
09.11.2023	04.12.2023	Liderança e Gestão de Equipe Híbrida: os novos desafios dos Gestores do TCMSP	17
09.11.2023	30.11.2023	Procedimentos auxiliares na nova lei de licitações e Contratos Administrativos	299
09.11.2023	09.11.2023	O papel do Poder legislativo no orçamento público	56
09.11.2023	16.11.2023	Avaliação de Políticas Públicas	78
21.11.2023	21.11.2023	O Direito à Cidade e os Direitos Humanos	116
23.11.2023	30.11.2023	Políticas Públicas e Indicadores de Qualidade da Educação no Brasil	75
28.11.2023	28.11.2023	Oficina Governo Aberto: Discursos em disputa: conceitos e práticas da cartografia social para mobilização e participação	25
28.11.2023	28.11.2023	A Saúde Pública no Brasil, no Estado e no Município de São Paulo na Era Vargas	45
28.11.2023	28.11.2023	Oficina Governo Aberto: Você Habita Sampa: Classificando e caracterizando o território Utilizando o Habita Sampa Mapa	18
30.11.2023	30.11.2023	Introdução ao Federalismo Fiscal Brasileiro	68
30.11.2023	12.12.2023	Semana de Capacitação da Coordenadoria Processual	48
30.11.2023	30.11.2023	Oficina Governo Aberto: De Repente 2030: a Década da Ação para implementação dos ODS nas cidades	25
Subtotal			985
Dezembro			
Início	Fim	Curso de extensão	Inscritos(as)
04.12.2023	04.12.2023	Integridade na Administração Pública e Compliance Empresarial na Nova Lei de Licitações	122
05.12.2023	05.12.2023	Oficina Governo Aberto: Novas visões da Cidade	30
05.12.2023	19.12.2023	Planejamento na Nova Lei de Licitações e Contratos Lei nº 14.133/2021	250
05.12.2023	05.12.2023	Oficina Governo Aberto: Imposto para que e para quem? A estrutura tributária brasileira, o lugar das cidades, reforma tributária e principais receitas em São Paulo	34
05.12.2023	07.12.2023	Federalismo e Políticas Públicas no Brasil	44
07.12.2023	07.12.2023	Arbitragem na Administração Pública	112
15.12.2023	15.12.2023	Oficina Governo Aberto: ODS no meu território: luz, câmera, ação!	15
Subtotal			607
Total parcial			7642
PJMC			1750
Formação de Gestores			320
TOTAL GERAL			9712

10.2. Coordenadoria II – Pós-Graduação

Em 2023 a Escola Superior de Gestão e Contas Públicas do TCMSP teve quatro cursos de pós-graduação *lato-sensu* com aulas em andamento: **Aperfeiçoamento**

em Gestão Pública, Especialização em Direito Administrativo, Especialização em Políticas Públicas e Especialização em Formação do Estado: Ética e Filosofia Política. Outros dois cursos de pós-graduação *lato-sensu* estiveram em vias de conclusão em 2023, nos quais os alunos não tiveram mais aulas, mas participaram das bancas de TCC: **Especialização em Direito Público Municipal e Especialização em Gestão e Controle Social das Políticas Públicas.**

Em 2023 havia 263 alunos matriculados nos cursos de pós-graduação da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas do TCMSP. A quantidade total de horas em aulas ministradas nos cursos de pós-graduação da EGC foi de 900 horas, relativas a 21 disciplinas ministradas em 2023.

No primeiro semestre de 2023 a EGC lançou o processo para a seleção de candidatos ao curso de pós-graduação Especialização em Formação do Estado: Ética e Filosofia Política. Foram ofertadas 50 (cinquenta) vagas para o curso de Especialização em Formação do Estado: Ética e Filosofia Política. O processo seletivo de 2023 teve número recorde de 632 inscritos, o que representou aproximadamente 30 candidatos por vaga.

No mês de dezembro a EGC publicou novo edital para o preenchimento de 70 vagas para os cursos de pós-graduação de Especialização em Políticas Públicas⁵ - 35 vagas - e Especialização em Direito Administrativo⁶ - 35 vagas. O início das aulas será em março de 2024.

10.3. Coordenadoria III – Palestras e Eventos

Em 2023, foram realizados 63 eventos em suas dependências, elaborados diretamente pela Coordenação. Para além desses eventos, a COTEC III atuou indiretamente em outras iniciativas do TCMSP, em apoio institucional, de

⁵ Aprovado pelo Conselho Estadual de Educação - CEE da Secretaria Estadual da Educação de São Paulo, conforme Parecer nº 32/2022.

⁶ Aprovado pelo Conselho Estadual de Educação - CEE da Secretaria Estadual da Educação de São Paulo, conforme Parecer nº 72/2022

planejamento e operacional. Nas transmissões online pelo canal do Youtube da Escola de Gestão e Contas, foram contabilizadas, até o início de dezembro de 2023, 24.301 visualizações.

Quanto à modalidade do evento, 31 encontros foram realizados de forma presencial, os demais 32 eventos foram realizados remotamente por intermédio da plataforma *StreamYard*, – assim, houve distribuição igualitária de planejamento entre eventos presenciais e remotos. No que tange ao público, os eventos deste ano contaram com a inscrição de 7.211 pessoas, o que nos confere uma média de 145 inscritos por evento. Destaque-se que, aproximadamente 12 eventos não exigiram registro de inscrições. Já a contagem de certificações emitidas pela EGC, o sistema Moodle registrou a emissão de 4.011 certificados.

Quanto ao recorte temático dos eventos, assim houve sua distribuição: 16% das palestras realizadas cuidaram de temática licitações e contratos administrativos; 14% das atividades trouxeram questões relativas à cultura; 11%, temas de auditoria; 8%, temas comportamentais e de gestão de pessoas; ao passo que a temática de direitos humanos, de políticas públicas em saúde e de inovação representaram, cada uma, 6% do todo. Quanto às políticas públicas finalísticas, as temáticas ambientais, de gênero, educação, urbanismo e controle social ocuparam, cada uma, 5% das palestras. Contemplando o total, 6% das temáticas foram categorizadas como diversas e 2% das palestras, destinadas aos temas de gestão e administração pública.

Tabela 10.7 Eventos, Palestras e Seminários – Sumário – 4º Trimestre/2023

Total de eventos	Número de Visualizações no You Tube
13 (excetuosos os eventos sem transmissão)	4291

Fonte: Youtube. Consultado em 15.02.24

Tabela 10.8 Eventos, Palestras e Seminários – Sumário – Ano 2023

Total de eventos	Número de Visualizações no You Tube
49 Eventos (excluídos os eventos sem transmissão)	24.301

Fonte: Youtube

Tabela 10.9 Eventos, Palestras e Seminários – Especificado – 2023

Data	Evento	Inscritos	Certificados	Visualizações
12.12.2023	Lançamento do livro "Curso de Direito Processual Financeiro – Enfoque na prestação de contas dos recursos públicos"	-	-	-
07.12.2023	75 anos da Declaração Universal de Direitos Humanos	78	44	281
05.12.2023	Live: Direitos do Consumidor na Era Digital	57	33	136
30.11.2023	Regionalização e Descentralização da Saúde no Município de São Paulo	58	33	148
24.11.2023	ECOS DO COMPORTAMENTO - 2023: Neurofeedback	72	45	352
23.11.2023	Lançamento do Livro - Ana Cristina Fecuri	-	-	-
16.11.2023	TARDES DO CONHECIMENTO - 2023 - Instrumentos de IA em Auditoria	164	93	447
14.11.2023	Cineclube - Quando falta o ar	-	-	-
13.11.2023	Série: Obras e Serviços de Engenharia sob a Nova Lei de Licitações e Contratos (14133/21) 4º Encontro: Qualificação Técnica	88	50	500
13.11.2023	Encontros Plurais - Ramatis Jacino	-	-	76
09.11.2023	Workshop: Dados Abertos Governamentais e Inteligência Artificial	136	60	320
31.10.2023	Cineclube - Animal Político	-	-	-
27.10.2023	Ecos do Comportamento Terapia: quais os benefícios que esse cuidado especializado pode oferecer?	64	35	234
19.10.2023	TARDES DO CONHECIMENTO – 2023 9º Encontro: "Gestão de Pessoas no Controle Externo"	100	62	212
17.10.2023	O papel dos controles social e externo para a participação dos jovens	132	84	-
16.10.2023	A Regionalização da Saúde no Estado de São Paulo	81	26	383
10.10.2023	Série: Obras e Serviços de Engenharia sob a Nova Lei de Licitações e Contratos (14133/21) 3º Encontro: Mapa de Riscos e Adicional de Risco na Lei nº 14.133/2021	137	73	877
03.10.2023	O Tribunal de Contas e a Sociedade Civil nas Atividades de Controle: A Experiência Francesa	79	44	325
29.09.2023	Cineclube - Cabeça de Nêgo	-	-	-
28.09.2023	Os Grandes Momentos da Saúde em 2023: Ecos, Reflexos e Análises sobre a 17ª Conferência Nacional de Saúde (CNS) e o 37º Congresso do Conselho Nacional das Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS)	47	19	296
25.09.2023	Lançamento do Livro - Edson Simões	-	-	-
25.09.2023	Série: Obras e Serviços de Engenharia sob a Nova Lei de Licitações e Contratos (14133/21). 2º Encontro: Registro de preços, sua aplicabilidade em obras padronizáveis e em obras e serviços de engenharia sem complexidade técnica e operacional	154	81	735
21.09.2023	Workshop "PDE e a Revisão da Lei de Zoneamento"	116	53	412
14.09.2023	Tardes de Conhecimento – 2023. 8º Encontro: "Obras Públicas - O que muda com a NLLC?"	86	44	149
12.09.2023	ECOS DO COMPORTAMENTO – 2023. Gestão do Estresse e o Papel da Motivação	115	59	244
01.09.2023	Homenagem a João Bá - SHOW	-	-	189

31.08.2023	Homenagem a João Bá - FILME	-	-	-
28.08.2023	Seminário "Um olhar sobre a rede municipal de enfrentamento a violência contra a mulher: Auditoria Operacional do TCMSP"	140	62	96
24.08.2023	Encontros Plurais - Renato Braz	-	-	203
22.08.2023	Regulação do Saneamento Básico no Brasil: experiências e desafios das agências reguladoras infranacionais	53	16	289
21.08.2023	Série: Obras e Serviços de Engenharia sob a Nova Lei de Licitações e Contratos (14133/21) 1º Encontro: Anteprojeto, Projeto Básico e Aspectos do Orçamento	255	125	1.100
17.08.2023	TARDES DO CONHECIMENTO – 2023 7º Encontro: "Controle de Políticas Públicas pelos TCs: experiências e perspectivas do CPP TCE-RS"	82	44	255
27.07.2023	Comemoração ao Dia Internacional da Mulher Negra Latino- Americana e Caribenha	85	47	192
20.07.2023	TARDES DO CONHECIMENTO – 2023 6º Encontro: "A experiência do TCMSP na Auditoria Financeira das Contas de 2022 da Prefeitura de São Paulo"	139	88	780
13.07.2023	Desafios do Estatuto da Criança e do Adolescente na Atualidade	72	32	666
06.07.2023	Encontros Plurais - Alexandre Scheneider	-	-	295
05.07.2023	SEMINÁRIO: Direitos Humanos e a Infância na Contemporaneidade	91	31	186
04.07.2023	SEMINÁRIO Inovação na Gestão Pública: Cultura, liderança, normas, métodos, tecnologia e aplicação	174	172	753
29.06.2023	SEMINÁRIO: DILEMAS E PERSPECTIVAS DO S.U.S.	100	26	369
27.06.2023	ECOS DO COMPORTAMENTO – 2023 Gestão de Conflitos	105	43	251
23.06.2023	A efetivação dos direitos humanos na política migratória brasileira	29	14	181
22.06.2023	TARDES DO CONHECIMENTO – 2023 5º Encontro: " O Estudo Técnico Preliminar (ETP) na Nova Lei de Licitações"	264	127	481
13.06.2023	Ciclo sobre a Lei de Licitações e Contratos Administrativos Plano Anual de Contratações	235	103	732
05.06.2023	Experiências Internacionais em Tratamento de Resíduos Sólidos - Dia do Meio Ambiente	169	37	397
29.05.2023	Workshop "A Revisão do Plano Diretor"	72	40	365
25.05.2023	1º Encontro Nacional de Auditoria Financeira dos Tribunais de Contas do Brasil	343	219	220
23.05.2023	SEMINÁRIO: O combate à violência sexual contra crianças e adolescentes	79	40	185
18.05.2023	Ciclo da Nova Lei de Licitações - O Decreto Municipal nº 62.100/2022	204	103	-
17.05.2023	Seminário de Educação "Indicadores e a Política Educacional"	92	39	-
16.05.2023	TARDES DO CONHECIMENTO – 2023 4º Encontro: "As funções do MPC e dos Conselheiros Substitutos nos Tribunais de Contas"	70	44	220
11.05.2023	Encontros Plurais - João Whitaker	-	-	-
11.05.2023	"Seminário Adiantamento: Pontos de Atenção e Riscos"	141	92	580

27.04.2023	Seminário: Gestão Pública e Responsabilidade Fiscal: Novos desafios aos gestores públicos	193	56	-
25.04.2023	"Dados abertos governamentais e sua aplicação em indicadores de sustentabilidade em São Paulo"	83	50	331
13.04.2023	TARDES DO CONHECIMENTO – 2023. 3º Encontro: "Enchentes: arcabouço teórico e direcionamento prático para esse "desastre" natural"	47	26	-
11.04.2023	Indicadores de Desigualdade Econômica	113	73	378
24.03.2023	ECOS DO COMPORTAMENTO – 2023 - Mental Health e Gestão da Qualidade de Vida - Desafios recentes na vida das pessoas, times e lideranças	131	61	299
23.03.2023	ChatGPT e Auditoria: inovações e possibilidades	639	368	3800
16.03.2023	Tardes do Conhecimento – 2023 2º Encontro: "Educação Pública e os desafios para os próximos anos"	116	64	440
09.03.2023	Conferência: "Um diálogo sobre desigualdades de gênero e políticas públicas para mulheres na cidade de São Paulo: desafios atuais e perspectivas futuras"	77	75	241
23.02.2023	Tardes Do Conhecimento – 2023 - 1º Encontro: "Contratações Diretas na Nova Lei de Licitações"	582	434	1800
16.02.2023	2º Conta para a gente... "Práticas de Controle Social na Cidade de São Paulo: Conselhos de Políticas Públicas e Educação"	87	42	240
27.01.2023	DoEu? Pega o que é seu	-	-	-

Fonte: Autoria Própria

No ano de 2023, **não** foram promovidos cursos *in company* – assim caracterizados as capacitações fornecidas aos servidores do TCMSP, por intermédio de contratações onerosas ou não, independentemente de sua customização. As demandas para a contratação de cursos de capacitação não são espontâneas da EGC, mas surgem de demandas trazidas ao conhecimento da Escola. Cabe informar que nenhuma demanda consolidada foi encaminhada em 2023.

10.4. Revista Simetria

Em 2023 foram publicadas duas edições da Revista Simetria: a 11ª edição da Revista Simetria aborda a revisão do Plano Diretor Estratégico (PDE) do município de São Paulo. Já no quarto trimestre foi lançada a 12ª edição do periódico, que teve como caderno especial os artigos chamados pelo I Encontro Nacional de Auditoria Financeira dos Tribunais de Contas.

A Revista Simetria avançou na adoção de boas práticas editoriais segundo os critérios considerados pela CAPES/ QUALIS. Neste ano teve início a atribuição do DOI – *Digital Object Identifier* por artigo, e a aquisição de sistema antiplágio.

A ação estratégica “Regulamento da Revista Simetria” concluiu suas etapas e entregáveis, e a sua finalização formal está aguardando a apreciação e a deliberação da administração superior da EGC.

Tabela 10.10 Indicadores da Revista Simetria em 2022 e 2023.

	2022	2023
Artigos recebidos (desejável ↑)	53	32
Dias para a 1ª avaliação (desejável ↓)	32	4
Dias para a avaliação final (desejável ↓)	72	45
Artigos aceitos para publicação (desejável maior seletividade)	25	19
Visualizações de artigos (desejável ↑)	6855	9525

Fonte: Sistema editorial da Revista Simetria

Na tabela 10.10, os indicadores evidenciam o amadurecimento do periódico tanto nos processos (dias para efetuar a avaliação), quanto nos resultados (visualizações de artigos). Estes últimos certamente se devem aos temas de destaque que nortearam as edições do ano: a 11ª foi uma edição inteiramente dedicada à revisão do Plano Diretor do município de São Paulo, e o caderno especial da 12ª edição foi fruto de artigos derivados do I Encontro Nacional de Auditoria Financeira dos Tribunais de Contas realizado no TCMSP.

10.5. Observatório de Políticas Públicas

O ano de 2023 foi marcado por relevantes conquistas para o Observatório, com destaque para seu enraizamento dentro do próprio Tribunal, objetivo perseguido desde seu nascedouro.

Nesse sentido, no primeiro trimestre do ano, o Conselheiro Maurício Faria, responsável à época pelo Observatório de Políticas Públicas, juntamente com o então coordenador executivo, Marcos Barreto, e os coordenadores dos cinco Grupos de Trabalho que compõem o Observatório – Educação, Gênero, Regionalização do Orçamento, Saúde e Urbanismo – promoveram a apresentação

do site oficial do Observatório aos servidores e às servidoras do Tribunal e aos representantes das entidades parceiras.

A assídua participação da subsecretária de Controle Externo no Comitê de Coordenação do Observatório colaborou fortemente para esse enraizamento, culminando com a participação formal do OPP no Plano Anual de Fiscalização (PAF) de 2024, por meio de apresentação de 10 propostas de fiscalização, das quais 8 foram contempladas no PAF aprovado pelo Colegiado.

No âmbito das parcerias externas, avanços significativos são constatados. Novos parceiros passaram a integrar o time do Observatório, a exemplo da Fundação Getúlio Vargas e da Universidade de São Caetano do Sul

Merece destaque ainda a seleção do projeto apresentado pelo Observatório de Políticas Públicas junto à FGV. O projeto, que concorreu com outros projetos apresentados por diversos órgãos públicos, estabelece uma atuação inédita do Observatório ao dar ensejo à disciplina Projeto Aplicado Operações Urbanas Consorciadas em São Paulo: Análise do Direito à Moradia Digna, um olhar além dos números, vinculada ao Departamento Contabilidade, Finanças e Controle (CFC) e ao Departamento de Gestão Pública (GEP) do Curso de Graduação em Administração Pública. Através do GT Urbanismo, o OPP participará diretamente da referida disciplina, a ser ministrada no 1º semestre de 2024.

Ainda nesse campo, vale a referência à apresentação do OPP realizada em outubro junto ao Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP), propiciando o fortalecimento da sua atuação junto à Academia.

O Observatório, por meio dos seus Grupos de Trabalho, se empenhou, ao longo do ano, na realização de eventos, nos quais foram discutidas importantes políticas públicas municipais, colaborando com a troca de experiências, disseminação de informação, debates públicos e fortalecimento do controle externo e do controle social.

O Observatório de Políticas Públicas participou também do VIII Congresso Internacional de Controle de Políticas Públicas, realizado entre 1º e 3 de março em Salvador (BA). Na oportunidade, apresentou sua proposta de atuação e os conteúdos desenvolvidos pelos cinco Grupos de Trabalho. A proposta inovadora do Observatório dialogou diretamente com a proposta do Congresso de promover uma atuação dos Tribunais de Contas voltada para a avaliação da efetividade das políticas públicas.

Ainda na seara das relações com o sistema Tribunais de Contas, o Observatório participou do III Congresso Internacional dos Tribunais de Contas (III CITC), em Fortaleza (CE), por meio da oficina Observatórios de Políticas Públicas – avanços e desafios. O evento foi muito prestigiado, contando com a participação de plateia bastante interessada e participativa.

No âmbito desse mesmo congresso o GT Gênero teve sua experiência na Auditoria Operacional sobre a rede municipal de enfrentamento à violência contra a mulher selecionada para apresentação na oficina Desafios dos Tribunais de Contas na construção da igualdade de gênero.

Por fim, vale destacar o lançamento do podcast do Observatório de Políticas Públicas do TCMSP, o POD OBSERVAR, com a proposta de discutir, com renomados especialistas, temas de interesse da cidade de São Paulo.

Em 2023 quatro episódios foram ao ar: Ep.1 O Papel Desempenhado pelo Observatório de Políticas Públicas do TCMSP; Ep.2 Os Desafios da Inteligência Artificial; Ep.3 Mudanças Climáticas e Eventos Extremos; e Ep.4 Tarifa Zero nos ônibus de São Paulo.

Tabela 10.11 Quadro Resumo das Atividades dos GTs do OPP – 4º Trimestre/2023

GT Educação
Reuniões ordinárias do Grupo
Apresentação na SME do novo sistema de gestão das parcerias da Secretaria e alinhamento com as informações do painel de creches do Observatório.
Construção e estruturação de base de dados e de modelo de visualização de dados e publicação do painel de creches da rede direta e parceira do município de São Paulo.

Apresentação do GT Educação em evento de fortalecimento de parceria realizado pelo Observatório de Políticas Públicas do TCMSP junto ao Instituto de Estudos Avançados da USP.
Apresentação do Educação em evento de abertura do Programa Jovem Monitor da Cultura realizado no auditório da EGC.
Elaboração de duas Propostas de Auditoria Operacional: uma sobre os dados de EJA a fim de avaliar a continuidade e efetividade dessa política pública e outra sobre a Política Municipal de 1ª Infância.
Apresentação dos dados do GT no Congresso dos Tribunais de Contas de 2024.
GT URBANISMO
Reuniões ordinárias semanais do Grupo (5 subgrupos) com foco nos eixos de HIS e Mudanças Climáticas
Apresentação das atividades do GT Urbanismo no Instituto de Estudos Avançados da USP, em 10/10
Reuniões técnicas sobre recursos de obras de drenagem com membros do subgrupo de Mudanças Climáticas em 25/10; 31/10; 1/11 e 8/11.
Reunião com Prof. Pedro Cortes do IEE/USP sobre Mudanças Climáticas em 25/10, online.
Reunião com C5 Anselmo e técnicos sobre IQT em 30/10
Apresentação do GT Urbanismo na aula de abertura do Programa Jovem Monitor da Cultura realizado no auditório da EGC.
Aula sobre Inteligência Urbana e Indicadores Urbanos na EGC – CURSO ODS E INDICADORES DE CIDADES SUSTENTÁVEIS INTELIGENTES E RESILIENTES em 6/11/23.
Apresentação do GT e do tema “Transversalidades das Mudanças Climáticas nas Políticas Públicas” na Oficina OPP avanços e novos desafios no III Congresso Internacional da ATRICON, em Fortaleza, dia 29/11.
GT Saúde
Reuniões ordinárias a cada 3 ou 4 semanas
Apresentação do GT Saúde no evento de fortalecimento de parceria realizado pelo Observatório de Políticas Públicas do TCMSP junto ao Instituto de Estudos Avançados da USP.
Realização de reuniões técnicas com os membros do GT Saúde para a sistematização e análise dos dados sobre telessaúde para a apresentação no III Congresso Internacional dos Tribunais de Contas
Reuniões com o Núcleo de Tecnologia da Informação do TCM/SP para o tratamento dos dados da pesquisa em andamento sobre telessaúde desenvolvida no GT Saúde.
Apresentação das pesquisas desenvolvidas pelo GT Saúde no III Congresso Internacional dos Tribunais de Contas.
GT Gênero
Reuniões ordinárias quinzenais do Grupo, de caráter administrativo e formativo
Orientação e acompanhamento das atividades desenvolvidas pela estagiária vinculada ao GT Gênero.
Participação do GT Gênero nas reuniões do GT de Regionalização do Orçamento com o objetivo de realizar uma análise com foco em orçamento sensível a gênero e raça.
Apresentação da estrutura e atividades do GT Gênero em evento de fortalecimento de parceria realizado pelo Observatório de Políticas Públicas do TCMSP junto ao Instituto de Estudos Avançados da USP.
Apresentação da estrutura e atividades do GT Gênero em evento de abertura do Programa Jovem Monitor da Cultura realizado no auditório da EGC.
Elaboração de Proposta de Auditoria Operacional para avaliar a participação de mulheres em cargos públicos no município de São Paulo.
Apresentação do GT Gênero e de suas atividades em conjunto com a auditoria no Congresso da Atricon em Fortaleza.
Participação do GT Gênero na apresentação geral do Observatório de Políticas Públicas do TCMSP no Congresso da Atricon em Fortaleza.
GT Regionalização do Orçamento
Reuniões ordinárias a cada três semanas
Realização de reuniões conjuntas com o GT de Gênero para elaborar em conjunto o orçamento de gênero do município. Discussão sobre os parâmetros, bases e conceitos desse orçamento. A ideia é captar as despesas do município que impactam positivamente as questões de gênero.
Realização de duas sessões do Primeiro Workshop do Desafio: Gasto Público tem endereço.
Monitoramento do placar do Desafio: Gasto Público tem endereço, em parceria com a Fundação Tide Setubal e Secretaria Municipal da Fazenda.
Apresentação do GT de Regionalização do Orçamento em evento do Observatório de Políticas Públicas do TCMSP no Instituto de Estudos Avançados da USP.

Apresentação do GT de Regionalização do Orçamento em evento de abertura do Programa Jovem Monitor da Cultura realizado no auditório da EGC.

Apresentação do GT de Regionalização do Orçamento na apresentação geral do Observatório de Políticas Públicas do TCMSP no Congresso da Atricon em Fortaleza.

Fonte: Autoria Própria

ANEXO I – TCMSP EM NÚMEROS (4º Trimestre de 2023)

TCMSP em Números - 4º Trimestre 2023	
	TOTAL
Processos de Fiscalização Autuados	131
Auditorias	6
Acompanhamentos	19
Representações	69
Análises	0
Inspeções	5
Outros (ex: Petição, Consulta etc)	32
Processos de Fiscalização Julgados	292
Auditorias	7
Acompanhamentos	63
Representações	27
Análises	180
Inspeções	4
Outros (ex: Petição, Consulta etc)	11
Benefícios Mensuráveis das Ações de Controle Externo* (em R\$)	380.286.319
Benefício Efetivo (Durante a ação de controle)	380.286.319
Proposta de Benefício Potencial	0
Licitações Suspensas Cautelamente	6
Montante Envolvido nas Licitações Suspensas Cautelamente (em R\$)	0
Contratos Suspensos Cautelamente	0
Montante Envolvido nos Contratos Suspensos Cautelamente (em R\$)	0
Condenações	0
Montante Envolvido nas Condenações (em R\$)	0
Sanções Impostas	0
Montante Envolvido nas Sanções Impostas (em R\$)	5.394
Fiscalizações Concluídas	159
Auditorias	17
Relatórios Anuais de Fiscalização	7
Acompanhamentos	26
Representações	55
Análises (exceto pensões e aposentadorias)	26
Inspeções	14
Função de Governo	0
Informações gerais (levantamentos, ouvidoria, informações periódicas)	14

Outros (ex: Petição, Consulta etc)	0
Atos de Pessoal Apreciados	1.407
Alertas Emitidos (LRF, Limite de Pessoal etc.)	9
Relatórios Publicados	0
Mesas Técnicas Realizadas	3

Observação: O montante apurado na linha dos Benefícios Mensuráveis das Ações de Controle Externo é preliminar, pois contempla apenas as principais fiscalizações realizadas pelas Coordenadorias da SCE e cujos estados (efetivo ou potencial) e valores, podem ser atualizados no decorrer do ano.

ANEXO II – ÓRGÃOS JURISDICIONADOS DO TCMSP (4º Trimestre de 2023)

Órgãos jurisdicionados do TCMSP em 2023:

CNPJ	Nome	Sigla	Esfera Governo	Relator
Não disponível	Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo	SP Regula	Autarquia	Roberto Braguim
21154061000183	Agência São Paulo de Desenvolvimento	ADESAMPA	Fundação Privada	Ricardo Torres
15359708000100	Autoridade Municipal de Limpeza Urbana	AMLURB	Autarquia	João Antonio
50176288000128	Câmara Municipal de São Paulo	CMSP	Legislativo	Ricardo Torres
Não disponível	Casa Civil	CCivil	Secretaria Especial	Domingos Dissei
47902648000117	Companhia de Engenharia de Tráfego	CET	Soc. de Economia Mista	Ricardo Torres
60850575000125	Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo	COHABSP	Soc. de Economia Mista	Domingos Dissei
11697171000138	Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos	SPDA	Soc. de Economia Mista	Roberto Braguim
29599447000100	Controladoria Geral do Município	CGM	Executivo	Domingos Dissei
21278214000102	Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo S.A.	SPCINE	Soc. de Economia Mista	João Antonio
43076702000161	Empresa Tecnologia Inform. Comun. do Mun.S.Paulo -PRODAM-SP S/A	PRODAMSP	Soc. de Economia Mista	Ricardo Torres
Não disponível	Encargos Gerais do Município	EGM	Executivo	Domingos Dissei
07039800000165	Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura	FUNDATEC	Fundação Pública	Ricardo Torres
15913253000123	Fundação Theatro Municipal de São Paulo	FTMSP	Fundação Pública	João Antonio
Não disponível	Fundo de Abastecimento Alimentar de São Paulo	FAASP	Fundo	Roberto Braguim
14460803000133	Fundo de Desenvolvimento Urbano	FUNDURB	Fundo	João Antonio
14193376000174	Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural da Área do Projeto Luz	FUNPATRI	Fundo	João Antonio
14193363000103	Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural e Ambiental Paulistano	FUNCAP	Fundo	João Antonio
14183064000180	Fundo Especial de Despesas da Câmara Municipal de São Paulo	FECAM	Fundo	Ricardo Torres
14356446000168	Fundo Especial de Despesas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo	FETCMSP	Fundo	Roberto Braguim
14127749000109	Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais	FEPAC	Fundo	João Antonio
15494977000180	Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	FEMA	Fundo	João Antonio
Não disponível	Fundo Financeiro	FUNFIN	Fundo	Ricardo Torres
13864377000130	Fundo Municipal da Saúde	FMS	Fundo	Ricardo Torres
97541718000127	Fundo Municipal de Assistência Social	FMAS	Fundo	Roberto Braguim
Não disponível	Fundo Municipal de Combate à Fome	FUMCAF	Fundo	Roberto Braguim

CNPJ	Nome	Sigla	Esfera Governo	Relator
26434500000125	Fundo Municipal de Defesa do Consumidor	FMDC	Fundo	Domingos Dissei
14583620000105	Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito	FMDT	Fundo	Ricardo Torres
28514864000140	Fundo Municipal de Desenvolvimento Social	FMD	Fundo	Roberto Braguim
Não disponível	Fundo Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	FMESP	Fundo	João Antonio
15580207000150	Fundo Municipal de Iluminação Pública	FUNDIP	Fundo	Roberto Braguim
14289567000134	Fundo Municipal de Inclusão Digital	FUMID	Fundo	Ricardo Torres
23780940000146	Fundo Municipal de Limpeza Urbana	FMLU	Fundo	João Antonio
20989899000124	Fundo Municipal de Parques	FMP	Fundo	João Antonio
15768031000164	Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura	FMSAI	Fundo	Domingos Dissei
14335109000194	Fundo Municipal de Turismo	FUTUR	Fundo	Ricardo Torres
26214195000166	Fundo Municipal do Idoso	FMI	Fundo	Roberto Braguim
Não disponível	Fundo Municipal do Trabalho, Emprego e Renda	FUNTER	Executivo	Ricardo Torres
97537776000187	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	FUMCAD	Fundo	Roberto Braguim
Não disponível	Fundo Previdenciário	FUNPREV	Fundo	Ricardo Torres
Não disponível	Gabinete do Prefeito	GAB-PF	Executivo	Domingos Dissei
46854998000192	Hospital do Servidor Público Municipal	HSPM	Autarquia	Ricardo Torres
47109087000101	Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	IPREM	Autarquia	Ricardo Torres
46395000000139	Prefeitura do Município de São Paulo	PMSP	Executivo	Domingos Dissei
46392072000122	Procuradoria Geral do Município	PGM	Secretaria Municipal	Domingos Dissei
28743311000160	São Paulo Investimentos e Negócios	SPIN	Soc. de Economia Mista	Roberto Braguim
11958828000173	São Paulo Obras	SPObras	Empresa Pública	Domingos Dissei
11702587000105	São Paulo Parcerias S.A	SP Parcerias	Soc. de Economia Mista	Roberto Braguim
60498417000158	São Paulo Transporte S/A	SPTrans	Soc. de Economia Mista	Ricardo Torres
62002886000160	São Paulo Turismo	SPTuris	Soc. de Economia Mista	Ricardo Torres
43336288000182	São Paulo Urbanismo	SPUrbanismo	Empresa Pública	João Antonio
46395000000139	Secretaria do Governo Municipal	SGM	Secretaria Municipal	Domingos Dissei
Não disponível	Secretaria Executiva de Desestatização e Parcerias	SEDP	Secretaria Executiva	Roberto Braguim
Não disponível	Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas	SECLIMA	Secretaria Executiva	Domingos Dissei
Não disponível	Secretaria Executiva de Planejamento e Entregas Prioritárias	SEPEP	Secretaria Executiva	Domingos Dissei
Não disponível	Secretaria Executiva de Projetos Estratégicos	SEPE	Secretaria Executiva	Domingos Dissei
Não disponível	Secretaria Executiva de Relações Institucionais	SERI	Secretaria Executiva	Domingos Dissei
Não disponível	Secretaria Executiva de Transporte e Mobilidade Urbana	SETRAM	Secretaria Executiva	Ricardo Torres

CNPJ	Nome	Sigla	Esfera Governo	Relator
46392130000118	Secretaria Municipal da Fazenda	SF	Secretaria Municipal	Domingos Dissei
08082743000160	Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência	SMPED	Secretaria Municipal	Ricardo Torres
46392148000110	Secretaria Municipal da Saúde	SMS	Secretaria Municipal	Ricardo Torres
49269236000117	Secretaria Municipal das Subprefeituras	SMSUB	Secretaria Municipal	João Antonio
60269453000140	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	SMADS	Secretaria Municipal	Roberto Braguim
49269244000163	Secretaria Municipal de Cultura	SMC	Secretaria Municipal	João Antonio
04537740000112	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho	SMDET	Secretaria Municipal	Ricardo Torres
07420613000127	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania	SMDHC	Secretaria Municipal	Roberto Braguim
46392114000125	Secretaria Municipal de Educação	SME	Secretaria Municipal	João Antonio
46392122000171	Secretaria Municipal de Esportes e Lazer	SEME	Secretaria Municipal	João Antonio
49269251000165	Secretaria Municipal de Gestão	SEGES	Secretaria Municipal	Domingos Dissei
46392106000189	Secretaria Municipal de Habitação	SEHAB	Secretaria Municipal	Domingos Dissei
46392171000104	Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras	SIURB	Secretaria Municipal	Domingos Dissei
46392163000168	Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia	SMIT	Secretaria Municipal	Ricardo Torres
04545693000159	Secretaria Municipal de Justiça	SMJ	Secretaria Municipal	Domingos Dissei
46392155000111	Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito	SMT	Secretaria Municipal	Ricardo Torres
04545723000127	Secretaria Municipal de Relações Internacionais	SMRI	Secretaria Municipal	Ricardo Torres
05245375000135	Secretaria Municipal de Segurança Urbana	SMSU	Secretaria Municipal	Ricardo Torres
31560607000150	Secretaria Municipal de Turismo	SMTUR	Secretaria Municipal	Ricardo Torres
18554992000164	Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento	SMUL	Secretaria Municipal	João Antonio
74118514000182	Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	SVMA	Secretaria Municipal	João Antonio
Não disponível	Secretário Especial de Comunicação	SECOM	Secretaria Especial	Domingos Dissei
47261292000180	Serviço Funerário do Município de São Paulo	SFMSP	Autarquia	Roberto Braguim
05587519000131	Subprefeitura Aricanduva/Formosa/Carrão	SUB-AF	Secretaria Municipal	João Antonio
05546795000151	Subprefeitura Butantã	SUB-BT	Secretaria Municipal	João Antonio
05604369000127	Subprefeitura Campo Limpo	SUB-CL	Secretaria Municipal	João Antonio
05658440000154	Subprefeitura Capela do Socorro	SUB-CS	Secretaria Municipal	João Antonio
05563306000170	Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha	SUB-CV	Secretaria Municipal	João Antonio
05587823000189	Subprefeitura Cidade Ademar	SUB-AD	Secretaria Municipal	João Antonio
05529895000170	Subprefeitura Cidade Tiradentes	SUB-CT	Secretaria Municipal	João Antonio
05612822000147	Subprefeitura Ermelino Matarazzo	SUB-EM	Secretaria Municipal	João Antonio
06108854000172	Subprefeitura Freguesia/Brasilândia	SUB-FB	Secretaria Municipal	João Antonio

CNPJ	Nome	Sigla	Esfera Governo	Relator
05667941000105	Subprefeitura Guaianases	SUB-G	Secretaria Municipal	João Antonio
05636771000193	Subprefeitura Ipiranga	SUB-IP	Secretaria Municipal	João Antonio
05579739000113	Subprefeitura Itaim Paulista	SUB-IT	Secretaria Municipal	João Antonio
06056497000146	Subprefeitura Itaquera	SUB-IQ	Secretaria Municipal	João Antonio
05659015000180	Subprefeitura Jabaquara	SUB-JA	Secretaria Municipal	João Antonio
05655070000100	Subprefeitura Jaçanã/Tremembé	SUB-JT	Secretaria Municipal	João Antonio
05658353000105	Subprefeitura Lapa	SUB-LA	Secretaria Municipal	João Antonio
05510098000140	Subprefeitura M'Boi Mirim	SUB-MB	Secretaria Municipal	João Antonio
05611299000134	Subprefeitura Mooca	SUB-MO	Secretaria Municipal	João Antonio
05494401000169	Subprefeitura Parelheiros	SUB-PA	Secretaria Municipal	João Antonio
05640843000176	Subprefeitura Penha	SUB-PE	Secretaria Municipal	João Antonio
05539998000110	Subprefeitura Perus/Anhanguera	SUB-PR	Secretaria Municipal	João Antonio
05649898000147	Subprefeitura Pinheiros	SUB-PI	Secretaria Municipal	João Antonio
05629151000127	Subprefeitura Pirituba/Jaraguá	SUB-PJ	Secretaria Municipal	João Antonio
05652348000187	Subprefeitura Santana/Tucuruvi	SUB-ST	Secretaria Municipal	João Antonio
05568649000127	Subprefeitura Santo Amaro	SUB-SA	Secretaria Municipal	João Antonio
05639268000191	Subprefeitura São Mateus	SUB-SM	Secretaria Municipal	João Antonio
05535758000148	Subprefeitura São Miguel Paulista	SUB-MP	Secretaria Municipal	João Antonio
19153572000139	Subprefeitura Sapopemba	SUB-SB	Secretaria Municipal	João Antonio
05499294000161	Subprefeitura Sé	SUB-SE	Secretaria Municipal	João Antonio
05515743000118	Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme	SUB-MG	Secretaria Municipal	João Antonio
05626770000168	Subprefeitura Vila Mariana	SUB-VM	Secretaria Municipal	João Antonio
05969123000159	Subprefeitura Vila Prudente	SUB-VP	Secretaria Municipal	João Antonio
50176270000126	Tribunal de Contas do Município de São Paulo	TCMSP	Legislativo	Roberto Braguim